



Mais um passo se deu este ano na caminhada por uma nova forma de participação do quadro social na vida política da Cooperativa. É a experiência da Estrutura do Poder que vai sendo posta em prática



A ELEIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Página 13

SITUAÇÃO DO LEITE AINDA SEM SOLUÇÃO

Página 8

QUAIS AS TENDÊNCIAS DAS PLANTAS DE INVERNO?

Página 20

OS EFEITOS DA SECA E A CULPA DO SOLO

Página 10



EM PONTO MORTO

Página 3

**COOPERATIVA REGIONAL
TRITICOLA SERRANA LTDA.**



Rua das Chácaras, 1513
Caixa Postal 111 - Ijuí, RS
Fone: PABX - (055) 332-2400
Telex: 0552199

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA Nº 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva

Presidente:

Ruben Ilgenfritz da Silva

Vice-presidente:

Arnaldo Oscar Drews

Superintendente:

Clóvis Adriano Farina

Diretores Contratados:

Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues Borges, Oswaldo Olmiro Meotti, Valdir Zardin, Rui Polidoro Pinto, Bruno Eisele, Renato Borges de Medeiros.

Conselheiros (Efetivos)

Waldemar Michael, Walter Luiz Driemeyer, Arnaldo Hermann, Telmo Roverno Roos, Joaquim Librelotto Stefanello, Reinhold Luiz Kommers.

Conselheiros (Suplentes)

Rodolfo Gonçalves Terra, Euclides Marino Gabbi, Constantino José Goi, Vicente Casarin, Ido Marx Weiller, Erni Schünemann.

Conselho Fiscal (Efetivos)

Antonio Bandeira, Rui Adelino Raguzzani, João Telló.

Conselho Fiscal (Suplentes)

José Carlos Vione, Antoninho Boiarski Lopes, Mário Hendges.

Capacidade em Armazenagem:

LOCAL	INSTALADA
Ijuí	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto - Sede	77.000 t
Sto. Augusto - Esq. Umbú	50.000 t
Ten. Portela	60.800 t
Vila Jôia	67.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	45.000 t
Maracajú - Sede	65.000 t
Maracajú - Vista Alegre	17.000 t
Sidrolândia	52.000 t
Rio Brilhante	29.000 t
Dourados - Sede	82.000 t
Itaum (Dourados)	26.000 t
Indápolis (Dourados)	17.000 t
Douradina	17.000 t
Caarapó	17.000 t
Ponta Porã - Posto Guafba	42.000 t
Itaporã - Montese	17.000 t
Campo Grande - Anhanduí	17.000 t
Aral Moreira - Tagi	17.000 t
Bonito	17.000 t



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 18.500 exemplares

Associado da ABERJE



Associado da



Registrado no Cartório de Títulos e Documentos do município de Ijuí, sob número 9.

Certificado de marca de propriedade industrial M/C11 número 022.775 de 13.11.73 e figurativa M/C11 número 022.776, de 13.11.73.

REDAÇÃO

Christina Brentano de Moraes
Dária C. Lemos de Brum Lucchese
Moisés dos Santos Mendes

Composto no Jornal da Manhã, em Ijuí, e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

Ao leitor

A Assembléia Geral deste ano teve um caráter bem diferente na Cotrijuí. E era uma Assembléia importante, onde, como acontece a cada três anos, chegava a vez de renovar parte dos Conselhos de Administração e Fiscal. Chapa existia só uma, escolhida pelos representantes de todas unidades, numa reunião que aconteceu no mês de fevereiro. E era uma chapa que mantinha os mesmos nomes dos executivos que vêm encabeçando a Cotrijuí há três gestões. De diferente se teve a forma de realizar estas eleições, prolongando a assembléia por cinco dias, para se permitir que o maior número de associados pudessem expressar, através do voto, sua opinião sobre este ponto.

Esta forma já vinha sendo ensaiada desde 1979, quando se começou a colocar em prática a experiência da estrutura do poder. Uma experiência que nasceu com o inconformismo sobre a forma como se realizavam as assembléias: tudo aprovado na base do "senta-levanta", sem condições reais para se tomar uma decisão. Foi aí que surgiu a idéia de se criar a figura do representante, um associado eleito pelos próprios companheiros, que teria a função de junto com as bases estudar e definir quais as atitudes mais indicadas para o bom funcionamento da cooperativa. Na impossibilidade de se reunir todo o quadro social para a tomada de decisões, isto exatamente em função do número de associados e da diversidade de áreas de atuação, a figura do representante surgia como ideal para democratizar a participação do quadro social dentro da Cooperativa. Só que aos representantes, como ficou definido depois de muitas reuniões, não caberia a responsabilidade da decisão no caso de eleições para os Conselhos de Administração e Fiscal. Todos associados deviam ter a oportunidade de manifestar, através do voto secreto, a sua opinião.

E foi isto o que aconteceu agora. Todos associados que comercializaram seu produto com a cooperativa durante o ano de 1981, tiveram a oportunidade concreta de votar, mesmo morando a mais de 1.000 quilômetros da sede da Cooperativa, em Ijuí. As urnas é que foram ao encontro dos associados. E 90 por cento dos votantes (que representaram 36,4 por cento dos associados aptos a votar) foram favoráveis à continuidade de Ruben Ilgenfritz da Silva como presidente, Arnaldo Oscar Drews como vice e Clóvis Adriano Farina como superintendente. As tentativas de mudança de pelo menos um nome na diretoria executiva não chegaram a ser aprovadas pelos representantes na hora de formação da chapa, que é uma das funções que eles tiveram que

assumir. Quem propunha a mudança pensava estar na hora de se preparar gente nova para assumir a Cooperativa. Já os favoráveis à manutenção dos mesmos nomes argumentaram que numa hora de crise, como a que vivemos, a experiência conta muito. E isto, pelo que se pode ver depois das eleições, também pesou bastante para os associados.

O certo é que se deu mais um passo na caminhada pela construção de uma forma mais democrática de participação do quadro social. Em toda caminhada se dá passos em falsos, mas se precisa retomar a linha e prosseguir. O sistema da estrutura do poder ainda é só experiência. Mas é uma experiência que está contando pontos. Veja na página 13.

Não está tão distante, mas já pertence ao passado a época de euforia das máquinas agrícolas. Se fazia até fila nas revendas esperando o dia em que os caminhões desembarcassem o trator ou a colheitadeira encomendada há tempos. Era o que se entendia por progresso que estava chegando na colônia, facilitando a vida, economizando tempo e trabalho. Hoje, passados pouco menos de 10 anos, a situação é bem outra. As filas podem até continuar, mas não mais nas revendas de máquinas agrícolas e sim nas carteiras de crédito rural dos bancos. Não há mais dinheiro para comprar as máquinas, e dinheiro à vista são poucos os que têm para pagar o preço cobrado por um trator, uma colheitadeira, semeadeira ou arado, que tiveram seus valores reajustados em até 2.500 por cento de 1978 até agora. A mecanização, hoje, vive um momento de retração. Os empresários se queixam e vivem na esperança de que volte a acontecer o mesmo pique de alguns anos atrás. Mas isto será bom? Agora se vê que junto com a mecanização se alargaram os problemas sociais no campo, e muita gente foi expulsa da roça porque a máquina se mostrou capaz de fazer o serviço de muito homem. É sobre esta situação vivida e provocada pela modernização da agricultura, que se fala na matéria que inicia na página 3. Ali estão os problemas do crédito, as histórias daquele tempo em que a máquina tomou conta de toda região.

Os outros assuntos em destaque nesta edição são a situação do leite (na página 8) e a possibilidade de acontecer um boicote caso as reivindicações dos produtores não sejam atendidas; as previsões sobre as culturas de inverno (na página 26) e o seu custo real de produção; a seca e os problemas do nosso solo (na página 10).

Do leitor

COOPERATIVA I

Tivemos a feliz oportunidade de ler o número 91 desse precioso veículo de divulgação agrícola e cooperativista - Cotrijornal - e gostaríamos de, na medida possível, recebê-lo periodicamente, para enriquecimento de nossos conhecimentos.

Rui Barbosa Ferreira
Presidente Comleite
Campo Grande - MS

COOPERATIVA II

Tendo conhecimento da existência do jornal Cotrijornal, solicitamos envio do mesmo para a Cooperativa Agrícola Mista dos Projetos de Irrigação do Médio São Francisco Ltda.

Júlio Domingos dos Santos
Presidente - Comesf
Barreiras - BA

BANCÁRIO

Sabedores que somos do alto prestígio obtido, tanto por esta cooperativa como pelo jornal de sua responsabilidade - Cotrijornal - motiva-nos a solicitar a introdução de nosso nome no rol dos beneficiários recebedores dessa publicação.

José Carlos Aleixo
Santo Amaro - SP

UNIVERSIDADE

Agradecemos as doações recebidas no ano de 1981 e, ao mesmo tempo, gostaríamos de continuar recebendo publicações editadas por esta conceituada instituição.

Ivoneide Dutra Montenegro
Universidade Federal da Paraíba

EDUCAÇÃO

Com muito prazer, dirijo-me novamente à vossa senhoria para cumprimentar-lhes e apreciar o relevante jornal.

Leciono numa escola do interior, onde a aquisição de livros e jornais se torna difícil, senão impossível, devido ao setor financeiro, e este vosso jornal é um maravilhoso suplemento de trabalho. As páginas sobre educação, que o jornal traz, são de suma importância, e das quais eu vinha aplicando os conteúdos, obtendo assim excelentes resultados.

Eu gostaria de contribuir com o valor de 1.000,00 para o jornal, mas confesso que realmente não tenho condições de arcar com a despesa, pela baixa remuneração que obtenho como professora municipal e principalmente pelos altos custos da faculdade que estou cursando na Fidene de Ijuí.

Sendo assim, digo que tenho imenso interesse em continuar recebendo o jornal em nome de:

Profa. Glaci Kolling
Escola Santa Cláudia
Santo Cristo - RS

PROFESSOR

Como leitor do Cotrijornal, pois que já o recebia periodicamente, gostaria de parabenizá-los pela iniciativa e pelo excelente trabalho que vêm desenvolvendo.

Outrossim, solicito que V. Sas. conuem me enviando o Cotrijornal, pois para mim é de grande utilidade, visto que sou professor de Contabilidade Rural na Faculdade de Ciências Contábeis aqui de Santa Cruz do Sul.

Hainsi Gralow
Santa Cruz do Sul - RS

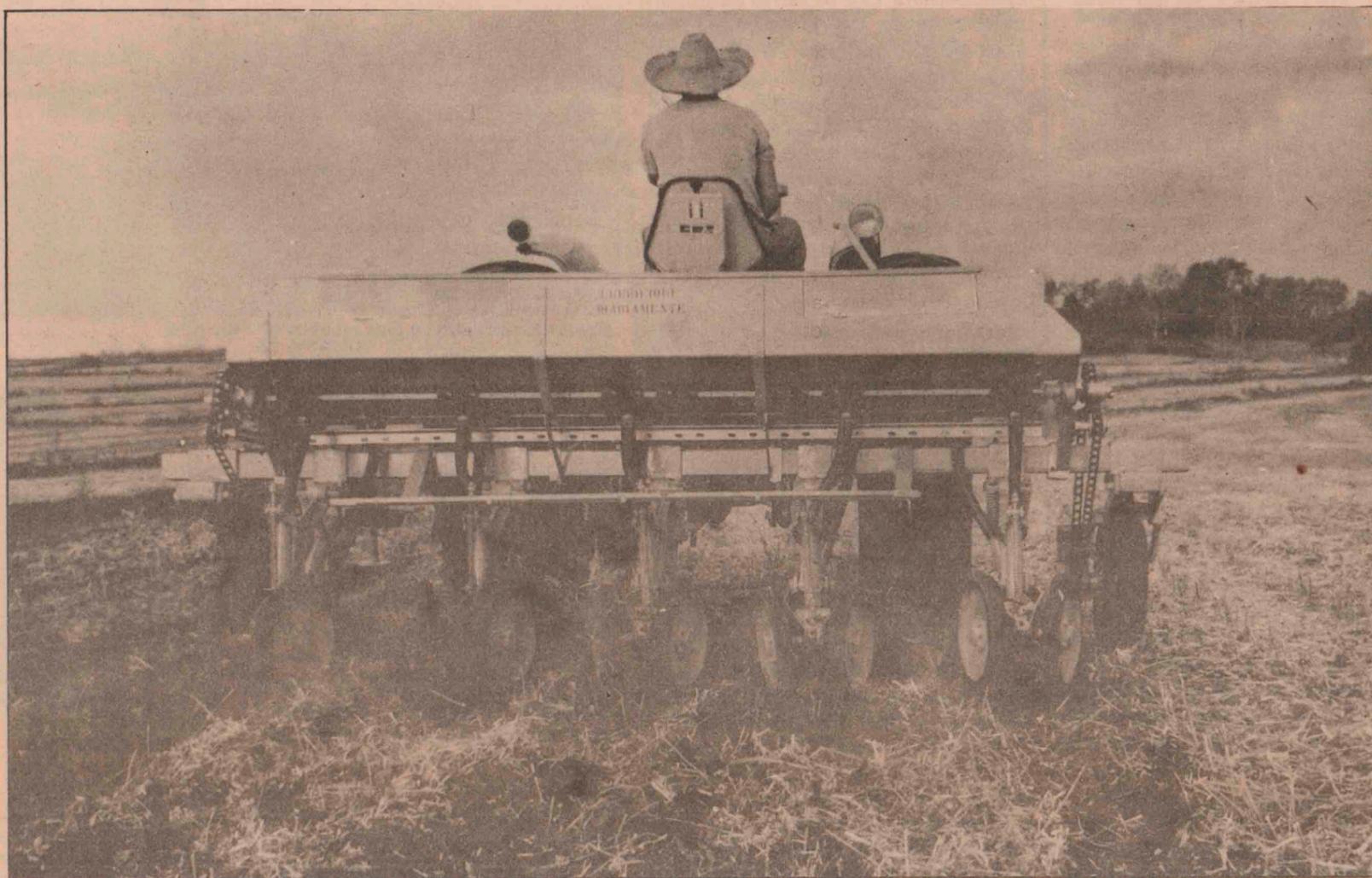
TÉCNICO

Venho solicitar a remessa regular deste conceituado jornal, pois o mesmo será de suma importância para a minha formação de técnico em agropecuária, curso este que estou cursando no Colégio Presidente Getúlio Vargas, em Três de Maio.

Pedro Crestani
Três de Maio - RS



A MECANIZAÇÃO FAZ UMA PAUSA



Em Santo Ângelo, a Rogowski não teve outra saída e pediu falência. Em Panambi, a Kepler Weber está demitindo funcionários. Em Caxias do Sul, a Madal teve que partir para a fabricação de equipamentos de mineração. Em Ijuí, a Imasa ampliou seu departamento de reformas de máquinas e há até uma revenda que passou a vender fiado. E em São Paulo, apesar de se voltar a falar em otimismo, as fábricas de tratores vêm reduzindo, ano a ano, a sua produção, e buscando compradores no mercado externo, como única alternativa capaz de lhes garantir a sobrevivência.

Estes são alguns exemplos das dificuldades que as indústrias de máquinas e implementos agrícolas brasileiras vêm enfrentando há bastante tempo. O setor começou a adoecer em 1976, quando o governo impôs restrições de crédito temporárias, e apresenta, principalmente nos últimos dois anos, uma recessão que poucos talvez esperassem ali pela segunda metade da década de 70, quando essa área era uma das sadias da indústria brasileira. Para uns, a doença é grave. Para outros, tudo não passa de uma recaída.

Os diagnósticos são muitos, mas quase ninguém teve a preocupação, até agora, de tentar identificar a nível nacional os reflexos de tanta crise entre os que, afinal, são os consumidores dessas máquinas. Sem estarem alheios ao que aconte-

ce com as fábricas, os produtores vão acompanhando meio que de longe a situação. Não houve ainda, por parte das entidades que representam os agricultores, pelo menos no Rio Grande do Sul, nenhuma manifestação a respeito do assunto, que possa ter reforçado as queixas do setor. O que, então, os produtores têm a ver com esse quadro que apavora os industriais e ameaça de desemprego milhares de operários?

COLAPSO

Só no Rio Grande do Sul, segundo dados divulgados pelo vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado, Roberto Penteado, o mercado de trabalho, que absorvia 20 mil operários especializados, em 1976, dá ocupação hoje a apenas 8 mil pessoas. Em Ijuí, a Associação Comercial e Industrial (ACI) estima em 2.500 o número de empregos diretos e indiretos criado pelo setor. Foi, aliás, a ACI quem encaminhou, no final de março, um apelo à direção do Banco do Brasil, para que sua agência local reabrisse a liberação de financiamentos para a compra de máquinas e implementos, totalmente trancada desde o início do ano.

Prevendo um "colapso total" no setor, caso isso não ocorresse, a ACI também advertia, no comunicado enviado ao Banco, que o governo não estava cumprindo com a sua promessa de que,

no final de 81, voltaria a "redirecionar sua política creditícia, dando com isso integral apoio ao setor agrícola, tão duramente atingido, o que, na verdade, não aconteceu". O desalento dos empresários do setor tem explicação, pois as máquinas e implementos vêm absorvendo, há muitos anos, a maior fatia do crédito destinado a investimentos rurais. Mesmo que continue com a maior fatia, o setor reclama agora das dificuldades para que seu pedaço no crédito rural continue com o mesmo tamanho.

DESAFOGO

Segundo dados do Banco Central, em 1978, no Rio Grande do Sul, dos 4 bilhões e 707 milhões de cruzeiros destinados a investimentos agrícolas, 3 bilhões e 400 milhões foram utilizados para a compra de tratores, automotrizas, implementos e outros equipamentos. Hoje, as indústrias exigem a liberação de pelo menos Cr\$ 30 bilhões, somente para dar vazão ao estoque de máquinas acumulado nas fábricas e revendas do Estado por falta de financiamentos.

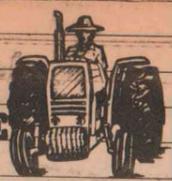
Estes apelos poderão obter algum resultado? O desafogo, com a liberação de recursos que desengavetam contratos já encaminhados, poderá acontecer, como ocorreu tantas vezes. Mas não são muitos os que apostam numa mudança imediata da política oficial, simplesmente porque as indústrias reclamam hoje

um retorno para a aposta que fizeram na tal "prioridade agrícola".

Na verdade, o estouro na venda de máquinas aconteceu bem antes da promessa de prioridade, enfatizada nos últimos três anos. Foi ali pelo início dos anos 70, enquanto a soja tomava conta do Rio Grande do Sul, e a fronteira agrícola se alastrava, no centro do país, que o setor vislumbrou seu crescimento. Naquela época, os juros eram até mais baratos, e pouco se falava em financiamentos trancados. Tanto que a Ford, que desde 1967 não mais fabricava tratores, em 1975 decide voltar ao ramo.

Em 76, quando o crédito começa a ser menos frouxo, as indústrias produziam cerca de 70 mil tratores no país, contra os 10 mil que eram colocados no mercado 10 anos antes. Em Ijuí, em 76, a empresa Apolo, que revendia máquinas da Ford, chegou a divulgar, num jornal da cidade, uma lista com mais de 100 nomes de "felizes proprietários" do novo trator, lançado como parte da "blue Line" (linha azul) da indústria de São Paulo. Os agricultores corriam à revenda para conhecer o "trator azul da Ford". Em poucas semanas, mais de 100 máquinas estavam vendidas.

Vender tratores naquele ano, quando o número dessas máquinas no Estado passava de 75 mil, ainda era fácil. Muito mais fácil do que entre as décadas de 50 e 60, quando o total de tratores em



Continuação da página 3

terras gaúchas cresceu sete vezes e chegou a 15 mil unidades, em consequência principalmente da lavoura de trigo. Em 70, o Estado tinha 40 mil tratores. O total existente até 1980 já foi apurado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mas só será conhecido no segundo semestre.

Com as restrições determinadas pelo governo, principalmente para a comercialização de máquinas pesadas, os índices de crescimento da mecanização da lavoura deverão ficar, nesse início dos anos 80, bem abaixo dos níveis alcançados na década passada. A posição oficial é mais ou menos conhecida, já que, com as limitações de crédito, as autoridades das áreas econômica e financeira estariam fazendo valer a idéia de que o subsídio ao setor rural, dado através de juros baixos, deve ser retirado para ajudar no combate à inflação, reduzir os gastos com o setor primário e também diminuir a emissão de dinheiro.

Esse raciocínio vale para crédito de investimento e também para recursos destinados a custeio. Foi assim, no caso das verbas destinadas às máquinas, que em 76 o governo apenas limitou a expansão do crédito, e depois, em 79, passou a aumentar os juros. O dinheiro não só ficou escasso, como também deixou de ser barato, e as autoridades passaram a dizer que os produtores precisavam reinvestir na agricultura os recursos próprios conseguidos com as safras.

ATÉ QUANDO?

No final de março, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, deixou bem clara esta posição. Segundo ele, o governo precisa limitar a liberação de crédito, e corta recursos onde acha que deve cortar. Seguindo esse raciocínio, o corte no dinheiro para máquinas permite outras conclusões: os pequenos e médios produtores já teriam alcançado um bom índice de mecanização, e assim não seriam muito prejudicados; e os grandes proprietários não sofreriam tanto com as restrições, já que dispõem de recursos próprios para investimentos maiores.

As limitações de crédito, representadas pelo menor volume de recursos e pelos juros altos, seriam então apenas temporárias, pois a renovação das frotas de máquinas (veja na página 6) exigiria novas mudanças. Além disso, essa recessão tem reflexos nas indústrias e, como consequência, nos níveis de emprego das cidades. É claro que isso não acontecerá de repente, segundo os próprios empresários do setor, mas é inevitável.

Se não fosse assim, todos seriam obrigados a concluir que o governo teria deixado de lado os planos de contar com a produção de grãos para amenizar a dívida externa brasileira. E o que é menos provável ainda: toda a história da agricultura começaria a andar para trás, junto com a história das indústrias de insumos e máquinas, do sistema financeiro, do comércio que depende da produção primária e, enfim, de toda a economia nacional.

O êxodo: saldo negativo de toda modernização

Até parece exagero, mas no período 1960-70 saíram 729 mil pessoas das áreas rurais do Rio Grande do Sul, para morar nas cidades ou em outros Estados. Esse número era equivalente a 24 por cento da população rural do Estado no início dos anos 60. No período 70-80 teriam saído outras 960 mil pessoas, ou seja, 22 por cento da população rural no começo de 1970. Estes dados já foram colocados em vários debates pela CPT — a Comissão Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica, e dizem muito das consequências da modernização da agricultura gaúcha.

As máquinas são apontadas como um bom símbolo dos saldos negativos dessa modernização, que até bem pouco ganhava alarde como sinal de progresso. Na verdade, os tratores e as automotrizas puxaram todo o processo de exploração capitalista da agricultura, alterando a estrutura do meio rural gaúcho e brasileiro, e estabelecendo novas formas no relacionamento entre proprietários, meeiros, posseiros.

Não foi à toa que os 202 mil trabalhadores rurais existentes no Estado, em 50, entre empregados, peões temporários, parceiros e meeiros, foram reduzidos para 190 mil em 1960, e para 126 mil em 1970. De lá para cá, nesses 12 anos, outros tantos devem ter abandonado o campo, simplesmente porque a modernização da agricultura impôs novas regras. Com a lavoura intensiva, que se firma a partir dos anos 50, a convivência pacífica entre as pessoas que exploravam a mesma terra foi alterada.

MENOS PARCERIAS

Assim os parceiros, que são 44.300 em 1950, no Rio Grande do Sul, já eram apenas 13.900 em 1960, e 12.800 dez anos depois. O estímulo ao acúmulo de capital não permite a exploração da terra na base da amizade. Os parceiros e meeiros são trocados pelos peões, e pouco a pouco, com um maior número de máquinas e menos trabalho manual, se configura a relação patrão-empregado.

A principal regra da acumulação capitalista vai também sendo respeitada, e só sobrevive quem tem mais. O trabalho assalariado temporário é mais interessante, para quem emprega, do que a manutenção de empregados permanentes. As pequenas parcerias são "engolidas", quando não se enquadram à modernização, e vai sendo estimulada a concentração da terra e da renda, que, afinal, já estava prevista. Segundo a CPT, o correto, portanto, é se dizer que "o êxodo rural não é um problema para o modelo de exploração da agricultura, mas sim um objetivo".

O IBGE (Instituto de Geografia e Estatística) mostra, em números

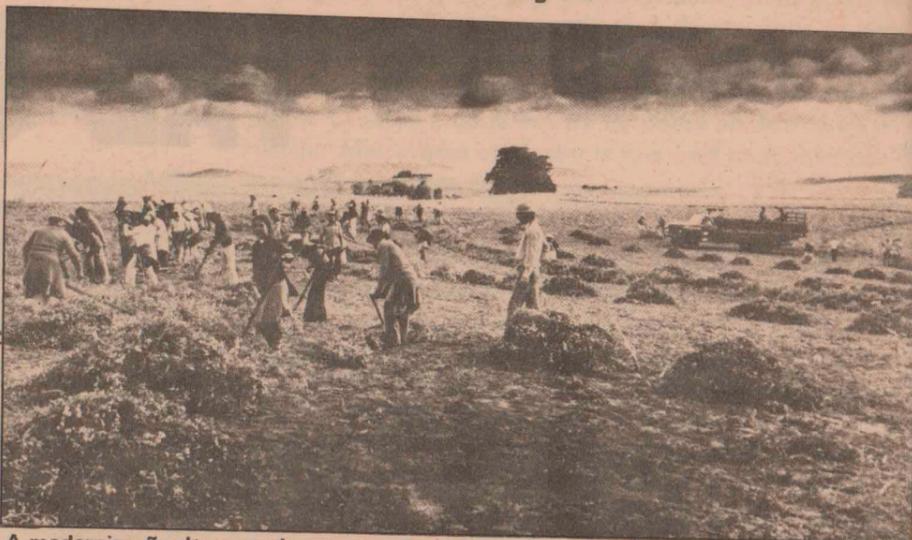


Foto: Jacqueline Joneir

A modernização alterou toda estrutura do meio rural

coletados em 1976, alguns dos lados do quadro criado com a modernização e o surgimento de peões assalariados. Naquele ano, no Rio Grande do Sul, 73 por cento dos trabalhadores rurais ganhavam de meio a um salário mínimo. Apenas 30 por cento ganhavam de um a dois salários, e só os outros sete por cento tinham uma renda superior a dois salários mínimos.

ÊXODO PREVISTO

A descapitalização da grande maioria dos produtores, puxada pela agricultura moderna introduzida com as máquinas, é o resultado de uma arapuca. Nem todos, afinal, poderiam sobreviver, pois o estímulo ao acúmulo de capital previa, de qualquer forma, o êxodo rural. Previa também não só a transferência de moradores do campo para as cidades e outras regiões, mas a viabilização de projetos industriais, nas áreas urbanas.

O setor primário deveria, assim, transferir recursos para as cidades, financiando também a industrialização. Com as máquinas, os agricultores passam a depender de todos os insumos modernos. Ao setor primário é atribuída a função de liberar mão-de-obra barata para as fábricas, e de forçar a migração, para ampliação da fronteira agrícola, mesmo que em novas terras o migrante venha a constatar que nada muda, pois as regras da modernização não valem só no Rio Grande do Sul.

COMO SOBREVIVER?

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Augusto Pestana, Bruno Van Der Sand, tem tudo isso muito claro. Hoje, segundo ele, os parceiros das regiões do minifúndio são, na verdade, os filhos dos produtores. "Com o uso das máquinas, o dono da terra decidiu que ele próprio e a família poderiam cuidar da agricultura", afirma seu Bruno, ressaltando um detalhe que considera importante:

— A questão não é só a mão-de-obra, mas do sistema de exploração



Van Der Sand: assalariados são minoria

da agricultura. Acontece que uma área onde antes havia parceria, hoje já não serve para isso. O produtor teve que investir, os custos da lavoura aumentaram. A parceria não interessa não só ao dono da terra, mas também ao parceiro.

O problema é que, como diz seu Bruno, "nenhum parceiro sobrevive agora com o que ganhava anos atrás". Ele lembra também que, em Augusto Pestana, os trabalhadores rurais assalariados são uma minoria, entre os associados do sindicato. Somente para os lados da localidade de Rosário, onde muitos produtores vêm arrendando terras de Boa Vista do Cadeado, em Cruz Alta, que fica por perto, é que se concentra um pouco o número de peões.

Isso quer dizer que, na região de minifúndio, também o trabalhador assalariado não tem muito serviço. Mas seu Bruno tem certeza de que, pelo menos em função das máquinas, a situação tende a se estabilizar, mantendo-se mais ou menos como está. Ele reconhece que o mercado "ficou saturado", e acha que a lotação da região, em maquinário, chegou aonde poderia chegar. "No auge da mecanização — lembra ele —, qualquer ferreiro tinha uma fábrica de máquinas. Hoje, se há muita queixa, é porque antes houve uma proliferação de indústrias".

Os dados da lotação



Se fosse possível distribuir a chamada população de tratores de Ijuí pelos 78 mil hectares de lavoura do município, em 1975, haveria uma máquina em cada 54 hectares. Essa é uma das formas de se medir, mais ou menos, o índice de mecanização da agricultura, e assim Ijuí até que está com uma população muito boa. Afinal, em 1975 o município tinha 1.146 tratores, e ficava entre os primeiros do Estado em lotação de máquinas. Hoje, é claro, essa população deve ser bem maior, mas os dados do censo agropecuário de 1980 ainda não são conhecidos.

Em 1960, quando o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ainda nem contava o número de máquinas, mas somente o total de propriedades com mecanização, eram apenas 57 os produtores que utilizavam tratores, trilhadeiras ou outros equipamentos na lavoura. O número era realmente pequeno, pois naquela época o município tinha mais de 2.400 propriedades. Mas foi exatamente a partir de 60 que começou o aumento do número de máquinas na região, em função do crescimento da lavoura de soja.

GANHANDO DE SÃO PAULO

Com essa população de um trator para cada 54 hectares, Ijuí e muitos outros municípios ganham de São Paulo e do próprio Rio Grande do Sul em mecanização. O Rio Grande tem um trator para cada 124 hectares; e São Paulo um para cada 90. O Brasil está bem atrás no mundo, pois tinha, em 1975, um trator para cada 141 hectares cultivados. Na Inglaterra a proporção é de um para

16 hectares; na França, 1/13; Alemanha Ocidental, 1/28; Argentina, 1/40; Uruguai, 1/81; e Cuba possuía, também em 75, um trator para cada 31 hectares.

Só que Ijuí é apenas um exemplo, pois — de acordo com uma divisão do Estado em zonas, feita pela Fundação de Economia e Estatística — a região onde o município se localiza mantém desde o início da década de 60 os maiores índices de mecanização do Estado. Em 75, esta região, que abrange 32 municípios do Planalto Médio e Missões, movimentava 60.753 tratores, ou seja, 30 por cento da população do Estado. Mas nem sempre foi assim.

A mecanização da lavoura gaúcha começa pelas terras da zona da campanha, com o plantio de arroz, nas primeiras décadas do século. Em 1920, quando praticamente só os plantadores de arroz conheciam essas máquinas, havia apenas 817 tratores em terras gaúchas. O número de arados, no entanto, era bem expressivo: 73.400, que representavam, na época 52 por cento desses equipamentos existentes em todo o Brasil.

COM O TRIGO, AS MÁQUINAS

O processo de industrialização da agricultura, intensificado a partir da década de 40, vai lotando o Rio Grande do Sul de máquinas, mas nem por isso a hoje zona da soja deixava de lado os arados com tração animal. Em 1940, essa zona do Estado, que detinha 66 por cento das lavouras do Rio Grande do Sul, continuava atrás da região da campanha, considerada a "vanguarda tecnológica", ou seja, onde se implantava e se desenvolvia tudo que era novidade.

MUNICÍPIO	Automotrizes		Tratores		Arado Mecanizado		Arado/Tração Animal	
	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975
A. Pestana	189	137	238	546	237	731	2.443	1.970
Ajuricaba	173	198	358	761	551	1.171	3.053	2.473
C. Bicaco	91	140	194	391	180	480	1.401	1.000
Chiapetta	68	115	198	355	156	301	1.038	673
Ijuí	447	489	784	1.446	780	1.766	5.622	4.008
S. Augusto	187	126	228	481	217	585	2.408	1.861
T. Portela	63	79	75	368	90	387	7.473	6.578
Tupanciretã	179	342	337	768	333	767	2.856	2.198
Caxias do Sul	45	04	299	758	164	285	3.437	2.692
D. Pedrito	90	251	530	839	473	950	1.616	1.235
Pelotas	189	189	502	989	470	980	9.025	5.960
Santa Cruz	343	204	143	236	124	265	12.357	7.113

* Os dados acima mostram como crescem os números de tratores, automotrizes e arados mecanizados no Estado, entre 70 e 75, enquanto se reduz o total de arados puxados por animais. Mas há detalhes que podem ou não ser explicados. Em Augusto Pestana e Santo Augusto, por exemplo, nota-se uma redução no número de automotrizes em 75, sem que se tenha explicação para isso. Em Caxias o mesmo acontece, talvez em função da uva e de outras atividades na área da fruticultura. E em Santa Cruz do Sul, a situação é a mesma, possivelmente por causa do incremento no plantio do fumo, que exige bastante mão-de-obra e também não precisa deste tipo de máquina na colheita.

Fonte: IBGE

Em 1950 os tratores surgem com força em quase todas as regiões, e aí é que o noroeste gaúcho vai conquistando o primeiro lugar em mecanização, em consequência do trigo, no início, e depois da lavoura de soja. A agricultura intensiva, que transforma a produção em mercadoria, abre espaços para tudo que é equipamento. Ao mesmo tempo, é claro, ano a ano se reduz o número de arados puxados por animais (Veja nas tabelas acima).

UMA AMOSTRA DA SITUAÇÃO

Essa mecanização talvez nem possa ser bem avaliada apenas com os dados de 1975, divulgados pela Fundação de Economia e Estatística, com base em estimativas. Se naquele ano Ijuí possuía um trator para cada 54 hectares, a quanto andar o índice de hoje, não só no município, mas

também em outras localidades? Um trabalho de pesquisa por amostras, realizado em 1980, por grupos de jovens rurais ligados aos sindicatos, em Ijuí, Chiapetta, Pejuçara e Catuípe, dá uma idéia dessa situação.

Na localidade de Pontão Santo Antônio, em Catuípe, em 1.401 hectares de terra de 64 propriedades, havia 38 tratores. O índice ali era, então, de um trator para cada 36 hectares, e ficava bem próximo da população de muitos países desenvolvidos. Mas é preciso levar em conta também outro detalhe: nesse caso, o índice foi apurado sobre a área total das propriedades, e não sobre a área cultivada. Se fosse considerada apenas a extensão das lavouras, que serve de base para definição desse índice, a população de tratores seria bem maior.

As lembranças de um pique que não volta mais

Era lindo de se ver. Quando passava uma carreta com tratores, os produtores que moravam por perto da estrada formavam um cortejo atrás do caminhão, até a revenda. E ali ficava difícil de explicar a cada um deles que aquela remessa pertencia a outros agricultores. Era preciso esperar mais um pouco, e muita gente voltava entristecida para casa, onde aguardaria o próximo caminhão que passasse, trazendo tratores de São Paulo para Ijuí e outras cidades da região.

Quem conta, com saudade, essas lembranças da época boa da venda de máquinas à vontade, ali por 1974 e 75, é o seu Frederico Walter Peukert. Conhecido como Fritz pelos produtores, ele está nessa lida de vender tratores e implementos desde 65, e há tempos trabalha para a Bühler, de Ijuí. Em 74, quando deu mesmo o estouro nas vendas, seu Fritz colocou 45 tratores, percorrendo as estradas de Ijuí, Catuípe e Chiapetta. Em pouco tempo, ele conhecia todo mundo, pois chegava de porta em porta.



Fritz: saudades da época de vender máquinas à vontade

— A gente se pechava com cinco vendedores, numa localidade, e todos eles vendiam. Naquela época não se falava em recursos próprios para comprar máquina, a gasolina ainda não estava cara, e rodar de carro não era preocupação. Os produtores pagavam no pau, à vista. Hoje, os vendedores desapareceram, e de vez em quando o que se vê nas estradas são

os técnicos da Cotrijuí e da Emater e o pessoal da Ceriluz, revisando alguma linha.

FUGINDO DOS COMPRADORES

Seu Fritz viu agricultor pagar até 20 mil cruzeiros para outro, só para ficar com um trator. "Eles não se agüentavam de ficar esperando",

lembra o vendedor, que atava os negócios arranhando um pouco no ale-mão, porque se fosse depender só da fala em português uma venda empacava. Só que em 74 um trator CBT 1105, com 108 HP, custava ao redor de Cr\$ 50 mil. Hoje esse mesmo trator fica por exatamente Cr\$ 2 milhões 975 mil.

"A fábrica não dava vencimento para atender a procura", conta o seu Fritz, que de uns anos pra cá atende outra freguesia, em Panambi, Condor e Pejuçara. A clientela e os tempos são outros, e vender trator atualmente é coisa difícil. Ficou longe a época em que ele tinha até que despistar os compradores, dando desculpas para poder atender um de cada vez.

— Agora só se vende um trator recebendo de volta um usado. O juro está alto, não há financiamento, e o banco sempre quer saber se o produtor realmente precisa da máquina. E com o preço da gasolina, tem que se rodar menos de carro. Talvez até melhora, mas aquele pique de 74 não volta mais.



A esperança de outro estouro

Demanda reprimida. Essas duas palavras têm sido usadas, nos últimos anos, para resumir o que os empresários entendem que está acontecendo com o setor de máquinas e implementos agrícolas. Isso quer dizer, mais ou menos, que há mercado para seus produtos, e que as vendas só não acontecem por causa do controle oficial, que limita crédito e impede a realização de negócios. Mas até que ponto os juros altos ou os financiamentos trancados influem nas dificuldades que se arrastam desde 1976?

No caso da área de implementos, o que acontece é muito mais uma retração natural do mercado, do que um controle da demanda através dos mecanismos do crédito, como reconhece o diretor administrativo e financeiro da Imasa — a Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas Fuchs, de Ijuí, Ludwig Reichardt Filho. Essa fábrica, que existe desde 1922, quando era apenas uma funilaria, acompanhou como poucas no país a evolução da agricultura, e por isso não chega a se assustar com a situação do momento.

Ludwig lembra que a indústria sempre tentou se adequar às reviravoltas na economia. Durante a Segunda Grande Guerra, por exemplo, a empresa passou a produzir equipamentos que o Brasil importava, transformando-se numa fundição de engenhos de cana, amassadores de barro, serras e laminadoras. Em 56 a fábrica já colocava no mercado os arados de grades, moinhos a martelo e misturadores de ração. Em 57, surgiu em Ijuí os primeiros discos de arado da América do Sul, e depois disso, ano a ano, a Imasa passa a produzir taipadeiras para lavoura de arroz, terraceadores, o arado pé-de-pato, e a partir de 70 as semeadeiras e plantadeiras.

UMA "MIUDEZA" PARA AS MULTIS

Essa diversificação chegou ao ponto de, a partir de 75, a indústria passar a fabricar coberturas metálicas, disputando áreas fora do setor primário, e desde 80 a Imasa exporta inclusive as máquinas perfiladoras que produzem essas telhas. Relembrando essa evolução, seu Ludwig ressalta que só assim a empresa deixou de correr o risco de depender apenas da agricultura, e especialmente da área de implementos, considerada uma "miudeza" que não atrai nem mesmo o interesse das multinacionais.

"Por que, afinal, os grupos estrangeiros não investem em implementos no Brasil?" — pergunta ele, dando logo a resposta: "Fabricar implementos não é um bom negócio para as multinacionais, que só entram em áreas onde se exige alta tecnologia". Em função disso foi que surgiram as indústrias de fundo de quintal, que agora não conseguem superar



Edson Sabo: negociando até a fiado



Sérgio Mensch: ninguém compra sem crédito

a crise que afinal, não pode ser unicamente atribuída a falta de empréstimos bancários.

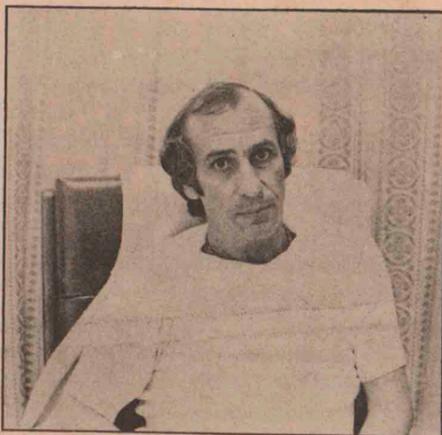
Para o diretor da Imasa, o importante hoje é investir em qualidade, melhorando o desempenho dos maquinários. Foi isso o que a indústria fez em 1980, lançando uma semeadeira aperfeiçoada no mercado. Naquele ano, a Imasa vendeu 150 semeadeiras, e no ano passado conseguiu colocar 850 unidades. Mesmo que exporte para o Paraguai, Uruguai e Argentina, e já tenha realizado negócios com Venezuela, Trinidad Tobago, Angola e Moçambique, a indústria não acredita que a saída seja exportar, pois "qualquer país tem suas fábricas de implementos".

PARA COMPRAR CARRO HÁ VERBAS

A diversificação, para escapar da crise, atinge também a Madal — Marcon, Dalsotto, Indústria de Implementos, de Caxias do Sul, que igualmente coloca niveladoras, raspadeiras, levantes hidráulicos e outros equipamentos na região da soja. Segundo Sérgio Mensch, do setor de vendas da empresa, a fábrica produz hoje 60 por cento do que vinha produzindo nos últimos anos.

A Madal decidiu investir na fabricação de equipamentos para mineração, conta Sérgio Mensch, segundo o qual "falta crédito em todo o Brasil, do Oiapoque ao Chuí". As vendas caíram em 80 por cento, inclusive no Mato Grosso e em Goiás, pois ele entende que "ninguém compra sem crédito".

As maiores queixas ficam, é certo, para quem fabrica ou revende má-



Marco Aurélio Bühler: para carro há dinheiro



Ludwig Reichardt Filho: investir em qualidade

quinas pesadas, pois estas sofreram os maiores cortes no crédito. Marco Aurélio Bühler, diretor da revenda Bühler de tratores CBT, de Ijuí, não esconde seu pessimismo: "Hoje, falta crédito para investimento, mas dentro de pouco tempo faltará também para custeio, para insumos".

"Como fazer planejamento da venda de máquinas, se não se sabe nem quanto há em orçamento no Brasil para investimentos nessa área?" — pergunta Marco Aurélio, garantindo que "essa situação foge ao controle dos gerentes dos bancos, dos diretores regionais, dos superintendentes, pois vem de cima, atinge todo o Brasil". O diretor da Bühler não concorda com o argumento de que a população de máquinas tenha atingido o ponto ideal, e acrescenta: "Quem quer um automóvel, em 24 horas tem o carro em casa. Mas para um trator, uma grade, uma semeadeira, não há verbas".

SAÍDA: VENDER TRATOR A FIADO

E não há mesmo, não só agora, este ano, como confirma outro revendedor, Edson Sabo, gerente da Alberto Sabo e Irmão, concessionária da Valmet, em Ijuí. No ano passado, de janeiro a maio, segundo ele, o Banco do Brasil também não liberou financiamentos. É possível que os empréstimos saiam da gaveta, após a definição da safra de soja, mas enquanto isso não acontece, a revenda está negociando até "a fiado".

Edson explica que os clientes mais conhecidos têm se utilizado desse sistema: eles levam o trator e ficam com o compromisso de pagar depois da colheita. Mesmo com o res-

surgimento dessa forma bem antiga de assegurar uma venda, não está fácil de se colocar um trator novo hoje em dia, e muitos dos negócios envolvem máquinas usadas. Ou o produtor quer levar um Valmet de segunda mão, ou oferece, como parte do pagamento, outro trator velho. Desde o ano passado a Sabo vende a fiado, e geralmente com prazo de 60 dias.

O gerente da concessionária acredita que atualmente os negócios estejam 60 por cento abaixo do movimento da época do pique, entre 73 e 76, e não aposta numa recuperação significativa, por vários motivos. Primeiro, porque não acredita que o governo vá afrouxar no crédito, e depois porque reconhece que aquele período foi superado. Edson destaca, principalmente, o fato de que a região do minifúndio não mais permite o crescimento horizontal da lavoura.

"Quem planta hoje 100 hectares de soja, terá que plantar nos mesmos 100 amanhã, pois a agricultura já tomou as terras disponíveis", diz ele, admitindo também que os custos da lavoura subiram mais do que os preços pagos pelos produtos, descapitalizando o agricultor. Para Edson Sabo, toda a expectativa hoje se resume ao que pode acontecer com as safras, para que ocorra apenas uma reposição de máquinas.

APOSTANDO EM MAIS UM ESTOURO

Essa constatação, que se baseia na realidade da zona do minifúndio, pode valer para outras revendas que têm sua área de ação restrita a uma região onde o mercado, no momento, está reconhecidamente saturado. Mas pode também não ser levada em conta por quem fabrica, como é o caso da Massey Ferguson, que decidiu transferir sua fábrica de tratores e implementos de São Paulo para Canoas, no Rio Grande do Sul.

Só que a indústria vende para onde bem entende, e no dia 15 de maio irá inaugurar sua fábrica em terras gaúchas reforçando uma idéia de que o setor terá uma recuperação, no máximo até 1984. Norberto Farina, o diretor-geral do grupo, garante que o momento é apenas de transição, e que dentro de uns dois anos o governo terá que voltar a investir na agricultura, recorrendo de novo a mais um pique na mecanização da lavoura.

A Massey Ferguson não vem, contudo, para o Rio Grande do Sul, porque simplesmente entende que o novo estouro vá acontecer exatamente aqui, e não, por exemplo, onde a fronteira agrícola pode se expandir, como seria mais provável. É que uma unidade do grupo, que já operava em Canoas, vinha funcionando com capacidade ociosa, com folga na produção. E, entre outras coisas, a indústria também descobriu que a mão-de-obra gaúcha é mais barata que a paulista.

O Major e a ceifa

Quem trocaria hoje 32 hectares de terra no Paraná por um trator? Pois o seu Otto Tietzmann fez isso, mas há 18 anos atrás. Vendeu a terra, e comprou um Fordson Major ano 58, de segunda mão. O agricultor, que tem 49 hectares, em Arroio das Antas (Ijuí), relembra esse negócio, contando que foi um dos primeiros moradores da localidade a mecanizar a lavoura.

Foi um vendedor da firma Foletto, de São Luiz Gonzaga, que apareceu na casa de seu Otto oferecendo o trator. Ele não se lembra muito bem o que pagou pelo Fordson, "mas deve ter sido uns sete mil cruzeiros", ou seja, quase o mesmo valor ganho com os 32 hectares do Paraná. "Eu nunca tinha pegado em carro nenhum, mas peguei fácil, depois de algumas explicações. No outro dia saí lavrando", conta o produtor.

Até hoje o Fordson teve só pequenos problemas, mas mecânico nenhum mexeu em sua máquina, nesses 18 anos. Os pneus dianteiros são originais e estão meio carecas, mas isso também não preocupa, pois seu Otto descobriu que há pneus para o trator em Porto Alegre. Com seus 65 HP, o Fordson está meio encostado, fazendo apenas serviços leves. "Ele tem baixa rotação, e é meio lerdo".

EM SOCIEDADE

O trabalho mais pesado fica por conta de um Valmet, adquirido há cinco anos. Este Valmet foi comprado com Cr\$ 36 mil de entrada, e os restantes Cr\$ 60 mil financiados. Com a soja da safra passada, seu Otto pagou a última prestação, de Cr\$ 8 mil. Apesar de ser mais robusto que o Fordson,

no inverno o Valmet precisa da ajuda do outro para poder pegar.

Também há cinco anos, seu Otto comprou uma automotriz, em sociedade com outros dois vizinhos. Tanto o Valmet como a automotriz foram pagos sem muita dificuldade, apesar de algumas frustrações nas safras. Hoje, o agricultor até acha graça, quando relembra a troca da terra pelo trator, que é do tempo das máquinas importadas. De que jeito alguém pode pensar um negócio à vista, se nem mesmo com empréstimo isso é possível para os pequenos proprietários?

Por enquanto, seu Otto não precisa de máquinas novas, mas ele se põe em dúvida sobre o futuro. "Se os tratores e automotrizes de hoje durarem como o Fordson Major, então agüentarão bastante, mas e se não for assim?" — indaga-se ele. Seu Otto já recebeu propostas para vender o tratorzinho, mas renega todas: "Ele precisa descansar, ele merece".

OUTRO CASO

A família Brittes, de Esquina Santo Antônio (Vila Jóia), não poderá contar uma história parecida com a de seu Otto, daqui a alguns anos. Seu Olívio e os filhos Wilson e José Domingos, que têm 160 hectares em sociedade, inventaram de comprar a primeira colheitadeira no início deste ano, e puderam testar as dificuldades que outros tantos produtores enfrentam com as tais restrições de crédito. É o Wilson quem conta:

— Nós tentamos encaminhar a proposta de financiamento em janeiro, mas não conseguimos. Mesmo assim, desde o dia 10 estamos na fila. Mas só nos inscreve-

mos, pois o Banco do Brasil de Tupanciretã diz que não está liberando nada.

Apesar desse obstáculo, eles decidiram, de qualquer forma, comprar a máquina, uma Clayson de segunda mão. Desde o dia 25 de março eles usam a colheitadeira, prestando também serviços à vizinhança. O problema é que o dono da máquina deu prazo até maio, para que os três milhões de cruzeiros sejam pagos. E de onde os Brittes vão conseguir tanto dinheiro?

Wilson conta que, com a colheita feita para vizinhos, eles esperavam arrecadar os 30 por cento não cobertos pelo financiamento do banco, pois a máquina tem um empréstimo sobre 70 por cento do valor. No final de março, ele estava meio desesperado diante da ameaça de ficar sem o empréstimo. Para completar, os Brittes levaram um susto bem grande: durante uma colheita de soja, a máquina ficou com as duas rodas traseiras dependuradas num barranco. Por pouco a primeira automotriz da família não foi parar lá embaixo, no meio da estrada.

Da euforia ao aperto

As contradições do governo, na hora de definir prioridades, não são assim tão novas para a área de máquinas agrícolas. Em 1956, um decreto surgia como a primeira tomada de decisão, para que o Brasil produzisse tratores e deixasse de importar. Naquela época havia 150 modelos de tratores no mercado brasileiro, e as importações agravavam problemas como a reposição de peças e manutenção. Esse decreto proibiu a participação de órgãos oficiais nas importações, e retirou todo subsídio dado a essas compras.

A medida surtiu efeito: em 1960, o Brasil produzia seus primeiros 17 tratores, e quatro anos depois circulavam no país mais de 11 mil unidades fabricadas aqui. Em 73, a indústria dita nacional — que na verdade já tinha o controle de grupos estrangeiros — conseguia suprir as necessidades internas. Foi um bom salto, considerando-se que em 1960 o Brasil importara 10.540 tratores.

Em 64, no entanto, há uma reviravolta: os juros dos financiamentos para tratores pulam de 11 para 24 por cento. Além disso, essas máquinas passam a ser bastante tributadas. Em 67, diante da gritaria dos empresários, o governo volta atrás e dá isenção fiscal (retira os impostos), baixando ainda os juros para 15 por cento ao ano. Durante quase toda a

década de 70, juro não é problema para se comprar máquinas. Minis e pequenos produtores pegavam empréstimos com taxas de 13 por cento ao ano.

Mas em 79 começa o aperto. Para minis e pequenos produtores, os juros passam a 29 por cento, e para médios e grandes saltam para 38. Em 81, outra mudança para pior: as taxas ficam em 45 por cento para investimentos de até 100 MVR (Maior Valor de Referência), ou seja, uns Cr\$ 573 mil. Para mais de 100 MVR, as taxas passam a ser de 73,8 por cento. É nessa faixa, de juros altos, que ficam os tratores, automotrizes e outras máquinas pesadas.

NA FILA

Este ano, a situação continua quase a mesma, quanto a juros, mas piora em termos de volume de dinheiro disponível para investimentos. Segundo o gerente da carteira de crédito rural do Banco do Brasil em Ijuí, Gilberto Garcez, os recursos estão a zero. Até fevereiro, a agência chegou a liberar alguns financiamentos pendentes do ano passado, mas desde março nem mesmo as propostas são recebidas, simplesmente porque estas ficariam defasadas. Acontece que somente a partir de julho é que poderá ocorrer liberação de financiamentos, com a captação do di-

nheiro da safra da soja.

O banco mantém, de qualquer forma, uma lista de inscrição de candidatos a financiamentos, e essa relação tem, desde o início de março, mais de 300 nomes. Essa fila pode ajudar um argumento do secretário do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos do Estado, Geová Müller, segundo o qual não chega a existir uma saturação do mercado, mas sim falta de recursos para a aquisição das máquinas.

Geová Müller afirma que a reposição de máquinas, por ano, fica na proporção de 10 para cada 100 existentes na lavoura. Se essa reposição não acontece, as indústrias chegam ao ponto em que estão atualmente, funcionando com uma ociosidade de 55 por cento. É ele quem lembra também que tudo isso se alastra desde 76, quando completava apenas dois anos um programa do governo federal de estímulo à indústria do setor, para aumento da mecanização agrícola.

OS PREÇOS

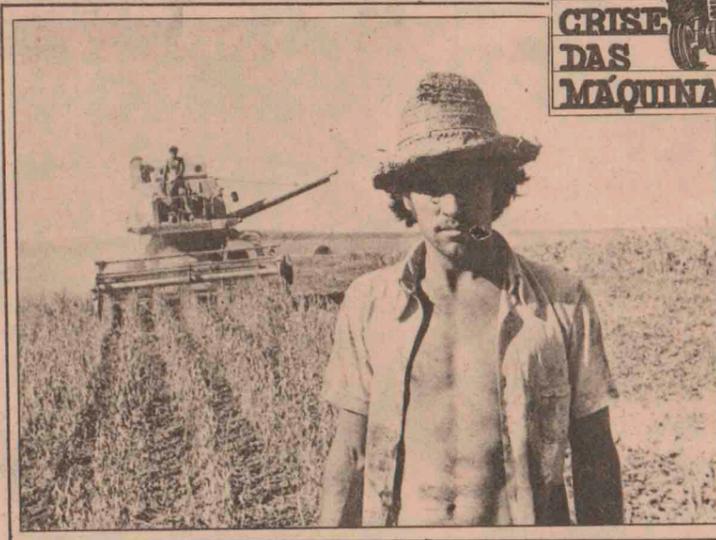
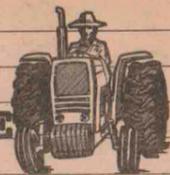
A indústria apostou nos planos oficiais, investiu em ampliações, equipamento e pessoal, e pouco tempo depois a prioridade era deixada de lado. Esse choque teve repercussão no Rio Grande do Sul como em nenhum outro Estado, pois os gaúchos chegaram a participar com 60 por

cento da produção de máquinas agrícolas do país. Hoje, segundo o secretário do sindicato, o Estado está com uma participação de 40 por cento, e há muito perdeu o primeiro lugar para São Paulo.

Tantas dificuldades, que determinaram redução na produção e quase tornaram inviáveis as pequenas empresas do setor, devem ser — como lembra Geová Müller — somadas a todos os outros problemas enfrentados pelas empresas nacionais, especialmente as de menor porte. Com alterações na escala de produção, para que se adequassem à nova realidade, as indústrias pequenas vão espantando, aos trancos, a ameaça de falência.

E o produtor, ao mesmo tempo, vê que não só os juros ficaram mais altos, mas os próprios preços dessas máquinas. Uma automotriz, que em 78 custava Cr\$ 425.000,00, em janeiro de 82 estava valendo Cr\$ 4 milhões e 255 mil, com um aumento de 901 por cento. Um trator, que podia ser comprado com Cr\$ 211 mil em 78, em janeiro último estava por Cr\$ 1 milhão e 900 mil, mais caro, portanto, em 809 por cento. E até um arado de discos teve seu preço aumentado, no mesmo período, de Cr\$ 21.133,00 para Cr\$ 554 mil. Quem diria que, em quatro anos, um arado teria um aumento de mais de 2.500 por cento?

A
CRISE
DAS
MÁQUINAS



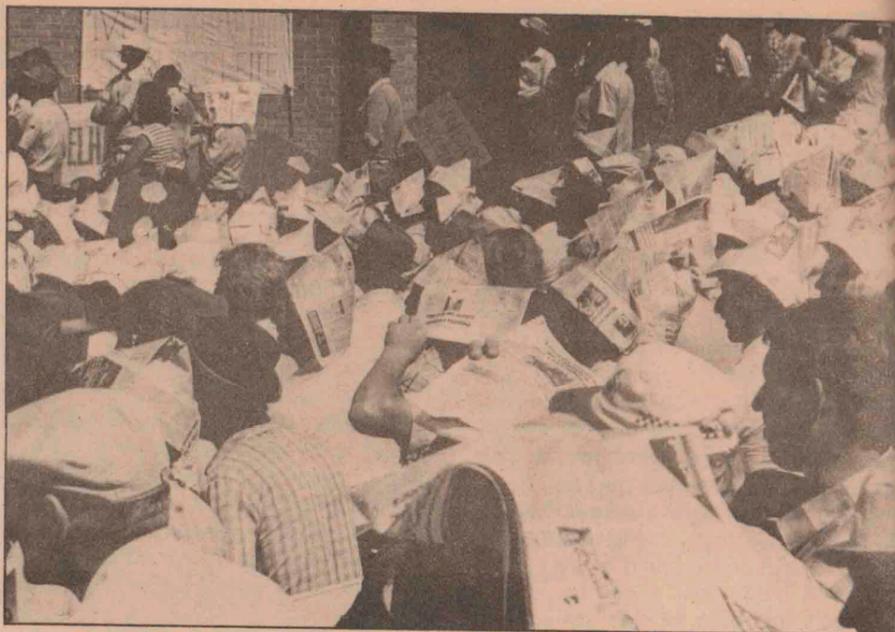
Wilson Brittes:
na fila
de crédito



Otto Tietzmann e o seu Fordson Major



A concentração reuniu 10.000 produtores debaixo de um sol forte...



... onde os jornais tiveram um bom uso: chapéus contra a insolação

CONCENTRAÇÃO APROVOU UM BOICOTE

Não foi nem o sol forte depois de uma noite inteira de viagem que muitos tiveram que enfrentar, que tirou a disposição de 10.000 produtores de leite do Rio Grande do Sul que participaram de uma concentração em Porto Alegre exigindo mudanças na política leiteira. A concentração, organizada pela Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul), aconteceu dia 23 de março, no auditório Araújo Viana, em pleno Parque da Redenção, a maior área verde da capital gaúcha.

A realização de uma concentração fora decidida depois de assembleias reunindo os produtores de cada município no mês de janeiro, como forma de protesto pela falta de uma solução para a crise do setor leiteiro. Enquanto estes 10.000 participavam da concentração, cerca de 80 por cento dos produtores do Estado não entregaram leite naquele dia, apoiando os companheiros que estavam em Porto Alegre e ainda como exigência para que a crise do leite chegue a um fim que contente tanto os produtores como os consumidores.

Quem chegou cedo pode arrumar uma sombra dos cantos do auditório, uma construção ao ar-livre feita para espetáculos de teatro, de música, etc. Naquele dia, porém, além de acomodar os produtores de leite durante toda a manhã, recebeu na parte da tarde milhares de professores estaduais que estavam em greve porque o governo estadual não queria cumprir um acordo feito ano passado sobre um aumento de salá-

rio. Quem não arrumou uma sombra precisou se ajeitar improvisando chapéus feitos de jornal, porque o sol estava realmente muito forte e teve até gente que chegou a passar mal.

O SECRETÁRIO PARTICIPA

A única autoridade que atendeu o convite de participar da concentração foi o secretário da Indústria e Comércio, João Jardim, que disse apoiar integralmente as reivindicações dos produtores. Ele inclusive falou que o segundo percurso (o frete-2), cobrado pelas indústrias, "é ilegal e vergonhoso". De início, o secretário Jardim (que já foi presidente da Corlac) encontrou uma certa dificuldade em discursar, recebendo muitas vaias de participantes da concentração. Ao falar de seu apoio, porém, o pessoal resolveu ouvir o que ele tinha para contar. O secretário, justificando estar adoentado, saiu mais cedo da concentração. Segundo explicação divulgada mais tarde, ele saiu do auditório e foi ao Palácio Piratini falar com o governador Amaral de Souza. Mais tarde foi almoçar com empresários na Fiergs (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul).

SUBSÍDIO SÓ PARA FORA

Depois do secretário foi a vez dos produtores se manifestarem. De cada região falava um produtor, contando as reivindicações mais importantes e trazendo o protesto pela situação enfrentada por quem trabalha com a pecuária leiteira. Pela regional de Santa Rosa, por exemplo, a pro-

As reivindicações para terminar com a crise do leite não se resumem apenas a um preço justo para o produtor. Se a situação não chegar a um final que atenda os interesses tanto de quem produz como de quem consome, é possível que os sindicatos organizem um boicote à entrega do produto. A decisão foi tomada em Porto Alegre, durante concentração de 10.000 produtores gaúchos.

posta é que os produtores "partam para o boicote total, por tempo indeterminado, e que aqui se aprove a volta às bases para que ninguém entregue um litro só de leite".

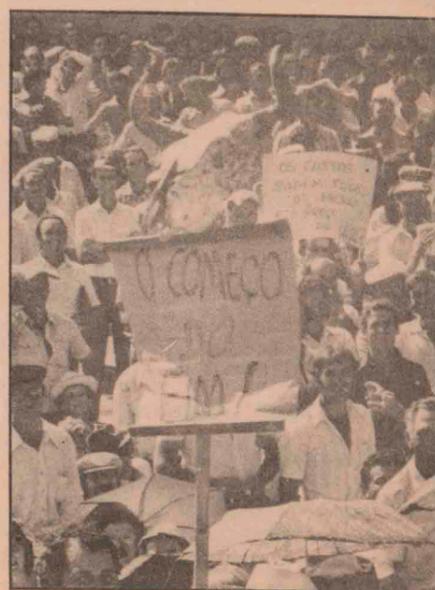
A colocação da regional de Ijuí lembrou inclusive porque foi necessário realizar a concentração: "estamos protestando porque nossas reivindicações não foram atendidas. É subsidiado o frango para os árabes, o calçado para os americanos ricos, mas não é subsidiado o leite para os brasileiros. Na nossa região, onde se produz principalmente soja para exportar, a luta do leite é para nós redobrada, que agora produzimos leite para os brasileiros".

Enquanto o representante da regional de Ijuí estava falando, entrou no auditório uma comissão do município de Arroio do Meio, arrancando risos dos participantes. É que o pessoal trazia presa numa estaca uma caveira de vaca, onde estava pregado um cartaz que dizia "O Começo do Fim". Esta foi a forma, bem humorada, que o pessoal daquela região encontrou para mostrar a que ponto chegou a crise.

O LUCRO DOS INTERMEDIÁRIOS

A regional do Alto Jacuí lembrou um ponto muito importante: "as autoridades jogam o produtor contra o consumidor. Nós não ganhamos nem Cr\$ 29,00 e nem Cr\$. . . . 27,00 pelo leite. Tem ainda todos os descontos. Somos a favor é de tirar toda esta parcela enorme de lucro dos intermediários".

Um produtor de Cachoeira do Sul, município onde começou toda



A caveira da vaca e o cartaz: O Começo do Fim

movimentação do leite no ano passado, lembrou que "se a agricultura fosse mesmo prioridade, este auditório não estaria cheio". Por isto ele pediu, e os participantes concordaram, que todos repetissem bem alto a palavra "basta".

O QUE SE PEDE

Em cada colocação também surgia uma proposta para a continuidade da luta. Estas propostas foram logo a seguir reunidas e apresentadas aos participantes para votação. Elas repetem basicamente as mesmas reivindicações da reunião estadual que aconteceu dia 14 de janeiro em Porto Alegre, logo após as assembleias municipais. Se elas não forem atendidas na portaria de julho da Sunab, os produtores prometem fazer boicote à entrega do produto. As reivindicações são estas:

- Uma portaria da Sunab específica para a região Sul e que atenda às peculiaridades locais;
- Eliminação da obrigatoriedade do produtor pagar o frete 2;
- Preço único para o leite, com reajustes trimestrais, de acordo com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor);
- Abolição das cotas para os produtores permanentes;
- Pagamento do produto num prazo máximo de 15 dias após o fechamento do mês;

Continuação na página 9

Continuação da página 8

- Tabelamento dos preços dos insumos e fiscalização no controle de qualidade dos produtos veterinários;
- Aquisição dos excedentes da produção de leite pelo Governo;
- Devolução do leite ácido ao produtor;
- Suspensão das importações de leite pela Zona Franca de Manaus;
- Subsídio do leite ao consumidor, como forma de viabilizar o equilíbrio do setor.

GRAU DE CONSCIÊNCIA

O fim da concentração foi a palavra de José Francisco, presidente da Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura). Para ele, o que se viu ali no auditório "representa o grau de conscientização do movimento sindical gaúcho. É um dia decisivo para marcar o grau da nossa mobilização". Zé Francisco lembrou também outras situações de injustiça enfrentadas pelo produtor rural brasileiro, principalmente as questões agrárias, onde os números mostram a má distribuição de terra no País: "260 famílias têm 30 milhões de hectares, o que é mais do que todos os pequenos produtores reunidos".

A estas alturas já passava do meio dia e a concentração foi encerrada depois de assumido o compromisso de se voltar às bases para organizar, se preciso, o boicote à entrega do produto. Enquanto saíam os produtores, entravam os professores, uns apoiando as lutas dos outros. "Se os professores e também todos aqueles que trabalham na cidade ganhassem mais", era o comentário, "mais fácil seria a gente contar com um preço justo para o nosso produto".

Nova portaria mudou os preços

Uns dias após a concentração em Porto Alegre foram divulgados os novos preços do leite. A Comissão Estadual, que ficara responsável pela condução da luta, já tomara conhecimento da nova portaria, que não atendeu as reivindicações reafirmadas pelos produtores.

O aumento elevou o preço ao produtor em índice inferior ao aumento do leite ao consumidor. O leite consumo passou de Cr\$ 29,00 para Cr\$ 37,00 (reajuste de 27,5 por cento) e o leite indústria de Cr\$ 27,00 a Cr\$ 34,00 (aumento de 26 por cento). Enquanto isto, o consumidor paga Cr\$ 52,00 contra os Cr\$ 40,00 do litro com 3,2 por cento de gordura (aumento de 30 por cento).

A portaria ainda trouxe de volta o leite reconstituído, com índice de 2 por cento de gordura e com preço de Cr\$ 47,00 para o consumidor. Este leite é produzido pela indústria com leite em pó, água e leite puro.

Desta forma a Sunab continua a permitir o pagamento de dois tipos diferentes de leite, além de não eliminar a cota para os produtores permanentes, o que era uma das maiores reivindicações. O preço do leite cota ficou em Cr\$ 26,00

Com a usina da CCGL se inicia uma nova era da produção leiteira

Assim disse o ministro Amaury Stábile na inauguração da indústria em Languirú

Foi um dia de festa para a CCGL (Cooperativa Central Gaúcha de Leite) a data dois de abril deste ano. Naquele dia, com a presença de várias autoridades, a CCGL inaugurava em Languirú a sua usina de produção de leite em pó, o maior complexo industrial da área de leite de toda América Latina. Prestigiando a inauguração estavam o ministro da Agricultura, Angelo Amaury Stábile, o presidente do BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativismo S/A), Toshio Shibuya, o secretário estadual da Agricultura, José Alfredo Marques da Rocha, o secretário estadual da Indústria e Comércio, João Jardim, além de muitos deputados, como Néelson Marchezan, Emídio Perondi, Hugoardini e o ministro do Tribunal de Contas (e ex-ministro do Trabalho) Arnaldo da Costa Prieto.

RESOLVER O PROBLEMA

A usina, de acordo com a direção da CCGL, "veio para resolver, em grande parte, um dos maiores problemas da indústria de laticínios do Brasil, que é a estocagem na entressafra". Até então, a CCGL vinha estocando o leite em forma de queijo, o que representa um custo muito alto, pois exige instalações especiais para conservar o produto. Em forma de leite em pó, além de baratear o custo da estocagem, fica mais fácil regularizar o abastecimento do mercado de leite fluido, eliminando eventuais necessidades de importação do produto.

No discurso do presidente da Central, Frederico Gunnar Durr, foi ressaltado que esta obra, além de evitar as importações do produto, representará um apoio no programa de engorda de terneiro stabulado; absorção de excedentes de safra

de todo o acervo do sistema CCGL, hoje composto de nove unidades industriais, espalhadas por todo estado do Rio Grande do Sul, e diversificação da produção industrial.

Durr quis deixar bem claro na sua colocação que "não pretendemos fazer desta solenidade uma tribuna reivindicatória. No entanto, aproveitamos a presença das autoridades responsáveis pela condução dos destinos da atividade leiteira, para sugerir a implantação de uma política estável bem definida para o setor".

SATISFAÇÃO

Para o ministro Amaury Stábile aquele era um dia de "grande satisfação para mim, talvez o maior que já tive desde que iniciei meu trabalho no Ministério da Agricultura. É a satisfação de ver fechado um círculo onde se integrou o trabalho, a energia, o amor da gente desta terra". O dia tinha um significado especial para o ministro, porque foi exatamente em Languirú que ele fez sua primeira visita oficial como membro do Governo. Foi há três anos atrás, num dia do Colono, quando ele veio representar, como secretário geral do Ministério, o então ministro da Agricultura Delfim Netto, hoje ministro do Planejamento.

Stábile afirmou que acreditava, firmemente, "que a produção leiteira gaúcha inicia uma nova era, com a inauguração da maior torre de secagem da América Latina. É a garantia de mais estabilidade no fornecimento de leite pelo pequeno produtor, trazendo-lhe mais sossego em sua vida. E o terneiro, que antes era sacrificado e agora é estabulado, será transformado em uma nova fonte de riqueza, alimentado pelo soro que antes

era destruído".

O secretário da Agricultura, Marques da Rocha, trouxe a mensagem do governo do Estado, afirmando que "aqui se reflete a vocação e o devotamento do povo do Rio Grande à atividade agro-pastoril e o potencial agrário que, em muito tem contribuído para o desenvolvimento econômico e social brasileiro". Ele desejou votos de pleno sucesso à usina de leite, "augurando que dela surjam excelentes resultados, decisões corajosas e disposição crescente para levar avante o abnegado trabalho até aqui desenvolvido por seus idealizadores".

Depois das solenidades de inauguração, houve a bênção da nova usina, quando os religiosos desejaram que aquela obra representasse a possibilidade de uma situação mais justa ao pequeno produtor rural, de manutenção da juventude no campo, e que ela viesse a servir os reais interesses dos produtores. Encerrada a bênção, todos os convidados e autoridades visitaram as instalações da usina. A seguir, no pavilhão social da Cooperativa Languirú, foi servido um churrasco para 1.000 pessoas.

Uma obra avançada

A usina da CCGL em Languirú levou 20 meses para ser construída. Ela reúne o que de mais avançado existe em termos de indústria do setor de laticínios e tem capacidade para industrializar 600.000 litros de leite por dia. Ali se faz leite em pó, integral e desnatado, soro em pó, manteiga, requeijão cremoso, doce de leite, creme de leite, leite pasteurizado, leite esterilizado (ou longa-vida, que se conserva por até seis meses fora do refrigerador), sorvetes e também matéria-prima para a fabricação de ração substitutiva para a engorda de terneiro estabulado.

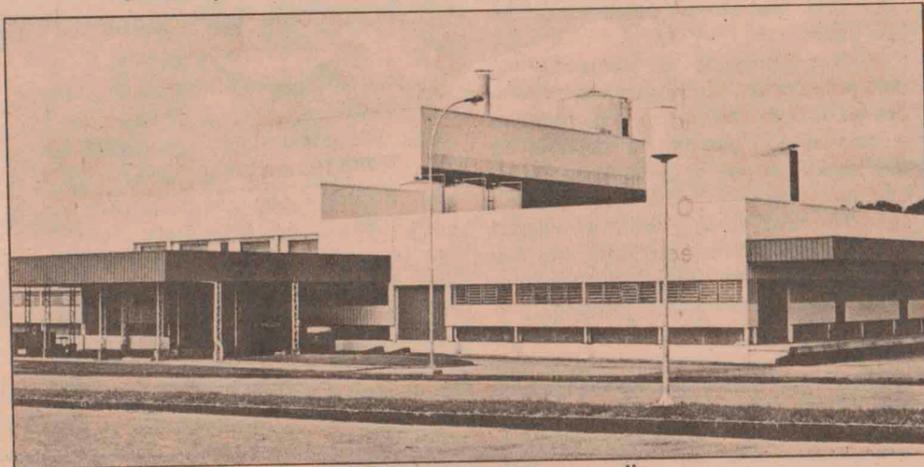
O custo da usina, considerando valores históricos, foi de CR\$ 650 milhões. Atualizando este valor chega-se a aproximadamente Cr\$ 2 bilhões. Os recursos financeiros foram concedidos pelo BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A).

O complexo industrial de Languirú ocupa uma área de 145 mil metros quadrados, sendo 12.800 de área construída. A energia para o funcionamento da indústria pode ser obtida de três fontes: óleo combustível, carvão e lenha. Outro cuidado do projeto foi o de não provocar poluição ambiental. Os dejetos da indústria passarão primeiro por um tratamento em tanques decantadores e lagoas, dentro do próprio parque industrial.

Hoje a CCGL recebe 52 por cento da produção de leite do Rio Grande do Sul destinada às indústrias. Ela foi fundada em 1976 por 13 cooperativas de trigo e soja, (e entre elas a Cotrijui), que buscavam na produção leiteira mais uma alternativa para seus associados. Atualmente ela conta com 33 cooperativas filiadas. Seu parque industrial é composto de 9 usinas, além de 20 postos de coleta e resfriamento de leite já instalados e mais cinco em construção.



Na inauguração, as presenças de Toshio Shibuya, presidente do BNCC, Frederico Durr, da CCGL, o secretário Marques da Rocha e o ministro Amaury Stábile.



A usina tem capacidade de beneficiar 600 mil litros por dia

A SECA TAMBÉM É CULPA DO SOLO

Não é apenas a falta de chuva que explica a seca de mais este ano. Os prejuízos são também uma consequência do péssimo estado em que se encontram os nossos solos.

Outro ano, outra estiagem. E outra quebra na produção. Vamos colher no mínimo 30 por cento a menos de soja do que as primeiras previsões. E 10 por cento a menos no milho, que sofreu quedas acentuadas na produtividade das variedades tardias. As estimativas são do Departamento Técnico da Cotrijual, que está acompanhando de perto o desenvolvimento das lavouras em toda região.

A falta de chuva já começou a ser sentida no final do mês de dezembro e chegou a um ponto crítico em janeiro, um mês de chuvas esparsas e mal distribuídas. E foi um mês em que choveu muito menos do que até mesmo em 1978, quando se enfrentou a primeira grande estiagem dos últimos anos. Os dados que são coletados diariamente nas diversas unidades da Cooperativa comprovam isto. Só no CTC, por exemplo, a precipitação em janeiro chegou apenas a 10 milímetros, e isto em dois dias de chuva. Em 78, neste mesmo local, a precipitação foi de 93 milímetros. Já no ano passado ela chegara aos 116 milímetros. Em fevereiro choveu melhor, mas já em março a terra se ressentia da falta de chuva.

SÓ A ESTIAGEM NÃO JUSTIFICA

"Choveu menos do que em outros anos", lembra o agrônomo Rivaldo Dhein, responsável pela coordenação da área de Solos na Cooperativa, "mas não é só a falta de chuva que explica os prejuízos

que estamos tendo". E isto ele afirma baseado exatamente nos números que mostram a precipitação ocorrida nos últimos meses:

— Em dezembro choveu 227,4 milímetros de chuva, sendo que 149 milímetros concentrados na última quinzena do mês. Então, não seria possível que já no dia 20 de janeiro nossas culturas mostrassem sintomas de falta de água. Existem países onde chove apenas 300 milímetros durante o ano inteiro, como a Austrália, e mesmo assim se pratica agricultura naquelas regiões.

O problema, segundo o Rivaldo, é que os nossos solos não têm mais capacidade de reter e armazenar a água necessária para o desenvolvimento das plantas. Assim, não são apenas os períodos de estiagem os responsáveis pelos prejuízos, mas sim, como ele diz, "também o estado em que se encontra o nosso solo como consequência do mau uso que estamos fazendo dele".

O Rivaldo comenta este assunto, delicado inclusive, baseado em dados da pesquisa e na sua experiência na área de conservação de solos. Para demonstrar o quanto o estado do solo pode ser responsabilizado pelas consequências de uma estiagem, ele faz a comparação entre um solo virgem, jamais cultivado, e um solo que tem recebido a preparação convencional (uma aração, duas gradeações e queima de palha) durante 10 anos:

— O solo virgem tem um teor de 5,8 por cento de matéria orgânica. O solo cultivado há 10 anos

tem apenas 2,7 por cento. No solo virgem a capacidade de infiltração da água chega a 31,5 centímetros por hora. No outro, ela se reduz a 0,6 centímetros por hora. A capacidade de armazenamento de água num solo virgem é de 14 por cento em relação ao peso da terra. No solo cultivado há 10 anos fica apenas em 7 por cento. Só que é preciso lembrar que os solos aqui nesta região não são cultivados há apenas 10 anos, como foi comparado neste dado da pesquisa. São solos, na sua maioria, cultivados há 30, 40 e até 70 anos. Isto por si só explica porque a seca é mais uma consequência do estado do solo do que propriamente à falta de chuva.

TRATAMENTO DE CHOQUE

Se não fizermos nada em relação a este problema, a situação só tende a piorar, na opinião do agrônomo. "No momento atual", como ele diz, "o solo está precisando um tratamento de choque, para romper aquela camada compactada de solo, e isto deve ser feito com uma subsolagem profunda (mais ou menos a 30 centímetros da superfície)" Isto, segundo o Rivaldo, seria apenas o início. Depois do tratamento de choque, ele recomenda um cultivo mínimo, para mexer o menos possível com a terra. O melhor, inclusive, até seria fazer um plantio direto. O importante, em todos os casos, é ocupar o solo de acordo com a sua capacidade de uso. Conta o Rivaldo:

— Isto significa que se deve colocar as culturas nos tipos adequados de solo. Plantar pastagens em terrenos inclinados, sujeitos à erosão, e jamais trabalhar com máquinas em terrenos assim. Deixar as culturas anuais, como trigo e soja, para os terrenos planos.

Importante também seria adotar a rotação de culturas quase como uma religião. Terra que recebe soja num ano, ser plantada com milho no outro, pastagem num terceiro e assim sucessivamente:

— Ao entrar com a rotação de culturas também é bom plantar espécies com boa capacidade de enraizamento, pois estas têm mais força para romper a camada compactada. É o caso do tremoço, do milheto, a aveia, a colza e principalmente as pastagens perenes, de preferência fazendo uma consorciação de gramíneas com leguminosas.

O Rivaldo confia que este estado de coisas a partir de agora só tende a se modificar:

— De um ano para cá se começou um trabalho mais intenso com os produtores, no sentido de ir melhorando o que se faz em termos de conservação do solo. A idéia de que apenas o terraço é o suficiente já está sendo deixada de lado, pois o que se precisa é adotar uma série de práticas conservacionistas. Daqui alguns, quem sabe, as reações positivas sejam cada vez maiores e não se sintam, como agora, as consequências tão desastrosas dos períodos de estiagem.

Um silo para não perder o milho

Com a seca, os dois hectares de milho do seu Benjamin Gieseler, da Linha 18, em Ajuricaba, já eram considerados perdidos. Os pés espigaram muito mal e tudo ficou virado praticamente só em palha. Seu Benjamin pensou daqui, pensou dali, e estava procurando um jeito de garantir alimento para suas 15 vacas na hora em que o pasto fosse mesmo raramente. Foi aí que numa conversa com o técnico da Cooperativa que atende a sua região, o José Rambo, ele achou uma forma de aproveitar a sua lavoura e alimentar os animais: fazer silagem.

Por alguns dias ele ainda ficou esperando a ensiladeira da Cooperativa que é usada, de acordo com um planejamento, pelos associados. Só que a ensiladeira estava estragada e ele precisou apelar para outro recurso. Fez então sua silagem usando tufão para triturar o milho. De início começou com dois tufões, o seu e mais um do cunhado, Carlos Bartuchus. Mas já no primeiro dia de trabalho encostou o seu de lado "que rendia muito pouco". A silagem acabou envolvendo 12 pessoas, entre vizinhos e parentes. Uns ficavam cortando o milho na roça, outros na

carreta para transportar o produto e mais alguns tocando o tufão e compactando o milho, misturando o melado com água. Foram usados também três tratores. A serviço foi grande, mas o pessoal trabalhou com afino, ainda mais que na hora do almoço o seu Benjamin sempre servia alguns dos garrações de vinho da sua produção. E ele quem diz:

— Se tivesse uma ensiladeira ia mais rápido, mesmo que o custo no final fosse maior. Com dois tufões também seria mais fácil. Mas eu não podia era perder este pasto.

Nos planos do seu Benjamin, que pela primeira vez fez silagem, está a compra de uma ensiladeira em conjunto com a vizinhança e parentes, a exemplo do que alguns grupos de produtores já andam fazendo.

No custo final, o quilo de silagem deveria sair cerca de Cr\$ 2,32. Nos cálculos do seu Benjamin, a mão-de-obra usada para todo trabalho representa o serviço de uma pessoa durante 17 dias. Neste ítem ele calcula o custo de Cr\$ 1.000,00 por dia, o que vai representar Cr\$ 17 mil. O tufão, tocado pelo trator,



O serviço foi grande, mas assegurou o alimento prás vacas. . .

trabalhou 13 horas. O trator ainda puxou milho da lavoura até o silo durante umas 8 horas. Ele também acha que gastou uns Cr\$ 1.000,00 por hora com trator e mais óleo diesel, o que vai representar então Cr\$ 21 mil neste ítem. Na cova, que pode ser usada mais de um ano, ele avaliou que tenha gasto para esta vez um valor de Cr\$ 6 mil. A lona para revestir o silo custou Cr\$ 7.500,00. O produto ele avaliou em Cr\$ 30 mil. No final das contas ele gastou Cr\$ 81.500,00 para fazer cerca de 35 toneladas de silagem.



. . . do seu Benjamin Gieseler

Um pouco o sol matou, o resto a lagarta comeu

"Metade do estrago é do sol, e outra metade é da lagarta", comenta desolado o seu Daniel João Bordinhão, de Coxilha Ouro, em Miraguaí, sobre os prejuízos da safra de soja deste ano. Seu Bordinhão e ainda mais de uma centena de agricultores da região que costeia o rio Turvo perderam praticamente toda lavoura por causa de um ataque de lagartas jamais visto por aquelas bandas.

"Branquiei de pó a lavoura e do mesmo as lagartas continuaram comendo. Botei veneno de novo e também não adiantou", conta o seu vizinho Artidor Locatelli Marchezin, que calcula uma perda de 60 a 70 por cento da planta. E isto que seu Artidor ainda conseguiu aplicar o veneno, pois na maioria dos casos, o controle da lagarta foi impossível porque deu de encordoar uma chuva atrás da outra.

A situação chegou num desespero tal lá pelas bandas de Miraguaí, que até foi convocada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais e pela Prefeitura uma assembléia geral para tratar do caso dos prejudicados pela lagarta. Na assembléia foram convidados a gerência do Banco do Brasil em Tenente Portela, o vigário da Paróquia, a Cooperativa, e os partidos políticos do município. Na reunião eles procuraram ver quais as possíveis saídas para a situação deste pessoal, que ficou sem colher praticamente nada de soja. Foi inclusive redigido um documento contando toda situação, para ser entregue às autoridades.

FICAR SEM O MILHO

O problema maior é que grande parte das lavouras de Miraguaí são plantadas consorciadas com milho. De acordo com o banco, este milho estaria garantindo a dívida do financiamento da lavoura. Mas acontece que se o pessoal tiver que entregar o milho, não vai sobrar nada para alimentar a criação e sustentar a família até a próxima safra. É que na região de Miraguaí predomina a pequena propriedade, com uma área média de 6,5 hectares para cada um dos 1.300 proprietários espalhados nos 13.500 hectares do município. Ali, pelo tipo de terreno, coberto ainda pelo pedregulho e laje, é difícil trabalhar com máquina e ainda por cima existe o problema da conservação da umidade da terra.

ATACOU DE VEREDA

Seu Daniel Bordinhão numa tinha visto coisa igual. Ele lembra que há alguns anos começou um ataque violento de lagarta, mas se

aplicou veneno e acabou o problema. "Mas este ano", ele conta, "a lagarta atacou de vereda e nem para passar o veneno deu tempo. Este ano foi uma coisa demais, e aqui nesta cordilheira os que vão colher são poucos". Ele mesmo, que colhe em média de 240 a 250 sacos, tem esperança de colher apenas 100:

— O veneno nem pude aplicar, que quando fui ver, o tempo se preparava para chover. Eu ainda posso me dar por feliz, mas não se deixa de ajudar o vizinho.

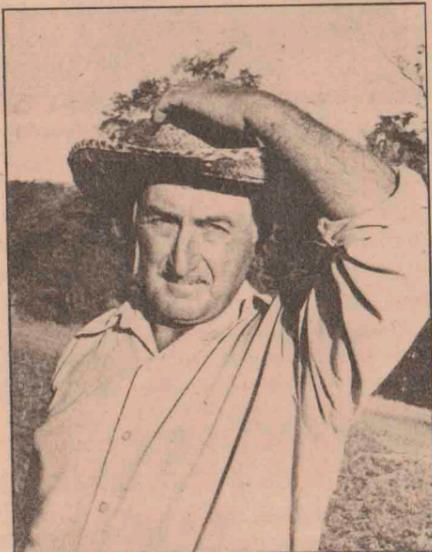
O comentário do seu Bordinhão se ajusta certinho à situação do vizinho Artidor, que chegou mal faz sete meses na Coxilha Ouro e já se vê envolvido numa frustração dessas:

— Eu era de Portela, de Cedro Marcado, e achei de melhorar a situação da família comprando um pedacinho de terra maior aqui. Foi a primeira planta que fiz nesta terra e já fui sem sorte. Quando eu vi, a lagarta já tava na lavoura e tomei providência de vereda para passar o veneno. E de nada adiantou. Igual este ano eu nunca vi.

Seu Artidor conta que quem passava por sua lavoura no início de fevereiro até queria apostar que dali ele colhia uns 300 sacos. Mas hoje, "dando 150 ainda estou satisfeito". Ele pensa que o banco deveria dar um prazo maior para pagar o financiamento, "que eu ainda tenho a dívida da terra para terminar de pagar, e isto aí vai apertar."

DE 12 TIRA 25,30

Agora, azar maior ainda foi o do seu Élio e da dona Corina Borba, que moram em Água Fria, também em Miraguaí. Dos 12 sacos de planta ele acha que a muito custo vai tirar 25 a 30 sacos:



Artidor Marchezin: começou sem sorte



Ataque igual jamais foi visto por aquela região

— Não fosse a lagarta eu colhia 350 sacos. Dizem que é para dar o milho em garantia, mas se vou vender o milho, que rendeu um pouco, com o que vou tratar os pintos e os filhos que eu preciso prá me ajudar a trabalhar?

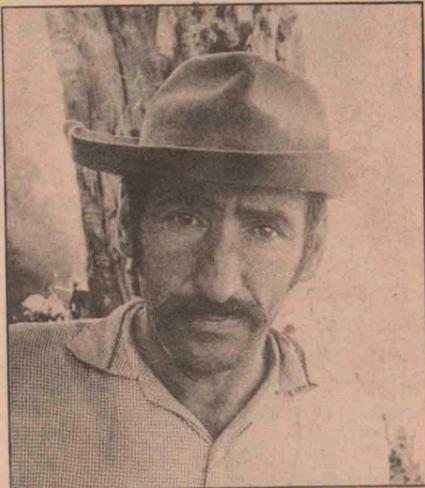
Em alguns pedaços da lavoura seu Élio chegou a botar veneno até duas vezes e de nada adiantou:

— Isto porque choveu em cima, que desandou em chuarada até ali pelo dia 20 de fevereiro. Era de anoitecer com soja e amanhecer sem nada, que as lagartas comiam tudo da noite pro dia.

Dona Corina lembra que até barulho as danadas chegavam a fazer na roça, e o que sobrou de soja foi só umas manchinhas na volta da casa. A lagarta só veio mesmo acabar com a planta, porque ela acha que uns 30 a 40 por cento já tinha se perdido com o sol.

Hoje, além das suas dívidas (mais de Cr\$ 200 mil de financiamento) seu Élio anda é preocupado com a situação social que a seca e mais lagarta estão provocando na comunidade:

— Com isto aí, duas famílias já saíram e foram embora para Ijuí. Também meu genro, que mora aqui perto, já anda procurando emprego em Três Passos, porque sem colher o colono não pode viver na roça.



Daniel Bordinhão: poucos vão colher



Corina e Élio Borba: problema social

Prorrogar as dívidas

No documento preparado pelo Sindicato e pela Prefeitura de Miraguaí para entregar às autoridades é feito um relato de toda situação vivida pelos agricultores do município. Se fala da descapitalização provocada pelas secas de anos passados, do problema da estrutura fundiária do município, da alta dos juros agrícolas e, por fim, de que "além da estiagem, que atingiu todo Estado, a cultura da soja em nosso município foi atingida por um surto incontrolável e sem precedentes de lagarta, isto a partir de 10/02/1982, quando chuvas esparsas impediam a ação dos inseticidas aplicados manualmente".

Além de contar a situação, o documento ainda apresenta uma série de reivindicações.

1) A suspensão imediata da cobrança das dívidas de Custeio e Investimentos contraídas pelos agricultores de Miraguaí junto ao Banco do Brasil de Tenente Por-

tela, Campo Novo e Três Passos; dívidas estas a serem saldadas com milho e soja, safra 81/82;

2) A prorrogação do pagamento das dívidas a serem saldadas com a safra de soja e milho 81/82, para pagamentos em duas prestações anuais com vencimento dos respectivos contratos, sem incidência de juros;

3) A abertura de crédito especial para Empréstimo de Manutenção Familiar;

4) Que o fato dos agricultores não estarem com seus pagamentos em dia, não se constitua motivo para negar-se empréstimo para formação de novas lavouras de 1982/83.

5) Que nenhuma medida visando a cobrança das dívidas vencidas sejam tomadas pelas agências bancárias enquanto tramitar e aguardar-se uma proposta ao presente pedido.

Dom Pedrito: o porquê das mudanças

A administração da Cooperativa em Dom Pedrito sofreu uma alteração bastante significativa a partir do mês de fevereiro. Nove funcionários, e entre eles também o diretor da Regional, Eduardo Augusto de Menezes, depois de uma série de ocorrências, colocaram seus cargos à disposição da administração Central e foram desligados do quadro funcional da Cotrijuíf.

Arnaldo Oscar Drews, vice-presidente da Cooperativa, assumiu temporariamente também a direção da Regional. Para a administração direta daquela Unidade foi indicado o agrônomo Tânio Bandeira, que respondia pela gerência da unidade de Ijuí. O vice-presidente é quem explica os motivos que provocaram esta situação, que incluiu até mesmo a idéia da unidade de Dom Pedrito se desligar da Cotrijuíf:

— Tudo começou com a descentralização administrativa, com a criação das diretorias regionais, uma na Pioneira, outra em Dom Pedrito e ainda uma no Mato Grosso do Sul. Então, Dom Pedrito foi desenvolvendo um espírito de auto-suficiência administrativa, pensando inclusive na possibilidade de no futuro a Cotrijuíf contituir uma Central de Cooperativas e cada unidade se transformar numa cooperativa singular, ou até mesmo a Fronteira vir a se separar totalmente da Cotrijuíf. Num estilo próprio de administração, que divergia do espírito da Administração Central, Dom Pedrito começou a ter problemas com as outras diretorias, enquanto foi cres-

cendo a idéia de se independizar da Cooperativa.

LIQUIDAÇÕES

A situação se precipitou na hora das liquidações de arroz, carne e lã, como lembra o vice-presidente. A antiga administração da Regional fez alguns cálculos e apresentou alguns números elevados, criando uma expectativa muito grande entre os associados. Segundo Arnaldo Drews, "inclusive foi dado a entender que uma margem do resultado financeiro estaria vindo para a Administração Central. Como estas liquidações apresentavam valores muito acima dos valores de liquidação praticados no Rio Grande do Sul, os associados daquela unidade chegaram até a pensar que poderiam trabalhar em separado, independentes do resto da Cotrijuíf".

Um aspecto da questão é que a Regional estava fazendo reuniões com os associados e discutindo esta questão sem que a Administração Central tomasse conhecimento. Num determinado momento, foi convocada a diretoria eleita para uma reunião com os representantes. Quem participou foram o vice-presidente e mais o superintendente, Clóvis Adriano Farina. Quem fala é Arnaldo:

— Ali nós expusemos o nosso ponto de vista, que era contrário a esta separação, pois ela só deveria ocorrer em comum acordo com todos os associados. O que sugerimos foi que em Dom Pedrito se realizasse uma experiência por um ano, período em que continuariam vincula-

dos à Cotrijuíf, com os associados e a administração da Regional assumindo os resultados finais. O pessoal de lá voltou a se reunir e a discutir o assunto, mas a administração não aceitou esta modalidade. Convocaram então um plebiscito, onde os associados votariam pela independência total ou não da Unidade.

NÚMEROS ERRADOS

Neste meio tempo, porém, a auditoria interna (que é quem controla e verifica os procedimentos contábeis em todos os setores da Cooperativa) foi levantar os números apresentados como resultado das operações em Dom Pedrito. Isto porque estes números não coincidiavam com os números apurados pela contabilidade. Ali em conjunto com a própria administração regional, estes números foram checados e se chegou a conclusão de que não eram reais. Foi então convocada uma nova reunião com os associados, a administração reconheceu seus erros de cálculo, e os associados, ao concluírem de que não existia uma perspectiva positiva de trabalharem de forma independente, desistiram da convocação do plebiscito. "Logo em seguida os funcionários da administração da regional", recorda seu Arnaldo, "colocaram seus cargos à disposição da Diretoria, e nós aceitamos".

As ocorrências de Dom Pedrito foram inclusive bastante comentadas durante a Assembléia Geral da Cooperativa, no dia 26 de março. O

presidente Ruben Ilgenfritz da Silva, ao comentar os resultados negativos que apareceram na conta de Dom Pedrito no Balanço, disse que eles eram "frutos do comportamento da própria regional e ocorreram em função da falta de identificação de opinião entre a Administração Central e a Regional. E, infelizmente, os dados que se tinha na Administração Central não correspondiam aos dados colocados pela Regional".

SERVIU PARA AGREGAR

Foi também na Assembléia que o antigo diretor da Regional, e também associado, Eduardo Augusto de Menezes, aproveitou para explicar que "as principais divergências que houveram não foram simplesmente em relação aos números São divergências também de idéias. Cometemos em reuniões com associados de Dom Pedrito dois erros de números que apontavam resultados bastante expressivos. Foi um erro administrativo, culpa nossa. As demais contas não ficam ao nosso alcance, porque são atribuídas com base em alguns critérios criados, e não competia a nós a distribuição nas respectivas contas".

Tudo o que aconteceu, na opinião do vice-presidente Arnaldo Oscar Drews, "agregou mais o associado de Dom Pedrito à Cotrijuíf. Muita gente voltou a participar da Cooperativa, a discutir o que é feito e a entregar a produção. E tudo indica que vamos receber mais produto do que era a expectativa".

**O PIONEIRISMO
QUE COMEÇOU
EM 1936**



**CONTINUA COM
A MESMA FORÇA
HOJE**



Quando você compra Adubos Serrana, você leva para sua lavoura toda a tradição de mais de 45 anos que fizeram da Quimbrasil/Serrana a pioneira na pesquisa e exploração de matéria-prima nacional para a fabricação de fertilizantes.

Quimbrasil
A FORÇA DA TERRA



**COTRIEXPORT -
CORRETORA DE
SEGUROS LTDA.**

INVESTIMENTO EM
SEGURO, SEJA
INCÊNDIO, VEÍCULOS,
ROUBO, VIDA,
ACIDENTES PESSOAIS
E OUTROS,
REPRESENTA
TRANQUILIDADE
CONTRA AS
INCERTEZAS DO
DIA-A-DIA.

A COTRIJUIF ATRAVÉS
DE SUA CORRETORA
DE SEGUROS, PRESTA
TODAS AS
INFORMAÇÕES E
ASSISTÊNCIA
TÉCNICA.

Em Ijuí: Rua das Chácaras
1513 - fone 332-1914
ou 332-2440 ramal 364
Em Porto Alegre: Av.
Júlio de Castilhos, 342
5º andar - fone 33-50-32

A experiência com o tempo vai sendo aperfeiçoada. Depois das eleições dos representantes, que já aconteceram em duas oportunidades, agora foi a escolha dos dirigentes da Cooperativa que colocou mais uma vez em prática o sistema da estrutura do poder. O processo, criado a partir de 1979, tem o objetivo de oportunizar uma participação maior e mais direta de todos os associados na tomada de decisões que fazem a vida da Cotrijuí. No ano em que a cooperativa completa os seus 25 anos (comemorados no próximo dia 20 de julho se tenta dar mais um passo no aperfeiçoamento do sistema de participação. Agora foi com a escolha direta, através do voto secreto, dos novos integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal. É mais uma etapa de uma experiência que vai sendo amadurecida para, em 1984, através de um plebiscito, se definir se este novo sistema deve fazer parte do próprio Estatuto da Cooperativa. Será, então, a oficialização de uma nova forma, mais participativa, de tomada de decisões.



As urnas foram para o interior, facilitando o exercício do voto

MAIS UM PASSO NO AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO

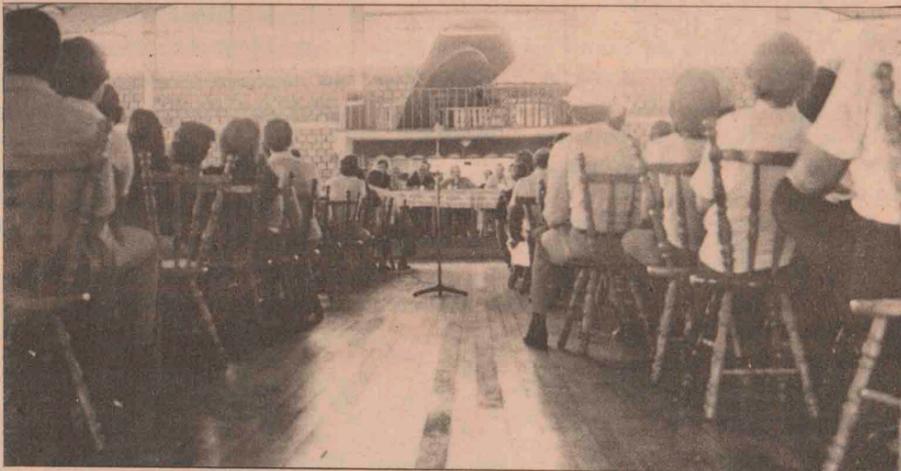
Uma eleição diferente. Foi isto o que mais marcou a realização da Assembléia Geral Ordinária da Cotrijuí neste ano, e que, pela primeira vez, teve um caráter permanente. Começou numa sexta-feira, dia 26 de março, e foi terminar só na quarta-feira, dia 31, na semana seguinte.

Tirando fora o aspecto das eleições, os demais ítems que constavam da ordem do dia seguiram o mesmo esquema das Assembléias passadas. Mas foi uma eleição sem o "senta-levanta", de alguns anos atrás, quando os dirigentes eram escolhidos por aclamação dos participantes. Também não aconteceu de apenas os associados que moram na proximidade da sede poderem manifestar através do voto, mesmo que secreto, sua preferência sobre as pessoas responsabilizadas pela administração da Cooperativa. Agora todos os associados, tanto na Região Pioneira, como no Mato Grosso do Sul e em Dom Pedrito, tiveram a oportunidade de participar diretamente de um processo eleitoral. Com mais de 100 urnas, espalhadas pelos núcleos do interior e nos escritórios das unidades, se procurou facilitar ao máximo o exercício do voto.

Feita a apuração final, 36,4 por cento dos associados aptos a votar participaram diretamente da eleição, reconduzindo aos seus cargos os mes-

mos executivos das últimas três gestões: Ruben Ilgenfritz da Silva, como presidente; Arnaldo Oscar Drews, como vice-presidente; e Clóvis Adriano Farina, como superintendente. Dia 31, quando do encerramento da Assembléia, eles tomaram posse juntamente com os demais integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal (veja quem são eles na página central).

A Assembléia começou na tarde do dia 26, minutos após a realização de uma Assembléia Geral Extraordinária, que introduziu algumas modificações no Estatuto Social da Cooperativa (veja na pág. 15). Participaram da mesa que dirigia os trabalhos, além dos conselheiros e diretores executivos e contratados, os convidados Nestor Braz de Oliveira, secretário executivo da OCERGS (Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul) e o deputado federal Emídio Odósio Perondi, do PDS gaúcho, como representante das autoridades políticas e também na condição de associado da Cotrijuí. Mais tarde, assim que chegou no CTG Laureano Medeiros, onde era realizada a Assembléia, foi também convidado o presidente da Fecotriço (Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul), Jarbas Pires Machado. Por indicação da Assembléia, os trabalhos foram diri-



Foi a primeira assembléia que teve um caráter permanente

gidos pelo associado, e representante de Ijuí, Armino Holzer.

OS NÚMEROS EM DISCUSSÃO

O primeiro ponto a ser discutido foi o Balanço, que já fora analisado com antecedência em algumas reuniões nos núcleos. Como os participantes da Assembléia eram na sua maioria os representantes eleitos, eles é que trouxeram as maiores dúvidas sobre os números apresentados no balanço. Uma delas, por exemplo, foi sobre o prejuízo na fábrica de óleo em Ijuí. Quem esclareceu a questão foi o presidente Ruben Ilgenfritz da Silva. Segundo ele, foi também uma surpresa para a direção, a fábrica de óleo ter apresentado este prejuízo. Pelo que se conseguiu apurar ele foi provocado principalmente pelos altos custos de cobertura das operações de hedge (seguro) no embarque de produtos. Este problema está sendo bem estudado e inclusive realizado um trabalho para evitar que isto volte a ocorrer daqui para a frente.

Outra questão bem discutida foram os prejuízos em Dom Pedrito, ocasionados, pelo que se explicou, por divergências administrativas com a direção central (veja matéria na página 12). Bem esclarecido foi o problema específico da sacaria, onde o setor de lãs emprestou sacaria para os associados amarrarem os fardos de lã, sem contabilizar estes emprés-

timos. Parte da sacaria deverá ser devolvida com a safra e outra parte do déficit deverá ser transferido para a conta do arroz. Neste produto não fora contabilizado pela administração da regional as despesas com embalagem do arroz beneficiado e do arroz em casca. Desta forma, o resultado positivo que apareceu deverá sofrer uma pequena redução. Também foi feita uma pergunta específica sobre o prejuízo no trigo, o que foi considerado estranho por se tratar de um produto com compra estatal. Segundo a explicação prestada por Nardson, da Auditoria Externa, o prejuízo se deve ao fato de existir toda uma estrutura montada para o recebimento do produto, o que importa em custos fixos. Como se recebeu pouco trigo em Dom Pedrito, a receita com o produto não foi o suficiente para cobrir todos os seus custos.

DISTRIBUIÇÃO DAS SOBRAS

Depois de esclarecidas as dúvidas, o balanço foi submetido à apreciação da Assembléia, que concordou com o resultado apresentado. Logo a seguir era preciso decidir o que fazer com as sobras do exercício, que chegaram ao valor de Cr\$ 75 milhões. A proposta do Conselho de Administração foi a de creditar na conta-capital de cada associado o valor proporcional ao seu capital integralizado durante o exercício de 1981. Como

análise do presidente da Cooperativa, a Cotrijuí "está numa situação patrimonial invejável, mas com uma situação financeira inversamente proporcional. Andamos com um bolso seco e outro furado", falou Ilgenfritz. Segundo ele, tudo o que a Cooperativa distribuir ao quadro social, significará que ela deve buscar recursos fora. Se ela creditar na conta-capital, este será um recurso em nome do associado que não representa um desembolso financeiro a curto prazo, ou seja, "é uma maneira de ser do associado, mas não livre para ele sacar".

Além da proposta da direção, surgiram duas outras. Uma foi a de distribuir as sobras proporcionalmente ao volume de soja comercializado com a Cooperativa. Assim, apenas quem planta soja e entrega soja na cooperativa, teria direito a receber parte das sobras. Pelos cálculos da contabilidade, a distribuição na conta-corrente seria na proporção de Cr\$ 0,14 para cada Cr\$ 1,00 capitalizado.

Outra proposta que apareceu foi de distribuir apenas entre os associados da Região Pioneira e do Mato Grosso do Sul, "deixando Dom Pedrito fora, que deu prego". Neste ponto um representante de Dom Pedrito também se manifestou, declarando que "somos uma unidade nova, que está em formação. Estamos nos estruturando para nos igualar com os companheiros. Peço que nós todos, que somos todos irmãos, moramos todos abraçados, e onde um der prejuízo se cubra com outra parte".

Na hora de ir para a votação de uma das três propostas, acabou vencendo exatamente a primeira, do Conselho, de distribuir as sobras na conta-capital de cada associado.

AS AUTORIZAÇÕES

Outros itens aprovados foram as autorizações para o Conselho de Administração adquirir ou alienar imóveis, assim como contrair financiamentos, que são questões que aparecem no dia-a-dia da administração da Cooperativa mas que, pela lei, exigem autorização expressa da Assembléia. Do contrário, para cada financiamento, por exemplo, que a Cooperativa necessite fazer, seria preciso convocar outras assembleias.

O quinto ponto analisado foi uma autorização para que a Cooperativa faça um aumento do capital social, mediante financiamento. Segundo colocação do presidente Ilgenfritz, "infelizmente não é um privilégio apenas nosso esta falta de recursos próprios, mas também de outras cooperativas e empresas. Para resolver este problema, uma opção é a de dar menos ênfase a algum trabalho, para economizar recursos; outra opção é a de desmobilizar, ou seja, vender uma parte do patrimônio; e uma outra ainda é a de obter recursos baratos. Nós estamos optando pela última, através de uma antecipação das cotas-partes. Existe uma perspectiva de conseguirmos recursos baratos, mas antes de fazermos um financiamento para este fim pretendemos fazer reuniões, discutir nas bases, para ver se é bom ou não". Em todo caso, a assembleia aprovou a idéia de um

financiamento destinado ao aumento do capital social.

A seguir foi também autorizada a participação da Cotrijuí no IRFA (Instituto Riograndense da Febre Aftoa), mais como forma de legalizar esta participação por exigência do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que é o órgão ao qual estão vinculadas as cooperativas de produção como a Cotrijuí.

O LEITE NO MATO GROSSO

Outro ponto aprovado foi no sentido de ratificar a decisão já tomada pelo Conselho de Administração para a Cooperativa participar do CCLMS (Cooperativa Central de Leite do Mato Grosso do Sul), o que já acontece desde julho do ano passado. Uma das preocupações levantadas durante a Assembléia foi de que a Cooperativa entrasse noutra área onde só teria prejuízo, como acontece no Sul na questão do leite, que sempre tem apresentado resultados negativos no balanço. Segundo a explicação dada pela mesa, a situação é completamente diferente no Mato Grosso do Sul, pois lá não será necessário investir em nada como aconteceu no Rio Grande. A CCLMS comprou uma indústria em Dourados e a plataforma de recebimento é usada em conjunto por todas cooperativas associadas. Além disso, os associados daquela região tomaram a decisão de capitalizar nada menos do que 6 por cento no leite.

Os dois últimos itens analisados ainda na sexta-feira, foram a autorização para a Cotrijuí participar de



Na Assembléia foi analisado o Balanço

empresas não cooperativas (o hospital Bom Pastor, Cotriexport, etc), e ainda a fixação dos honorários da diretoria. Foi mantido o valor de 220 ORTN (o que totaliza a quantia de Cr\$ 352.657,80) e ainda introduzida uma modificação no sentido de permitir o recolhimento de FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) para os diretores executivos, seguindo uma alteração na legislação que trata do assunto.

O último item, que tratava da eleição e posse da diretoria e Conselho de Administração e Fiscal, foi onde se adotou procedimento dife-

rente. A Assembléia, a partir daquele momento, adquiriu o caráter de permanente, e até na terça-feira à noite se manteve o esquema de urnas espalhadas pela área de ação da Cotrijuí, na tentativa de facilitar o exercício do voto. (Veja na página 17 como foi a votação em cada uma das unidades)

UM NOVO PASSO

No encerramento da Assembléia, na quarta-feira, dia 31, é que foram divulgados os resultados da votação. O índice de participação nas urnas ficou mais baixo do que o esperado, mas pode ser explicado pelo

fato de concorrer apenas uma chapa, que foi escolhida pelos próprios representantes eleitos, representando um consenso da maioria do quadro social. Além disso, a época de eleição coincidiu com o período de safra. Foi depois de empossada a diretoria que Ruben Ilgenfritz da Silva, novamente presidente, analisou este novo passo na caminhada do processo de estrutura do poder na Cotrijuí. Segundo ele, o percentual de votos contrários à chapa única (os brancos e nulos representaram 9,7 por cento dos votos) "mais do que enfraquecer mostram um fortalecimento na liberdade de participação do quadro social. É chegado um momento muito importante, pois estamos numa encruzilhada. Passada a safra, devemos voltar a discutir o processo em implantação e buscar o caminho mais correto, para que a cooperativa atinja os interesses do quadro social, dentro da desuniformidade deste quadro social".

Para Ilgenfritz a época é de decisões. "Dentro de mais alguns dias", ele declarou, "precisamos tomar uma decisão que também é política, sobre os destinos da nossa indústria de óleo em Ijuí, considerando que há a possibilidade de voltarmos a ter prejuízo neste exercício. A Cooperativa faz um esforço muito grande para ser viável. Temos que ser mais duros em muitas coisas, e ter bem claro o papel social que desempenha a cooperativa. Mas a situação é difícil e nos encontramos num ponto em que ou encurtamos a calça ou acabamos de calção".

O que mudou no Estatuto

O estatuto social da Cotrijuí sofreu algumas alterações que foram aprovadas durante a Assembléia Geral Extraordinária realizada minutos antes de iniciar a Assembléia Ordinária, onde se discutiu o balanço, distribuição de sobras, eleição, etc.

A primeira das alterações propostas atinge exatamente o primeiro artigo do Estatuto Social. Pelo que ficou aprovado, agora o exercício da Cooperativa começa em 1º de outubro e termina em 30 de dezembro. Na Assembléia passada este item já tinha sofrido alteração, mudando o exercício de 1º de março para 1º de janeiro, seguindo assim o ano do calendário.

Na prática, porém, esta data não se mostrava em nada favorável, pois o fechamento de balanço coincidia exatamente com as festas de final de ano, com as férias de funcionários e ainda a época de maior serviço para a auditoria externa, envolvida com o balanço também de várias outras empresas para as quais presta serviço. Agora a mudança para 1º de outubro, além de tentar evitar estas dificuldades, poderá facilitar um pouco mais a contabilização das safras, especialmente a de soja, que já está

com a sua comercialização praticamente encerrada. Do mesmo, entretanto, por se operar hoje com variadas culturas, sempre se estará com alguma safra em andamento.

Outra alteração diz respeito à restituição do capital, e atinge o Artigo 22 do Estatuto Social. As modificações propostas e aprovadas se fizeram necessárias pela introdução da correção do capital do associado, uma prática iniciada no exercício de 1980 (veja o Cotrijornal nº 81, de janeiro do ano passado). A nova redação deste artigo ficou da seguinte forma:

Art. 22 - A restituição do capital e das sobras, em qualquer caso, por demissão, eliminação ou exclusão, será sempre feita após a aprovação do balanço do ano em que o associado deixou de fazer parte da cooperativa, e em prazo idêntico ao que o mesmo integralizou o capital.

§ 2º - O associado demitido somente poderá reingressar no quadro social, ressalvados os impedimentos legais ou estatutários, desde que reponha, de uma só vez, o capital que recebeu da cooperativa ao deixar de ser associado.



Clóvis Adriano Farina, superintendente; Ruben Ilgenfritz da Silva, presidente; Arnaldo Oscar Drews, vice-presidente.

O novo Conselho



Waldemar Michael - novo integrante do Conselho de Administração. É de Ijuí e associado desde julho de 1957.



Arnaldo Hermann - continua conselheiro de Administração. É associado desde setembro de 1968 e representa Miraguaí.



Euclides Marino Gabbi - suplente do conselho de Administração. Associado desde junho de 1968, em Ijuí.



Constantino José Goi - suplente do conselho de Administração. É de Ijuí, e associado desde novembro de 1961.



Mário Handges - representa Tenente Portela como suplente do Conselho Fiscal. É associado desde setembro de 1974.



Vicente Casarin - suplente do Conselho de Administração. Associado desde maio de 1978, é de Rio Brillante.



Antonio Bandeira - é o seu segundo mandato como conselheiro fiscal. É de Ajuricaba e associado desde setembro de 1971.



Antoninho Boiarski Lopes - já foi conselheiro fiscal e agora ficou como suplente. É de Chiapeta e associado desde março de 1973.

Como efetivos do Conselho de Administração há dois novos integrantes; na suplência os novos são em número de quatro. No Conselho Fiscal apenas na suplência existe um associado sem experiência anterior neste tipo de função. Ijuí, com quatro conselheiros, e Tenente Portela, com dois, são as unidades com mais representantes dentro do Conselho. Quatro são do Mato Grosso do Sul, mas representando cada uma das maiores unidades daquela região.



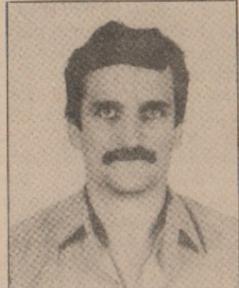
Joaquim Librelotto Stefanello - reeleito para o Conselho de Administração. É de Sidrolândia e associado desde abril de 1979.



Reinhold Luiz Kommers - é de Ijuí e permaneceu como conselheiro de Administração. Associado desde outubro de 1961.



Telmo Roverno Roos - cumpre segundo mandato como Conselheiro de Administração. Associado desde janeiro de 1978, é de Maracajá.



Rodolfo Gonçalves Terra - suplente do Conselho de Administração. Já era associado em Ijuí e agora representa Dourados, onde está vinculado desde setembro de 1979.



João Telló - de conselheiro de administração passou a conselheiro fiscal efetivo. É associado desde outubro de 1971 e representa Tenente Portela.



Erni Schünemann - suplente do Conselho de Administração, num segundo mandato. Representa Coronel Bicaco, é associado desde janeiro de 1966.



Ruy Adelino Raguzzoni - continua como conselheiro fiscal, agora na condição de membro efetivo. É de Dom Pedrito e associado desde julho de 1977.



José Carlos Vione - era conselheiro de administração na gestão anterior. Agora é suplente do conselho fiscal, representando Vila Jóia. É associado desde maio de 1973.



Ido Marx Weiller - cumpre um segundo mandato como conselheiro de administração, agora como suplente. É de Santo Augusto e associado desde dezembro de 1967.



Valter Luiz Driemeyer - pela primeira vez faz parte do Conselho de Administração. Associado desde novembro de 1972 representa a unidade de Augusto Pestana.

Esta foi a primeira vez que a maioria dos associados da Cotrijuí teve mais condições de votar numa eleição para Conselho Fiscal e de Administração. O novo processo de eleição, posto em prática este ano, representa mais um passo na caminhada pela estruturação de uma forma mais dinâmica de participação do quadro social na tomada de decisões dentro da Cooperativa. Alguns produtores que participaram do processo eleitoral, seja depositando seu voto numa das urnas instaladas no interior ou nos próprios escritórios da cooperativa, dão a sua opinião sobre a experiência posta em prática este ano.

A opinião através do voto

"Só assim, através do voto secreto, o associado se sente com mais condições e até liberdade de poder manifestar seu apoio ou o seu descontentamento diante da atuação da diretoria da Cooperativa", opina o seu Gustavo Richter Sobrinho, da Linha 7 Norte, em Ijuí, sobre o processo eleitoral deste ano. É por esta razão que ele achou bastante válido o sistema das urnas para a votação se deslocarem inclusive para os núcleos, além de permanecerem por alguns dias nos escritórios das unidades. O que ele lamentou, porém, foi o fato de apenas uma chapa concorrer às eleições. E ele diz: "o que falta ainda para que as coisas melhorem dentro desse processo é uma outra chapa, pois só assim o associado teria também outra opção de escolha". Mesmo com esta ressalva, Gustavo achou válido o sistema, "porque ninguém mais está oferecendo esta oportunidade aos associados. Pior seria a votação por aclamação, como acontecia

antes nas Assembléias".

Além de concorrer apenas uma chapa, seu Gustavo ainda lamenta um outro ponto em todo processo da Estrutura do Poder: "os representantes, que têm uma missão bastante importante não só numa hora de eleições, não estão cumprindo direito com sua missão, que é a de levar a idéia dos associados. Isso, no final das contas, representa um retrocesso dentro do sistema da Estrutura do Poder".

PRIMEIRO VOTO

Esta foi a primeira vez que Edimar Volmer, de As Brancas, Chiapeta, teve a oportunidade de votar para eleger a diretoria da Cooperativa. Por esta razão ele achou que ficou muito melhor o sistema de urnas para fora, "que nas assembléias a maioria do pessoal não pode ir mesmo, e também não existe um lugar para abrigar o pessoal. Se 20 por cento dos associados vão para a Assembléia, já são 1.000 pessoas". Na sua opinião era

indiferente ter uma chapa ou mais, que votaria do mesmo na chapa eleita, "porque outros para entrar, primeiro teriam que aprender muita coisa".

Quem também votou pela primeira vez para renovação do Conselho foi o seu Selvino Gobbi, de São Jacó, Santo Augusto. Em parte se explica pelo fato dele ser sócio apenas há dois anos, mas também se a urna não chegasse até o interior ele acha que teria sido mais difícil votar:

— Assim é bom porque facilita as caminhadas.

A exemplo de Edimar, seu Selvino votaria do mesmo na chapa proposta no caso de existir duas chapas ou até mesmo mais. É que na sua opinião a diretoria atual está mais informada da situação da cooperativa.

LER OS NOMES

Waldemar Kunzler, de Sede Velha, Augusto Pestana, leu bem todos os nomes antes de assinalar seu x, dando o voto à chapa única. Foi só para confirmar que Ruben Ilgenfritz da Silva continuava na presidência, "porque, para mim, no Ruben eu voto sempre". Há alguns anos atrás já participou de uma Assembléia em Ijuí, só não recorda bem se daquela vez era para eleição do Conselho.

Mesmo concordando com a chapa apresentada, seu Waldemar acha que em alguma parte nem tudo anda certinho dentro da cooperativa:

— Às vezes descontam muito no produto e isto é um mal, que muita gente não fica satisfeita. Também tá muito alto os juros no Banco, mas

nisto acho que a diretoria não tem culpa nenhuma.

FRACASSO NOS NÚCLEOS

Há muitos anos atrás o seu Hermes Amir Coró, de Coronel Lima, em Tupanciretã, se deslocou até Ijuí para participar de uma assembléia. Ele lembra que isto ainda era no tempo de servir churrasco ao meio-dia e as coisas serem aprovadas na base de "senta-levanta". Mas depois disto nunca mais participou de assembléia da Cotrijuí, "que foi se deixando porque era muito longe e mesmo o cara não tira hora".

Por isto ele se mostra favorável à votação nas unidades, mas dispensa até mesmo as urnas nos núcleos, "que foi um fracasso". E seu Hermes até encontra uma resposta para o problema de pequena votação que sentiu na sua Unidade, onde era mesário num dos dias de votação:

— Acho que os representantes não trabalharam bem com as bases e pelo que se viu apenas um deles de esforçou. A maioria do pessoal não estava informado das eleições e também um pouco é porque não estavam interessados. Me representa que se tivesse duas chapas o interesse seria maior. No meu ponto de vista, o pessoal não está muito contente. Se tivesse, mais gente viria votar.

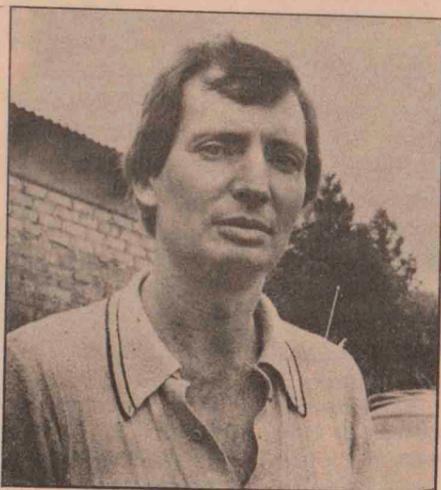
OPINIÃO DE MAIS GENTE

Também o Inácio Sangiogo, da Linha 28, em Ajuricaba, pensa que tendo duas chapas o índice de votação poderia ter sido mais alto. Foi a primeira vez que ele votou para diretoria, o que em parte se explica pelo pouco tempo em que é associado, cinco anos. Mas também nunca participou de assembléias, o que para ele "talvez seja por falta de capricho e a gente sempre acha que não vale a pena ir até lá, um pouco é de relaxamento e agora também já vai o representante". Mesmo assim ele achou importante votar, "que daí abrange a opinião de mais gente e não só a de poucos".

Apesar de não se queixar do seu relacionamento com a cooperativa, "que nunca fui mal atendido", o Inácio acha que o produto não está sendo bem comercializado, "e a gente fi-



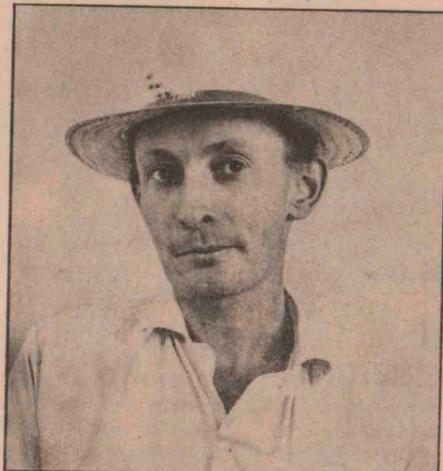
Gustavo Richter Sobrinho:
pior seria por aclamação



Edimar Wolmer:
nas assembléias não dá para ir



Selvino Gobbi:
assim facilita as caminhadas



Waldemar Kunzler:
no Ruben eu voto sempre



Hermes Coró:
faltou trabalhar com as bases

Continuação da página 16

ca meio desconfiado, porque a Cotrijuí sempre está atrás das outras no preço. E no começo ela sempre era melhor". É por isto que ele tinha na sua idéia que uma pequena mudança poderia ser melhor:

— Poderia ter dado uma troca em alguns nomes, e lá entrar uns que não pensassem só em crescer, e que a Cooperativa fosse mais daqui e atendessem melhor o associado. É claro que mudando podia ser pior até que os novos alinhassem.

Inácio conta que a maioria dos associados não foi votar porque não existia a obrigação. "Eu votei porque do mesmo vinha na Cooperativa, porque não ia fazer uma viagem a propósito".

VIAGEM ESPECIAL

Bem o contrário aconteceu com o seu Tristão de Moura Reis, de Passo Grande, em Coronel Bicaco. Ele fez uma viagem especial até a cidade para votar no último dia das eleições. É como ele conta:

— Votar é um compromisso moral, que nós temos que representar a confiança no órgão que nós somos associados.

Na realidade, mesmo sendo sócio desde que a Cotrijuí se instalou no município, seu Tristão nunca tinha votado para eleger diretoria. A distância até Ijuí foi, segundo ele, o maior atrapalho. Por isto é que achou muito bom espalhar as urnas pelas unidades, "e é bom votar, que o associado fica mais atento ao movimento cooperativista. Hoje a população de uma unidade tem dificuldade em ir até a matriz, porque pode ter boa vontade mas não ter condições de ir até lá".

Ele era a favor da chapa apresentada, "porque no meu modo de ver, os que estão na direção são muito dignos da nossa confiança".

"Votação fora é uma grande coisa", comenta o seu Ireno Bianchini, de Parizinho, Tenente Portela, sobre a forma da eleição deste ano. "A primeira coisa que eu achei", ele continua, "é que a nós também cabia o mesmo direito de eleger a diretoria". Ireno lembra que nunca participou de Assembléia da Cotrijuí "por uma coisa ou por outra, mas quando vier de novo achou que vou".

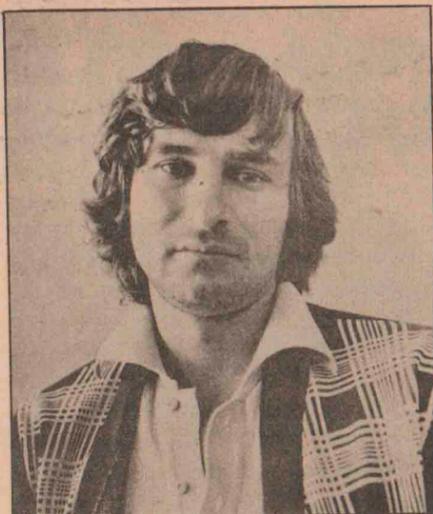
CONFIANÇA NOS HOMENS

Este sistema de eleições também foi achado muito válido pelo seu Braudelino de Vargas Prates, de Dom Pedrito. Em votação na cooperativa ele só tinha participado na de representantes no ano de 1980, exatamente dentro do mesmo sistema de urnas espalhadas pelo interior:

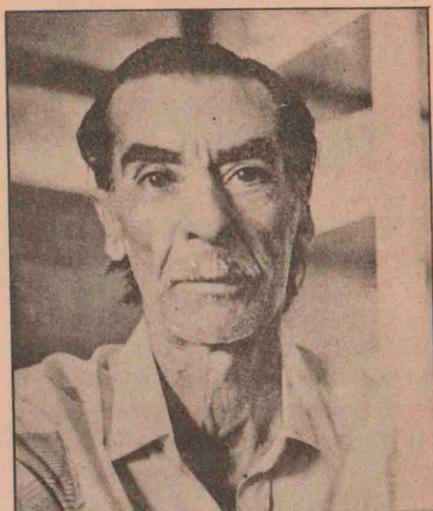
— É bom mandar as urnas inclusive para a campanha, para que as pessoas que se encontram em fase de colheita, e que seria difícil o deslocamento até a cidade, tenham condições de votar. Também acho muito válido para fortalecer a diretoria, para que se possa acertar alguma coisa que está errada, para conservar homens como o doutor Ruben, que eu gosto muito e tenho muita confiança, porque eu confio muito nos homens.

FIRMANDO O SISTEMA

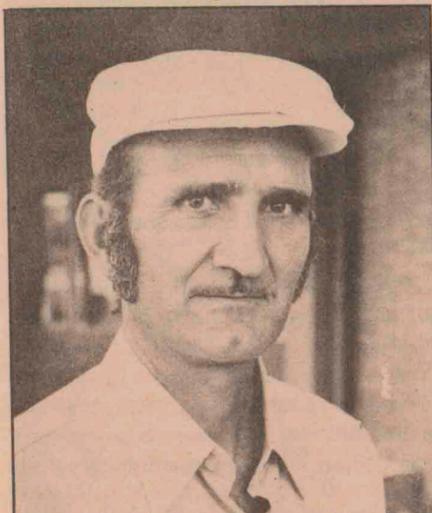
A eleição despertou grande interesse no Mato Grosso, como diz o seu Remi Bruno Eidt, da unidade de Itahum, que achou válido o sistema adotado este ano. Foi a primeira eleição que ele participou "e foi bastante democrática. Tendo uma urna em cada localidade, favoreceu assim todos os associados, dando oportunidade para que todos votassem". Ele notou, porém, que por coincidir com a época da colheita, foi um pouco difícil uma participação maior de todos associados nas eleições. "Mas foi uma oportuni-



Inácio Sangiogo:
troca em alguns nomes



Tristão de Moura Reis:
votar é compromisso moral



Ireno Bianchini:
a nós cabia o mesmo direito



Braudelino de Vargas Prates:
confiança nos homens



Remi Heidt:
eleição democrática

de", como ele diz, "onde todos os associados têm como participar, e através da escolha de representantes a Cotrijuí está firmando o sistema de estrutura do poder".

Além de coincidir com a época da colheita, o seu Remi acha que a eleição deste ano também enfrentou um outro problema:

— Com os contatos que tive com outros associados nesse período de eleições, surgiram algumas reclamações pelo fato de serem desconhecidos na região a maioria dos integrantes da chapa.

A votação nas unidades

Nos resultados finais, depois de quatro dias de eleições, houve a participação de 36,4 por cento dos associados neste novo processo de votação para o Conselho de Administração e Fiscal. Dos 14.184 associados aptos a votar (aqueles que entregaram produto na Cooperativa durante o ano de 1981), 5.168 compareceram efetivamente às urnas.

A unidade com a participação mais expressiva foi a de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, onde 122 dos 188 associados com condições de votar, exerceram este direito (um índice de 64,8 por cento). A segunda unidade com maior votação foi Santo Augusto, que chegou a 46,2 por cento (votaram 492 dos 1.064 associados aptos). A seguir vem Chiapetta, com 45,18 por cento; Augusto Pestana, com 44,8 por cento e Coronel Bicaco, com 42,8 por cento. O menor índice de votação foi registrado em Dom Pedrito, com 20,9 por cento, pois apenas 223 dos 1.062 associados aptos, efetivamente participaram da eleição.

O percentual de votos brancos e nulos chegou a 9,79 em comparação com o número total de votantes. O maior percentual de votos nulos e brancos foi registrado na unidade de Ajuricaba, onde num total de 466 votos, 119 eram brancos ou nulos (índice de 25,5 por cento).

RESULTADO FINAL DAS ELEIÇÕES PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL - 1982

UNIDADES	APTOS	VOTARAM	NA CHAPA	BRANCOS	NULOS	BRANCOS E NULOS	% DE VOTOS
Ijuí	3.228	1.072	899	122	51	173	32,6
Sto Augusto	1.064	492	476	15	1	16	46,2
Ajuricaba	1.217	466	347	108	11	119	38,2
Aug. Pestana	1.261	556	493	52	11	63	44,8
Chiapetta	498	225	212	13	—	13	45,18
Cel. Bicaco	693	297	280	16	1	17	42,8
Tte. Portela	2.815	1.002	949	53	—	53	35,5
Vila Jóia	610	172	134	33	5	38	28,1
D. Pedrito	1.062	223	218	5	—	5	20,9
Maracaju	387	130	130	—	—	—	33,5
Sidrolândia	168	56	52	2	2	4	33,3
Rio Brilhante	314	94	93	1	—	1	29,9
Ponta Porã	188	122	121	1	—	1	64,8
Dourados	679	261	258	2	1	3	38,4
Total Geral	14.184	5.168	4.662	423	83	506	36,4

OBS: Percentual de votos brancos e nulos em relação ao total de votantes: 9,79 por cento.

A PISCICULTURA LEVADA A SÉRIO



Durante um curso, os produtores aprenderam a criar peixes (e levaram alevinos para casa)...

Peixe morre mesmo por "falta de ar?" Quem já viu uma carpa mudar de cor e ficar preta? E quem duvida que até o pepino serve de alimento pra nilótica? Ainda tem gente que ri, diante de perguntas como estas, mas o certo é que a grande maioria dos produtores que se dedicam hoje à piscicultura já aprendeu bastante sobre a atividade. Junto com as recomendações técnicas, o pessoal vai fazendo suas próprias descobertas, e encarando a criação de peixes como uma função que pode dar bons retornos, quando levada a sério.

Num curso que a Cotrijuí promoveu nos dias 3, 8, 10 e 12 de março, no Centro de Treinamento, em Augusto Pestana, os produtores aprenderam mais um pouco sobre piscicultura, e deram provas de que têm também uma boa experiência acumulada. O curso reuniu umas 100 pessoas, entre técnicos e produtores da Região Pioneira, e foi ministrado pelo engenheiro florestal Nilo Ruben Leal da Silva — que cuida da área de piscicultura e reflorestamento na Cooperativa —, e por Noemi Huth, do Setor de Comunicação e Educação, que falaram de aspectos que vão desde o manejo dos açudes até a importância do peixe na alimentação, e a preparação de ensopados e assados.

Nilo comentou quase tudo que se relaciona com uma criação, com ênfase para adubação de um açude. Ele ressaltou várias vezes este aspecto, de que um açude mal adubado não dará praticamente nenhum retorno, mesmo que os peixes estejam sendo bem alimentados. Um açude novo, por exemplo, precisa de uns dois mil quilos de adubo orgânico por hectare, ou de 200 a 250 quilos de adubo químico, de preferência superfosfato ou hiperfosfato.

MANUTENÇÃO

Mas a adubação não deve ficar só nisso. Diariamente o açude precisa de uns 100 quilos de adubo orgânico por hectare (estrupe de suínos ou aves), ou outra quantidade, que varia de 10 a 40 quilos por semana de adubo químico. Assim é que o açude vai ficar com uma tonalidade de "azul esverdeado", mas sem exagero. Um açude com excesso de verde também

pode prejudicar a criação, e por isso é preciso conhecer os limites. Nilo deu uma receita de como se medir o índice de verde. É só enfiar o braço na água, até a altura do cotovelo, e mexer com os dedos. Se não se enxerga o movimento dos dedos, é porque a adubação deve parar.

Acontece que uma água muito carregada de verde, que ficou com essa aparência por causa de pequenas plantinhas e animais, pode dificultar a oxigenação do açude. À noite, essa massa verde larga gás carbônico, ou seja, faz o contrário do que ocorre durante o dia, quando produz oxigênio. Quando o verde é demais, de manhã cedo, antes do sol começar a bater no açude, os peixes vêm até a camada de cima da água, para buscar oxigênio.

Essa falta de oxigênio é notada principalmente nos açudes em que há pouca renovação d'água, e quando a vertente fica submersa. Por isso, é recomendada a utilização de um cano ou até de um pedaço de tábua, para que a água saia da vertente "aos tombos" e caia no açude com bastante movimento. Essa movimentação é que vai oxigenar a água.

LOTAÇÃO

Além do adubo, um açude precisa também de calcáreo, para que o solo fique com um PH em torno de 7 a 8, que é o índice ideal para se criar peixe. O calcário deve ser aplicado, porque na região as terras têm mais ou menos 5,5 de PH, e são ácidas demais. Quando o açude é novo, Nilo recomenda o uso de até cinco toneladas de calcáreo por hectare, e mais 250 quilos por mês, por hectare, como manutenção, quando necessário. O produto deve ser colocado numa bolsa, longe da vertente, para que se dilua aos poucos.

Mas todos esses cuidados não são ainda suficientes. Um açude de bom tamanho é o que tem de mil a 2.500 metros quadrados, e o produtor precisa cuidar inclusive da lotação. Uma criação bem cuidada, de acordo com a técnica, não pode ter mais do que um peixe para cada dois metros quadrados. Mas se os peixes foram criados meio soltos, sem



... e também a aproveitar melhor esta carne na alimentação

muito trato, a lotação precisa ser menor, com um para cada cinco metros quadrados. Nilo lembrou que a reprodução do peixe é rápida e resulta em muitos filhotes, e por isso um açude pode, de repente, ficar superlotado.

Ele deu um exemplo de como se evitar essa superlotação. Quem colocou alevinos (filhotes) de nilótica ou carpa no açude, agora em março, terá a primeira desova desses peixes ali por setembro. Em novembro ou dezembro, então, o produtor precisa colocar uns alevinos de traíra no açude, para que estes controlem a população, comendo os filhotes da nilótica. Só que as traíras não podem nunca ser maiores que os filhotes de nilótica, para que o controle seja bem feito.

ALIMENTOS

Cuidando da população, o produtor poderá também melhor controlar a alimentação dos peixes, que comem de tudo um pouco. Milho, sorgo, cevada, trigoilho, mandioca, abóbora, batata doce, semente de vassoura, semente de inço e até pepino servem de alimento. Quem tiver soja, pode fazer uma "dieta" com 45 por cento desse produto, e os restantes 55 por cento misturados com os outros, como abóbora, milho, mandioca. A soja faz com que o peixe tenha bastante carne, enquanto os outros alimentos formam mais graxa. Daí a necessidade de equilibrar a alimentação.

O produtor precisa calcular mais ou menos a lotação do açude, e despejar todos os dias uma quantidade de alimentos equivalente a três por cento desse peso, ou seja, 30 quilos de comida para cada mil quilos de peixe. É importante que não falte, mas que também não sobre alimento, e aí o controle pode ser feito com a colocação de cochos quadrados a uns 50 centímetros abaixo d'água, ou despejar a ração num lugar firme, sem lodo. A alimentação regular, com a mesma quantidade todos os dias e dada sempre numa hora certa, é essencial para o engorde dos peixes.

Nilo também relacionou outros detalhes do manejo, e explicou porque às vezes aparecem uma carpa ou uma tilápia

de cor preta ou clara, dizendo que isso pôde ser uma degeneração da espécie, que se cruza e se modifica com muita facilidade. Outra observação que ele fez é a de que a carpa não desova em açude sem capim. Com folhas de pinus ou coqueiros jogadas no açude, o produtor pode contornar essa falta de capim, pois ali é que a carpa vai desovar.

CONSUMO

Ficaram a cargo de Noemi Huth, as explicações sobre a importância do peixe na alimentação. Segundo ela "É preciso difundir o consumo do peixe entre as famílias dos produtores, para que esta faça parte da alimentação pelo menos uma vez por semana". Cem gramas de peixe meio gordo — disse ela — fornecem a quantidade diária de proteínas de que necessita uma pessoa adulta. Esse alimento tem ainda muita vitamina B, cálcio, ferro, iodo, fósforo.

Também foram abordados aspectos sobre a conservação do produto, que, para venda ou para ser guardado congelado, nunca deve ficar sem as escamas e as guelras. A aparência das guelras é que vai permitir que se saiba se o peixe está ou não em boas condições para consumo. Outro detalhe importante: o peixe não pode ser descongelado com o uso de água quente, pois assim sua aparência fica alterada.

Durante o almoço, os produtores puderam experimentar ensopado de peixe, feito em espécies de couro, que não têm muito espinho, como o jundiá, cascudo, pintado. Esse ensopado leva ervilha, batata, cenoura, milho, tomate, vinho e bastante tempero. Também foi mostrado como se assa um peixe enrolado em papel alumínio, para que a carne não fique torrada por fora e crua por dentro. O papel ajuda ainda a conservar o sabor.

Tanto o ensopado como o assado são, segundo Noemi, algumas das maneiras de se preparar o peixe. Assim, o peixe frito deixa de ser o único prato conhecido pela maioria, e o pessoal vai enriquecendo seus hábitos alimentares. Para ela, "é importante que o produtor se dedique à criação de peixe, mas saiba também como utilizá-lo como alimento, conhecendo todas as suas propriedades nutritivas".

Uma atividade que promete

Em dezembro do ano passado, o agricultor Valdir Glass, de Coronel Barros (Ijuí) ficou diante de um problema que parecia de difícil solução. Um dos três açudes que ele fizera quase um ano antes estava apresentando uma grande mortalidade de peixe. De umas três mil carpas, cerca de 500, com até 600 gramas, morreram sem que Valdir conseguisse descobrir o que estava ocorrendo, pelo menos nos primeiros dias.

Primeiro ele achou que o açude estivesse envenenado pelos defensivos que vinham da lavoura, mas foi conversando com o Nilo Leal da Silva, na Cotrijuí, que tudo ficou esclarecido. Na verdade, faltava oxigenação da água, porque a vertente estava submersa, e além disso o açude tinha pouco verde. Valdir havia colocado uns dois mil quilos de adubo orgânico e outros 200 quilos de químico, mas essa quantidade não fora suficiente.

Para remediar a situação no momento, ele colocou uma bomba no meio do açude, para puxar e despejar de volta a água, provocando os "tombos" de que fala o Nilo. Com a movimentação da água, os peixes deixaram de morrer, e a partir daí o Valdir passou também a usar 100 quilos de adubo químico, a cada 60 dias, e outros 300 quilos de orgânico por semana, para que houvesse bastante verde.

Valdir participou do curso no CTC, quando lembrou que vem criando carpa e nilótica e que pretende experimentar outras espécies testadas pela Cooperativa. "O importante é que o produtor crie peixe de acordo com a técnica, e que a Cotrijuí continue descobrindo as espécies mais apropriadas para a região", diz ele, certo de que a piscicultura é uma boa alternativa.

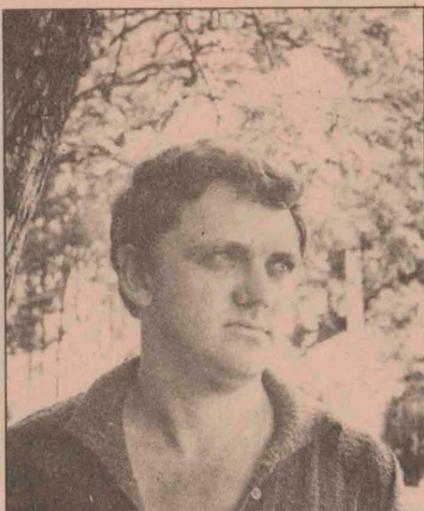
SEM SORTE

Outro que considera o peixe uma atividade que promete é o Adalque Lorenzon, que tem 16 hectares de terra em Pinalzinho (Tenente Portela), onde cria peixe há cinco anos. Só que o Adalque não teve muita sorte na primeira vez em que decidiu esvaziar o açude, pensando em vender alguma coisa. No ano passado, ele abriu o açude de tardezinha, achando que até o outro dia de manhã ainda haveria água, mas levou um susto: estava tudo seco, e os peixes haviam morrido.

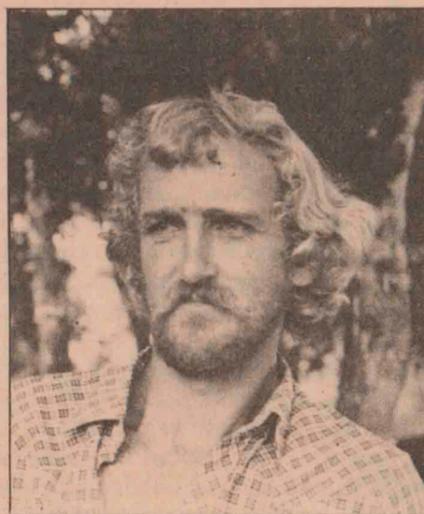
Durante o curso no CTC, Adalque andava anunciando que este ano, para a Páscoa, voltaria a esvaziar o açude, onde cria carpa, nilótica e jundiá, tomando mais cuidado. Ele usa adubo e calcário, para renovar o verde, e trata da criação com lavagem cozida. "Um curso como este sempre vale a pena", disse Adalque, que experimentou pela primeira vez, no almoço oferecido no centro, um ensopado de peixe.

FRIO E CALOR

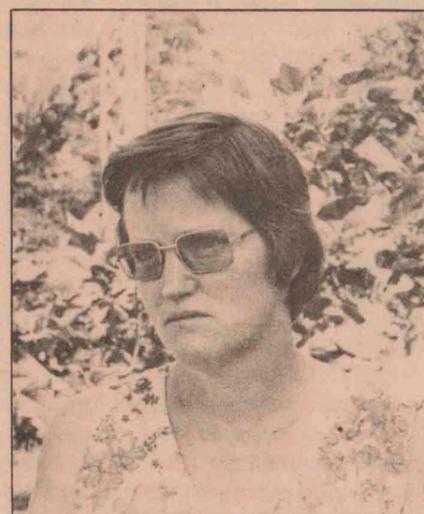
Mas não foi só o Adalque que provou do ensopado pela primeira vez. A dona Elzira Dunk, de Gamelinha (Tenente Portela), participou do curso com o marido, o seu Arlindo, e confessou que nunca tinha feito peixe com tanta mistura, e tampouco conhecia peixe assado com papel alumínio. O casal planta em 32 hectares, e também se dedica à piscicultura há uns três anos. No começo,



Valdir Glass: boa alternativa



Adalque Lorenzon: o valor do curso



Elzira Dunk: criar para o gosto

eles enfrentaram um problema, que foi a morte das tilápias, talvez por causa do frio, segundo dona Elzira.

O açude tinha água muito rasa, e então o casal decidiu fazer outro, transferindo as tilápias e deixando no antigo apenas as carpas. Dona Elzira lembra que, além de enfrentar frio no inverno, na água rasa a tilápia morria de calor no verão. A criação é alimentada com restos de comida, e os açudes não foram ainda adubados. Ela explica que no local havia antes um chiqueiro, e por isso acha que não é preciso gastar com adubação. Por enquanto, os peixes são criados "para o gasto da casa", pois o casal não pensou ainda em se dedicar à atividade para aumentar a renda da família.



A "pescaria" envolveu a família, num trabalho diferente...



... do seu Antonio Michalski

Peixe vai bem com arroz

Peixe com arroz. É disso que o seu Antonio Michalski, da Linha 7 Oeste (Ijuí), gosta mesmo, mas não na panela. Na verdade, o seu Antonio cria peixe e planta arroz num pedaço de terra, de uns sete hectares, que serve de várzea e açude. A trabalhadeira desse rodízio é enorme, mas ele ressalta que essas duas atividades integradas vêm lhe garantindo uma renda com a qual não contava até pouco tempo.

Foi há uns três anos que ele decidiu aproveitar um banhado existente em sua propriedade, que tem 70 hectares. Fez um açude e colocou filhotes de carpa, que vivem misturados até hoje com traíras já existentes no local. Ao mesmo tempo, para o lado do baixo do banhado, construiu outro açude, e é assim que ele vai realizando o rodízio de peixe e arroz.

Agora, no final de março, ele esvaziou o açude grande, que tem perto de quatro hectares, e recolheu os peixes maiores, para entregar na Cooperativa. Os mais pequenos foram junto com a água para o açude menor, que fica ao lado, e ali eles permanecerão, misturados com o arroz. Em abril, seu Antonio terá que colher o arroz, e então os peixes serão "empurrados" para uma parte mais funda dessa várzea.

VAI-E-DEM

No açude grande, ali por outubro, ele planta arroz, e assim vai levando, todo ano. Os peixes ficam nesse vai-e-vem, de um lado pro outro, enquanto seu Antonio consegue uns bons trocados. Nos dois pedaços de terra, ele acha que colheu umas 500 sacas de arroz, no ano passado, e este ano pretendia vender perto de quatro mil quilos de peixe, quando começou a esvaziar o açude maior, no dia 24 de março. Só no dia 29 é que foi possível iniciar o trabalho de "pescar" os peixes com cestos, sacos plásticos e "a unha".

Essa serviçama envolveu umas 20 pessoas, entre filhos, netos e gente da vizinhança. Foi uma correria danada, porque o pessoal ia recolhendo os peixes e fazendo a limpeza, enquanto seu Antonio puxava a carga até o mercado de Ijuí. Ele está satisfeito com a integração da lavoura e do peixe, e não gosta muito.

A terra está sempre com boa fertilidade, por causa do adubo do arroz, e além disso há um chiqueiro bem do lado dos açudes, que despeja esterco na água. Mas seu Antonio tem certeza de que só a criação de peixe, sem o arroz, não daria muita compensação. "O peixe deixa alguma renda, mas o arroz deixa muito mais".

Quando o detalhe é importante

O curso de piscicultura serviu para que fossem levantadas pequenas dúvidas dos produtores. Muitos aspectos considerados sem maior importância, mas que somam bastante, tiveram explicação. Os próprios participantes do treinamento, com o auxílio do técnico, esclareceram detalhes como estes:

- O cal virgem é excelente para a limpeza de um açude, principalmente se ele for antigo. Usando três toneladas por hectare, depois de esvaziar o açude, o produtor pode evitar assim muitas doenças na criação. O cal também pode ser usado quando se quer terminar com a traíras, para a criação de outras espécies de peixes. Mas a aplicação deve ser feita sempre com o açude seco.

- Os grãos de soja, milho e outras sementes usadas como alimentos devem, de preferência, ser despejados no açude depois de um preparo bem simples. O produtor coloca tudo num tacho com água no fogo, até que a semente fica inchada, sem deixar ferver. Assim os grãos ficam mais macios e não há desperdício.

- Quando a aplicação de adubo ou calcário é feita com o açude seco, é preci-

so esperar uns dias para que o mesmo seja povoado. Depois de calcarear ou adubar, o produtor espera uns 15 dias para começar a largar água no açude, e outros 15 para colocar os peixes.

- Açudes muito grandes dificultam o manejo. Uma criação com quatro açudes de mil a 2.500 metros quadrados cada é a ideal. Outro detalhe importante: a carpa se desenvolve bem num açude com até um metro e 50 de profundidade, mas a nilótica já precisa de no mínimo um metro e 80; e o jundiá, dois metros. Mesmo assim, é bom saber que o açude com água esparramada, bem "espraiado", tem vantagens de sobra sobre o açude pequeno e com muita profundidade.

- A adubação orgânica, feita com esterco, palha, nunca deve ser colocada próximo à entrada de água sempre da saída. Ela também demora mais para fertilizar a água e fazer surgir o verde. Mas é a que permanece por mais tempo. A palha, por exemplo, vai permitir a formação dos micro-organismos, os pequenos bichinhos que dão o equilíbrio alimentar de um açude. E o esterco, além de adubar, também serve de alimento para os peixes.

AS PREVISÕES PARA O INVERNO

Os resultados das lavouras do ano passado estão determinando as intenções de plantio para a safra que se aproxima

As previsões, de que as alternativas de inverno teriam suas tendências mais ou menos definidas a partir deste ano, principalmente em função da possibilidade de retorno financeiro imediato, estão sendo confirmadas. Apesar dos dados existentes até o final de março serem baseados em estimativas, fica quase evidente que a aveia, a cevada e o alho despontam como as opções consideradas mais rentáveis atualmente, pois essas são as três culturas que terão aumento de área em 82.

É claro que os valores de custo, a necessidade de rotação para preservação ou recuperação do solo e outros fatores contam bastante. Mas a expectativa em torno das condições de mercado e, automaticamente, de preços para os produtos, parece ser o que mais conta no momento, para que as lavouras sejam ampliadas ou reduzidas (veja a tabela ao lado). Essas previsões são baseadas em estimativas feitas em cada uma das oito unidades da Região Pioneira.

AVEIA

A aveia, que teve 16.500 hectares plantados em 81, deverá continuar ocupando a maior área, entre as alternativas de inverno, pois se prevê uma lavoura de 21.200 hectares em 82. Essa cultura, que tem importância na execução do programa de integração lavoura-pecuária, vem se firmando, a cada ano, como uma das principais opções também para a produção de grãos.

O mercado para a aveia é favorável, e os grãos oferecidos nos últimos anos pela Cotrijuí aos compradores têm sido bem aceitos, por causa da qualidade apresentada. Nessa safra, a Diretoria Agrotécnica decidiu investir um pouco mais na cultura, e distribuiu 15 novos cultivares, que passarão a ser testados a nível de propriedade, para produção de sementes básicas, após avaliação no CTC.

CEVADA

A área de plantio da cevada continua inferior à da aveia, mas esta é a cultura que deverá ter o segundo maior aumento percentual de lavoura, dobrando sua extensão

CULTURAS	1981 (ha)	1982 (ha)
AVEIA	16.500	21.200
CEVADA	5.100	10.200
LINHAÇA	4.908	2.000
TREMOÇO	15.012	6.800
COLZA	4.250	1.200
CENTEIO	493	15
AZEVÉM	3.051	800
TREVO YUCHI	242	20
ALHO	52	143



O alho deverá apresentar o maior aumento proporcional de área. . .

de 5.100 hectares para 10.200 em 82. A Região Pioneira está entre as áreas consideradas "marginais" para essa cultura, em função de não oferecer as melhores condições para seu cultivo. O Departamento Agrotécnico ressalta ainda que alguns experimentos provaram que o plantio muito seguido de cevada, numa mesma área, provoca uma queda no rendimento.

Também é lembrado que a cevada não fica entre as opções recomendadas para rotação com o trigo, devido ao ataque de fungos causadores da podridão de raízes e mal-do-pé. O governo dá incentivos a essa lavoura, para reduzir um pouco as importações, e o mercado não é ruim. O risco existente está no fato de que são poucos os compradores da cevada, ou seja, basicamente as maltarias que fabricam cerveja. Mas quem plantar dificilmente enfrentará problemas com comercialização.

ALHO

O maior aumento proporcional à área do ano passado, em 82, ficará com o alho, que deverá crescer 275 por cento, passando dos 52 hectares de 81 para 143 hectares este ano. Atualmente, a variedade Portela é a que apresenta melhores perspectivas de desenvolvimento na Região. Há também as variedades Gaúcho e Amarante, que terão menores áreas nessa safra, em consequência de deficiências técnicas.

A comercialização do alho oferecido pela Cotrijuí também vem melhorando, e nesse caso a qualidade é, igualmente, o fator mais importante. Há uma preocupação com uma melhor seleção das variedades, para que o mercado continue favorável, e isso o produtor já vem fazendo desde a safra passada, de acordo com recomendações do Departamento Agrotécnico e do pessoal que trata da comercialização.

LINHAÇA

A linhaça terá uma redução significativa em sua área de plantio.

Dos 4.908 hectares de 81, deverão sobrar 2.000 hectares este ano, numa redução de 59 por cento. O Departamento Agrotécnico vê essa cultura como "mais uma alternativa de inverno", que não tem, portanto, maior importância, mas também não deixa de ser recomendada. É uma planta que tem baixo custo de produção, e que não vem sofrendo ataques de pragas ou doenças na Região.

Essa cultura é uma das que podem ser utilizadas para rotação com o trigo, e por isso vem sendo recomendada aos produtores que se preocupam com cuidados em relação ao solo e controle de pragas. O mercado também não é considerado ruim. Mas mesmo assim os produtores decidiram, conforme as previsões iniciais, reduzir a lavoura, talvez levando em conta o ciclo longo da planta, que é semeada em fins de junho e colhida em fins de novembro. Há outro fator: os preços a serem pagos pela próxima safra talvez não sejam tão bons como os do ano passado.

TREMOÇO

O tremoço continua sendo recomendado como cultura importante na recuperação da estrutura física e orgânica do solo. Só que também essa planta sofrerá redução de lavoura, em torno de 54 por cento, passando dos 15.012 hectares de 81 para os 6.800 previstos para este ano. Essa redução pode ser explicada, já que os produtores que pretendem utilizá-lo como adubação verde possuem, sua maioria, sementes próprias.

Por isso, quem ainda apostava, até o ano passado, na produção de tremoço com a finalidade de comercializar os grãos, abandonou essa idéia a partir de agora. O CTC continua avaliando cultivares do tremoço doce, que é destinado ao consumo humano, e a nível de propriedade há também algumas áreas com experimentos. As variedades doces podem ser, daqui a alguns anos, outra opção de inverno, dependendo dos resultados desses ensaios.



. . . e a colza uma expressiva redução

COLZA

Outra redução bem expressiva acontecerá na lavoura da colza, e isso estava previsto. Dos 4.250 hectares plantados em 81, serão agora cultivados uns 1.200 hectares. No ano passado, a lavoura enfrentou problemas, como o ataque da traça da couve, e o tempo não ajudou, fazendo com que os rendimentos fossem bem baixos. Além disso, na hora da colheita muita gente continuou se queixando da debulha, que provoca perda de grãos.

A colza continua sendo melhor avaliada, para que tenha um rendimento satisfatório na Região, e a recomendação é de cautela. Essa orientação não se baseia apenas em aspectos técnicos, mas na própria indefinição oficial diante dessa nova alternativa, que não dispõe de preços mínimos e tampouco de um mercado estável.

FORRAGEIRAS

Forrageiras como centeio, azevém e trevo yuchi ficarão na mesma situação das outras culturas que deverão sofrer redução de área, e nesse caso a explicação também se relaciona com a questão dos retornos financeiros imediatos. São culturas que não se incluem entre as que podem servir como opção de colocação no comércio, e se prestam muito mais para os produtores que aderiram ao programa de integração lavoura-pecuária.

A cevada, que já não constava como alternativa importante, reduz sua área de 493 para 15 hectares, e o trevo yuchi fica com somente 20 hectares, contra os 242 do ano passado. O azevém, que é importante na produção de forragem, continua sendo a melhor cotada entre as três, pois pode oferecer bons retornos a quem pretende comercializar semente.

Só com boas colheitas para cobrir o custo



Tremoço: 30 sacos para cobrir o custo



Aveia: custo de Cr\$ 32.526,00 por hectare

Uma análise dos possíveis resultados econômicos das alternativas de inverno, feita na ponta do lápis, mostra que o produtor ainda está meio longe de conseguir uma remuneração satisfatória nessa safra. Esse trabalho, realizado pelo tecnólogo Luís Juliani, do Departamento de Estudos Econômicos da Cooperativa, considera os custos totais de cada cultura, para que se tenha uma idéia de quanto o agricultor terá que colher, para ter algum lucro.

Os dados revelam que, para a maioria das culturas, os custos a serem recebidos pelo produtor ficam com valores abaixo dos custos reais, calculados pelo mesmo departamento. Das plantas de inverno, apenas o trigo, a aveia, a cevada e o centeio têm VBCs definidos pelo governo. As demais ficam com custeio baseado num cálculo que considera a média de produtividade e o preço previsto para o produto, quando da comercialização. Da multiplicação da produtividade pelo preço esperado, tira-se 40 por cento desse total e daí sai o VBC, também de acordo com critérios oficiais.

Assim é que, geralmente, o custeio oferecido não corresponde às necessidades do produtor, para que a lavoura seja formada. No fim, os altos custos e os preços nem sempre compensadores fazem com que o agricultor seja obrigado a conseguir uma produtividade alta demais para a média da região, para somente assim cobrir pelo menos os gastos que teve desde o plantio até a comercialização (veja a ta-

bela).

A aveia, por exemplo, terá um VBC de Cr\$ 21.700,00, enquanto que o custo real para formação dessa lavoura foi calculado em Cr\$ 32.526,00 por hectare. O agricultor precisará, nesse caso, de um rendimento médio de 1.584 quilos para cobrir essas despesas. O que ele alcançar de produtividade além desse peso — se alcançar — passará então a ser o seu lucro.

O tremoço deverá alcançar um rendimento de no mínimo 1.751 quilos para que seus custos sejam cobertos, pois o VBC necessário seria de Cr\$ 28.364,00 por hectare, mas o custeio a ser concedido é de apenas Cr\$ 14.400,00. A colza, que tem um custo real de Cr\$. 35.936,00, ganhou um custeio de também Cr\$. . . 14.400,00, e precisará de um rendimento mínimo de 2.107 quilos por hectare. A linhaça, com custo real de Cr\$ 23.345,00, fica com VBC de 12.700,00, e necessita de uma produtividade de 1.456 quilos.

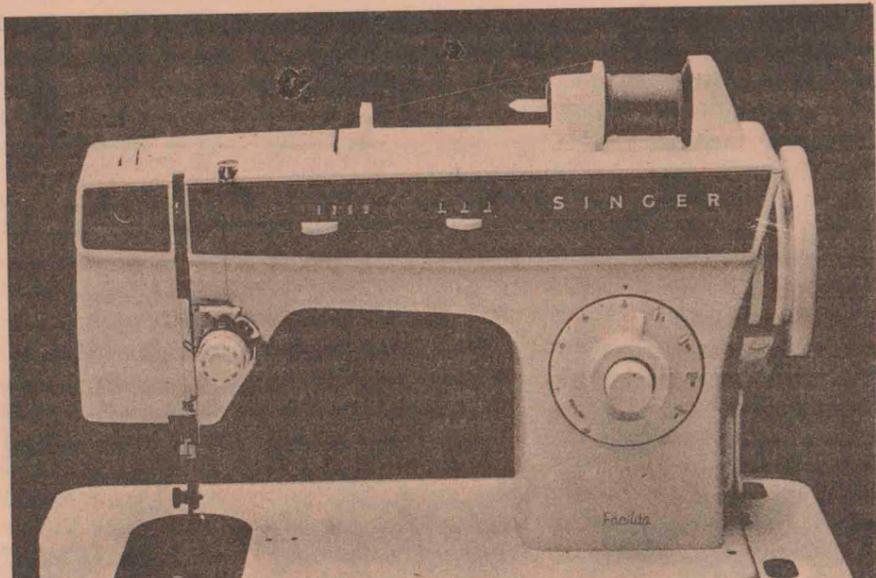
O alho tem VBC igual ao custo real calculado, pois para essa cultura foi conseguido um custeio que corresponde às necessidades da planta na Região. O Departamento de Estudos Econômicos não dispõe de dados para comparações entre VBC e custos reais das culturas de cevada, centeio e azevém. Os dados relacionados com o trigo estão em matéria na última página. O VBC da cevada ficou em Cr\$ 22.400,00; o do centeio, Cr\$ 19.600,00; e o do azevém, Cr\$ 9.600,00.

O QUE É PRECISO COLHER

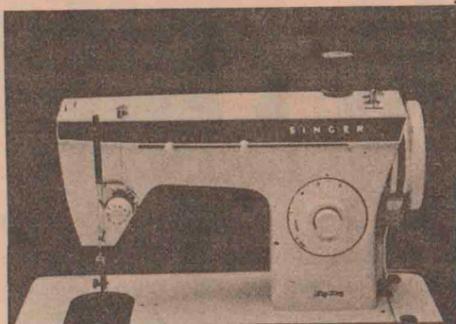
RUBRICAS	AVEIA	TREMOÇO	COLZA	LINHAÇA	ALHO
VBC NECESSÁRIO	32.526,00	28.364,00	35.936,00	23.345,00	268.800,00
VBC CONCEDIDO	21.700,00	14.400,00	14.400,00	12.700,00	268.800,00
GASTOS TOTAIS	58.965,00	52.537,00	63.213,00	43.635,00	109.650,00
PRODUTIVIDADE	1.584	1.751	2.107	1.456	2.296
PROD. MÉDIA	1.255	1.200	1.200	995	3.000
PREÇO/kg	37,24	30,00	30,00	31,67	215,00

* O item produtividade é do rendimento médio exigido para que os custos sejam cobertos. A produtividade média é a da Região no ano passado. No item gastos estão incluídas todas as despesas, desde o plantio até a comercialização.

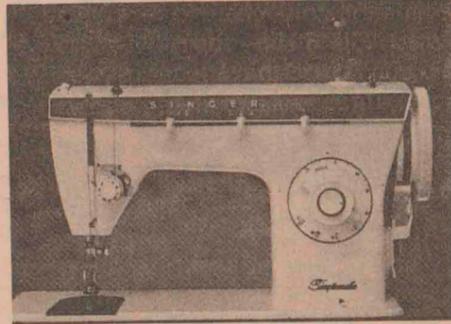
Moda e economia para todas as estações.



Nova Facilita - 288
Possui 11 discos recambiáveis, sendo 7 decorativos - Caseador automático - Motor semi-embutido com 2 velocidades - Chapa de agulha de fácil remoção - Prega zíperes e botões.



Zig-Zag - 247
Costura reta e em zigue-zague - Borda com bastidor - Motor semi-embutido - Prega zíperes e botões - Faz costura acetinada - Encaixe de agulha à prova de erro - Costura com agulha dupla - Possui tampa protetora da correia do motor.



Simplesmatic - 263
Costura reta e zigue-zague - Caseador automático - Bainha invisível - Agulha dupla, costura em duas cores ao mesmo tempo - Chuleador.

Singer, a máquina da economia, você também encontra nas lojas Cotrijuíf

O Senador Cooperativista

O número zero do *Jornal do Cooperativismo*, que é editado pela OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), traz uma entrevista com o senador (pelo Rio Grande do Sul), José de Souza Martins. Nas suas declarações ele se diz "não um político que fez uma opção cooperativista, sou antes um cooperativista que milita na política". A sua atuação parlamentar, iniciada ao assumir, como primeiro suplente, a cadeira vaga com a morte do senador Jessé Freire, tem sido voltada para a defesa do cooperativismo como instrumento de ação política, econômica e social. Aqui transcrevemos a entrevista que foi publicada na primeira edição do *Jornal do Cooperativismo*:

J.C. — Em seu primeiro pronunciamento no Senado, o senhor se propunha a apoiar o cooperativismo através da atuação parlamentar, como se daria esse apoio?

Senador — Não se exerce o mandato senatorial em função dos interesses de um grupo, ou de uma região, ou de uma corporação, ou de um partido político.

Exerce-se em função dos interesses da república.

Cada senador, todavia, integra-se a um grupo, a um Estado, a um partido, a uma realidade concreta, rica em nuances de vivência política, social, espiritual, as quais, em última análise, vão definir seus posicionamentos na vida pública.

Em minha realidade pessoal predomina o cooperativismo, quer quanto idéia, quer quanto ação. Não pode se dizer, assim, que eu seja um político que fez uma opção cooperativista, sou antes um cooperativista que milita na política.

Mais que apoiar o cooperativismo, minha ação no senado apóia-se sobre a doutrina e procura realizar

a prática cooperativista.

J.C. — Senador, é comum ouvir-se que há incompatibilidade entre o cooperativismo e política. Como o senhor analisa esse aspecto?

Senador — O cooperativismo é essencialmente político, pela proposta que faz: estabelecer a democracia econômica onde o direito de empreender seja livre a todos; onde o poder da empresa derive das pessoas que a compõem e não do capital que a constitua; onde o resultado do trabalho retorne ao trabalhador e não ao capitalista.

O caminho preconizado pelo cooperativismo para concretizar sua proposta não é o da revolução sangrenta — nem o da reforma — a chamada revolução pelo voto. É o da organização da base populacional em empresas autogeridas que alcançando multiformemente todos os meandros da economia, crie uma realidade social nova, superando a ideologia da dominação — política, social, econômica — pela prática da cooperação institucionalizada.

Se isso não é ação política,

não sei o que o seja.

O que não pode haver no cooperativismo é o engajamento partidário da cooperativa. Isso a desfiguraria em seu traço mais importante: o de empresa realmente livre, aberta à participação de todos, sem preconceitos de cor, partido ou de credo.

Afora esse aspecto, o cooperativismo é político. E necessita que homens públicos, militantes políticos, o conheçam e nele se integrem.

J.C. — como o senhor vê o cooperativismo brasileiro?

Senador — O cooperativismo no Brasil ainda apresenta alguns resultados animadores, posto que ainda modestos diante de sua potencialidade.

No setor agropecuário, por exemplo, as empresas cooperativas já alcançam os primeiros lugares no quadro das mais importantes do País. Assumem, também, a liderança no desenvolvimento da tecnologia de ponta, sendo pioneiras absolutas em algumas áreas, como a do plantio direto, por exemplo.

O que me impressiona, porém, é a potencialidade do cooperativismo para a solução dos problemas brasileiros.

É indiscutível que, pelas dimensões continentais do País, os modelos de desenvolvimento que pretendam soluções gerais, são verdadeiras camisas-de-força de eficiência relativíssima. Resolver o proble-

ma da infra-estrutura urbana, por exemplo, no Amazonas, no Nordeste, no Centro-Oeste e no Sul, dentro do mesmo enfoque filosófico e metodológico, é, no mínimo, temerário. E isso, às vezes, tem sido feito até por ausência de alternativas.

O cooperativismo presta-se, como nenhum outro instrumento, às soluções locais, aos tratamentos de caso, sendo, também, perfeitamente adequado às soluções gerais, pois pode verticalizar sua ação, sem perder a flexibilidade de adaptar-se à realidade primária.

No Nordeste, minha terra de origem e vivência, o que não poderá ser feito pelo cooperativismo às legiões de pescadores, de artesãos, de pequenos proprietários rurais, de todos cujo trabalho é mal retribuído por terem de sustentar a enorme cadeia de intermediações que se coloca entre eles e os consumidores daquilo que produzem? Como se alterariam suas condições de trabalho? Como aumentaria a qualidade de vida dessas populações?

Essa perspectiva antepõem-se como um desafio. Um caminho de libertação econômico-político-social de todo um povo, por ele mesmo a ser descoberto e trilhado, sem qualquer dádiva de cima ou de fora.

Assim, tenho entendido e vivido o cooperativismo até agora. Assim pretendo continuar no exercício do mandato senatorial.

PRODUTOR RURAL! A FIDENE CONTA CONTIGO!



**SUA FORÇA
TAMBÉM PODE CONSTRUIR
A NOSSA UNIVERSIDADE!**

PARTICIPE DA CAMPANHA:

«SOJA PARA A UNIJIÚ»

**JUNTOS PENSAMOS COM SERIEDADE
O FUTURO DE NOSSOS FILHOS.**

**ENTREGUE SUA DOAÇÃO
NOS SEGUINTESS LOCAIS:**

**UNIDADES DA COTRIJIÚ E DE OUTRAS COOPERATIVAS
A SEREM ANUNCIADAS EM BREVE.**

A CURA PELAS PLANTAS

No tempo em que os laboratórios não fabricavam remédios em forma de cápsulas, comprimidos, ou xaropes, o povo não se apertava na hora de encontrar uma forma que acabasse com uma dor enjoada, um mal-estar, uma ferida. Um chazinho quente de uma das inúmeras plantas que nascem nos fundos de pátio, beirada de estradas, escondidas no mato, mostrava nestas horas seu valor. Aos poucos, porém, com o progresso da indústria química, acompanhada de uma propaganda intensa sobre as vantagens dos remédios, se foi deixando de lado a sabedoria popular e até mesmo esquecendo as propriedades curativas de algumas plantas. É bem mais fácil comprar um remédio pronto, mas isto também custa bem mais caro, sem contar que eles podem curar uma doença, mas trazer um problema muito maior.

Hoje já se volta a falar com insistência dos chás. Não só pelas vantagens em termos de custo, como também pela facilidade que eles representam, principalmente para quem mora no interior, onde as ervas ainda são abundantes. E tem mais, como sempre disse quem é entendido na propriedade curativa de inúmeras plantas: "mal é que chá não faz".

UMA ENTENDIDA

Uma das pessoas mais entendidas em remédios caseiros obtidos através de planta, é a dona Maria Goergen, de Fundo Grande, em Augusto Pestana. Não é para qualquer coisa que ela procura um médico ou vai atrás de uma farmácia:

— A gente experimenta com o chá resolver o problema. Quando se vê que não dá, tem que ir prá frente, procurar o médico.

Na sua casa, problema de febre é resolvido prá já. Ela faz um chá com umas três folhas de bergamoteira e duas perninhas de aipo e dá para sua filha junto com um Melhor infantil. A febre cede em seguida. Para dor de ouvido ela costuma torrar a flor da massanilha, misturar num pouquinho de azeite momo e colocar no ouvido. Para este problema ela ainda recomenda fritar um pouquinho de hortelã branca na banha ou no azeite, deixar amornar e colocar no ouvido.

O uso das plantas como remédio a dona Maria aprendeu com a sua mãe e com a sogra e tem ajudado bastante a vizinhança na hora de escolher



Maria Goergen: é preciso fé para adiantar

qual a melhor planta para resolver algum problema:

— Aqui se usa bastante o chá, mas tem outros moradores que acreditam mais no remédio. E também, pelo que se diz, tem que ter fé no chá para acabar com o problema. Como também é preciso acreditar no médico. Até uma vez foi um médico quem falou que prô problema de vermes é bom tratar com hortelã branco.

Dor de estômago ou enjoô, ela resolve com chá de marcela. Para o fígado pode se usar carqueja, losna, caatinga de mulata, confrey ou joázinho do campo. A caatinga de mulata também mostra seu valor quando se faz um chá para passar num corte ou numa ferida. Para quem sofre dos nervos ela recomenda um chá com as folhas da limeira, tendo o capricho de tirar o talo do meio das folhas, "que é muito forte e diz que ataca o coração". O chá de cidreira também é bom para os nervos.

Gripe ela cura com um xarope feito com água, açúcar e guaco ou agrião. Para a febre que dá nas crianças quando estão saindo os primeiros dentinhos, Maria recomenda um chá de aipo. Problema de tosse acaba com o uso de sálvia (ou salve-vida) e sálvia do mato. Diarréia melhora com um chá frio de aipo, quina, vale-mais-que-ouro.

A cólica da menstruação é aliviada com um chá de massanilha, enquanto o corrimento melhora com um chá ou uma lavagem feita com chá de malva. É claro que se o problema for grande, nestes casos sempre é bom procurar um médico.

Para estourar o sarampo que está incubado, o bom é tomar um chá de sabugueiro. No caso de sinusite, para soltar o muco preso na cabeça e aliviar a dor, ela recomenda fazer um vapor e tomar um chá feito com folha de eucalipto.



O assunto virou moda

O poder medicinal das plantas é um assunto que voltou a "entrar na moda" de uns tempos para cá. Não é só o pessoal que mora no interior que anda mostrando seu interesse por este assunto, mas também muita gente da cidade fica curiosa em descobrir sempre um pouco mais dos milagres de um bom chá de ervas. Inclusive estudiosos de botânica (a ciência das plantas) têm divulgado as qualidades curativas de muito inço que cresce solto pelo campo.

Um exemplo disto é o confrey, uma planta de folha estreita e comprida que de repente está sendo saudada até como remédio prá câncer. Verdade ou não nesta parte, o confrey já mostrou uma porção de outras qualidades.

Além das informações da dona Maria Goergen, também um funcionário da Cotrijuí, o Arnoldo Preissler, já fez fama como entendido neste assunto de ervas medicinais. E ele se interessa e pesquisa bastante sobre isto. É ele quem conta a utilidade de várias plantas:

AGRIÃO — Além do consumo na salada, pode ser usado como chá. É indicado para problemas de intestino, raquitismo, pulmões, pele, fígado e também como cataplasma para tratar feridas. Ao agrião ainda é atribuída a propriedade de combater os efeitos tóxicos da nicotina (um dos ingredientes do cigarro).

ALHO — Tem ação contra cólera, vermes, escorbuto, pedras na bexiga e nos casos de febre que não quer ceder. O uso do alho, porém, tem alguns inconvenientes: além do mau hálito e do mau cheiro que passa no suor, não deve ser usado por pessoas com problema de pele. As mulheres que amamentam também devem evitá-lo, pois ele provoca alterações no leite, o que resulta em cólicas nas crianças.

CAMOMILA — Um chá feito com as folhas é indicado para os problemas de dor no estômago provocadas por distúrbios na digestão. Tem também efeito calmante e é regulador do aparelho digestivo.

LIMEIRA — Com o chá das folhas, se obtém um produto calmante, diurético (para eliminar a urina) e também refrescante.

LARANJA — Um chá com as flores e folhas pode ser usado para eliminar espasmos e intestino preso. É também calmante.

O suco da laranja verde é bom para combater os vermes, e o da laranja madura é remédio contra papeira, inflamação nas gengivas, e dor nas juntas.

O doce da casca de laranja serve para abrir o apetite.

MILHO — O grão torrado e moído pode ser usado como café, e tem efeito laxativo. Tomando de manhã, em jejum, com açúcar e leite, durante quatro dias consecutivos, age como remédio para as pessoas que sofrem de prisão de ventre e de hemorróidas.

FUNCHO — Usando a planta e a semente se consegue um produto diurético (para eliminar o problema de retenção de líquidos), e que ainda regula o funcionamento do estômago e dos intestinos.

CHAPÉU DE COURO — O chá das folhas é diurético, ajuda a resolver o problema de ácido úrico (da urina), reumatismo, dor nas cadeiras e nas juntas e ainda elimina as manchas da pele.

CENOURA — É um tônico para os nervos, faz bem para a visão e cicatriza as rachaduras nos seios das mulheres que amamentam.

ALFAFA — Um chá de alfafa é muito bom para resolver os problemas de cistite crônica (inflamação na bexiga) e também irritações da bexiga. Ainda serve como sedativo e calmante para os nervos.

EUCALIPTO — Um xarope feito com eucalipto cheiroso, limão e açúcar ou mel, pode ser usado nos casos de doenças respiratórias, gripes, asma, bronquite, inflamações na garganta, cistite, corrimento das mulheres e também para expulsar o catarro dos pulmões. O xarope é feito com 200 gramas de folha de eucalipto, 15 limões, três a cinco litros de água, um quilo de açúcar ou mel, deixando ferver até reduzir a água pela metade, e depois coar.

CONFREY — Uma planta com variados usos: gastrite, úlcera, prisão de ventre, dor nas vistas, reumatismo, pressão alta e baixa, anemia, dor nas costas, fraqueza, fígado, doenças da pele, espinhas, sardas, cortes, ossos quebrados, queimaduras, dor dos músculos, diabetes, amarelão. Ajuda ainda a desintoxicar o organismo, retarda a velhice, normaliza o aparelho sexual, escurece e faz nascer o cabelo.

ERVA-DOCE — Excelente para a digestão, combate os gases intestinais.

ERVA-CIDREIRA — calmante; combate a insônia, dores de cabeça, prisão de ventre e gases.

BOLDO — cura os males do fígado, prisão de ventre, fraqueza, gases, dores de estômago e falta de apetite.

ALECRIM DO CAMPO — combate o cansaço e o desânimo.

Lei cooperativista muda a delegação de voto

A lei cooperativista sofreu uma pequena mudança no mês de março e agora já não apresenta tantos impecilhos para se colocar em prática, oficialmente, a experiência da estrutura do poder que vem sendo desenvolvida na Cotrijuí. A alteração foi pequena, mas já representa um avanço em relação ao texto que vigorou até o dia 31 de março deste ano.

A mudança aconteceu no artigo 42 da Lei 5.764, que trata da participação dos associados nas assembléias. Agora foi eliminada a figura do mandatário (ou procurador), que podia dispor de 3 votos, compreendido o seu, nas decisões das assembléias. Outra mudança foi a de impedir que nas cooperativas onde se adota a figura do delegado, os associados também possam votar. Eles podem comparecer às Assembléias, mas ficam

privados de voz e voto.

Este delegado, de acordo com a lei, exerce mais ou menos a mesma função dos nossos representantes eleitos. A diferença é que a lei exige — e isto não foi mudado desta vez — que os delegados representem "grupos seccionais de igual número", ou seja, um grupo definido de associados de uma região ou núcleo. Nos casos dos representantes da Cotrijuí a experiência posta em prática desde 1969 não é bem esta.

Aqui eles são eleitos por uma unidade, num número de representantes proporcional ao número de associados vinculados a cada unidade (a proporção é de um representante para 150 associados). Desta forma, não acontece de todos representantes estarem vinculados a grupos com número idêntico de associados.

Integração lavoura-pecuária é avaliada em Dia de Campo



Os produtores que vêm participando, há três anos, do Programa de Integração Lavoura-Pecuária puderam fazer uma avaliação dos resultados técnicos e econômicos alcançados até agora, durante um dia de campo que a Cotrijuí realizou no CTC. O encontro, dia 19 de março, reuniu cerca de 30 agricultores, e deu ênfase especial

aos aspectos econômicos das atividades, com a análise de dados apresentados pelo Departamento de Estudos Econômicos da Cooperativa.

Os produtores trocaram idéias com João Vamir Cezimbra Lopes, Arnaldo Preissler e Luís Juliani, técnicos do Departamento, avaliando os retornos diretos e indiretos

proporcionados pelo rodízio de culturas tradicionais da região com forrageiras. Segundo Lopes, o dia de campo serviu para a troca de experiências, e deixou evidente que os produtores integrados ao programa estão satisfeitos com seus resultados, e dispostos a levar adiante essa que também é uma das formas de diversificação.

Vila Jóia quer ser município

O distrito de Vila Jóia, em Tupanciretã, pode a partir de maio se transformar em mais um município gaúcho. A Assembléia Legislativa aceitou no dia 1º de abril o pedido de emancipação do distrito, e mesmo que a data possa dar margens a dúvidas sobre a veracidade da decisão, agora de fato Vila Jóia pode virar município. Tudo dependerá de um plebiscito marcado para dois de maio, mas a certeza da vitória já é grande, pois a emancipação é uma aspiração geral.

Em Vila Jóia está instalada uma das

unidades da Cotrijuí na Região Pioneira, reunindo 787 associados. A área daquele que poderá ser um dos novos municípios nesta fase de emancipação que anda tomando conta do Rio Grande, chega a 1.000 quilômetros quadrados, com uma população de 10.265 habitantes. A distância até Tupanciretã é de 78 quilômetros, o que explica a razão do distrito ter inclusive criado uma auto-suficiência. Ali estão instalados, além da Cotrijuí, um hospital (administrado pela Cooperativa), um posto de saúde e agência bancária.

O dia mundial da conservação do solo



Dia 15 de abril é a data mundial dedicada à conservação do solo. E este assunto cada vez mais vai assumindo importância quando se constata que a fronteira agrícola tende a se esgotar rapidamente, e os solos cultivados já se encontram em estado de degradação.

De toda superfície do globo terrestre, apenas cinco por cento é constituída de terras agricultáveis. O restante são oceanos, regiões desérticas ou geladas, onde a agricultura é uma atividade inviável. Só que estes cinco por cento estão sendo mal cuidados, e a erosão cada vez mais aumenta mais.

São poucas as terras que ainda restam para incorporar ao processo produtivo, mas a população cresce em proporções assustadoras. Nasce hoje no mundo duas crianças por segundo. É o mesmo

que uma população inteira de Porto Alegre (1 milhão de pessoas) a cada cinco dias, ou que a metade da população do Brasil (73 milhões) apenas num ano. Em 25 anos, o mundo terá acréscimo de população entre 2 bilhões a 2,5 bilhões de pessoas. E pessoas que precisam comer. Mas sem terra para plantar será bastante difícil produzir alimentos para estes bilhões de bocas.

Os números mostram o quanto o solo está mal cuidado. Só no Noroeste do Rio Grande do Sul (uma região compreendida entre o triângulo formado pelos municípios de São Borja, Santa Cruz do Sul e Passo Fundo) se perde anualmente 792 milhões de toneladas de solo. Esta quantia corresponde a nada mais, nada menos, que uma camada arável de 350 mil hectares.

Pedidos de mudas frutíferas

Os produtores da Região Pioneira e de Dom Pedrito já podem ir se preparando para a formação de pomares caseiros este ano. Até o dia 14 de maio, todas as unidades estarão recebendo pedidos de reservas de mudas de frutíferas, a Cr\$ 130,00 cada muda. Segundo o engenheiro florestal Nilo Rubem Leal da Silva, que cuida dessa área, há mudas de várias frutífe-

ras, como laranja, bergamota, limão, maçã, ameixa, pera, pêssego, videira, caqui, figo e outras. Os produtores interessados podem inclusive preparar as covas dois meses antes do plantio, que acontece ali pelo final de junho. Em todas as unidades, os técnicos estão orientando aos que quiserem formar pomares este ano.

Programação para a semente

"Aumenta no Paraná", opinavam alguns. "Não", diziam outros, dá melhor a BR-2". "Quem sabe emparelha a quantia das duas", sugeriam ainda outros produtores durante uma reunião de semente que aconteceu em Santo Augusto no dia 12 de março. A reunião, que teve a participação de cerca de 70 associados de Santo Augusto, Chiapetta e também Ajuricaba, foi a primeira de uma rodada de encontros com produtores de semente e técnicos da cooperativa para planejar a safra de soja deste ano. Reuniões como esta aconteceram também em todas outras Unidades de Beneficiamento de Semente de Soja (Ijuí, Vila Jôia, Coronel Bicaco e Tenente Portela).

Junto com os produtores, os técnicos planejaram as quantidades de semente que serão produzidas de cada variedade do ciclo precoce, médio e tardio. Nas de ciclo médio, por exemplo, foi prevista também uma boa procura, na próxima safra, de semente da variedade BR-4, que vinha se portando muito bem na lavoura. A reunião, coordenada pelo agrônomo Antonio Vieira dos Santos, teve ainda a participação de outros técnicos envolvidos na produção de semente nas demais Unidades.

Sobre a quantidade de semente a ser produzida, ficou decidido que se procurará atender as estimativas de necessidade dos associados a partir do novo critério estabelecido este ano de reserva antecipada de semente. Uma quantidade ainda será beneficiada vi-



Em Santo Augusto, a primeira de uma rodada de reuniões

sando atender a comercialização de sementes com terceiros, como uma fonte de renda que pode proporcionar um melhor retorno aos produtores através de uma bonificação mais alta.

O agrônomo Jalcione Pereira de Almeida, da coordenação das sementes, apresentou em seguida os números relativos ao custo da produção de semente de soja, trigo e de forrageiras. O custo da semente de trigo da safra de 81, por exemplo, chegou a Cr\$. . . 1.152,00, distribuído da seguinte forma: valor do produto, Cr\$ 592,00; vitória da lavoura, Cr\$. . . 20,00; sacaria, Cr\$ 75,00; quebra irrecuperável, Cr\$. 15,00; beneficiamento, Cr\$ 160,00; armazenamento, Cr\$ 10,00; impressos e embalagens, Cr\$. . .

5,00; transporte, Cr\$. . . 6,00; seguros, Cr\$ 8,00; juros, Cr\$ 80,00; Funrural, Cr\$ 6,00; serviços administrativos, Cr\$ 15,00; bonificação do produtor, 110,00; margem da cooperativa, Cr\$ 50,00.

A reunião ainda foi aproveitada como ocasião do diretor regional da Pioneira, Bruno Eisele, prestar alguns esclarecimentos sobre as alterações introduzidas no sistema de comercialização do preço médio (veja no Cotrijornal do mês de fevereiro, número 92) e ainda para o diretor técnico, Renato Borges de Medeiros apresentar alguns eslaides sobre a produção agropecuária na Austrália. Neste País, durante dois anos, Renato fez um aperfeiçoamento na área de forrageiras.

Convênio Cotrijuí/IAPAS na retenção do Funrural

Parte de tudo aquilo que o produtor recolhe para o Funrural quando comercializa seu produto através da Cooperativa, deverá agora voltar de uma forma direta para ser aplicado em seu benefício na área de assistência médica e hospitalar. Isto é o que possibilitará um convênio assinado entre a Cotrijuí e o IAPAS (Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social), um órgão do Ministério da Previdência. O convênio facilitará o cálculo da contribuição para a Previdência Social ao mesmo tempo em que permitirá que os produtores tenham restituída uma parte de suas contribuições, sem envolver com isto muita burocracia.

A partir da assinatura do convênio, que começou a vigorar este mês de março, a Cooperativa passa a calcular de uma forma diferente a contribuição para a Previdência. No lugar de descontar os 2,5 por cento sobre o valor creditado na conta-corrente de cada associado (ou seja, o valor bruto do produto menos os descontos de frete, embalagem, impostos e custos administrativos), agora o desconto para a

Previdência será calculado sobre o valor da venda, destinando para o sistema previdenciário uma contribuição correspondente a 75 por cento do valor apurado em todos os produtos, menos no trigo, que tem comercialização estatal.

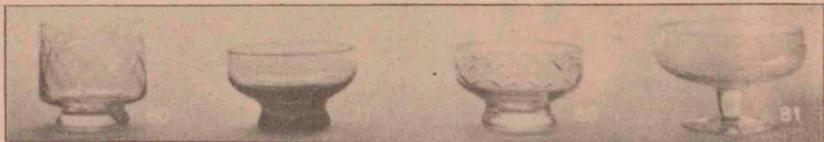
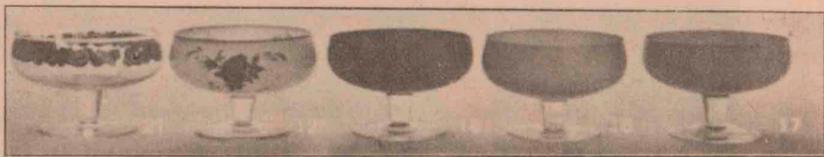
Explicando melhor, o Funrural ficará com 1,875 por cento da contribuição, enquanto a cooperativa reterá 0,625. Este percentual, que corresponde a 25 por cento do total dos descontos, representa a diferença com os custos de frete, impostos, etc, que da forma anteriormente adotada não eram contabilizados na hora do cálculo da contribuição.

"O convênio representará uma vantagem para a Cooperativa", explica o diretor administrativo Oswaldo Meotti, "no momento em que ela consiga comercializar a maior parte da produção no valor FOB, ou seja, sem o frete da Cooperativa até Porto Alegre, ou Rio Grande, o lugar de destino da maioria dos produtos. Desta forma, não temos a despesa com frete, o que representará uma parcela maior da retenção do Funrural para aplicação em benefício dos associados".

CRISTAIS CAMBÉ



Mini Bar
18 pcs 0314-25-51



Coquetel
7 pcs 0207-04-51



Refresco
7 pcs 0115-06-51

Compre seus cristais nas lojas e mercados Cotrijuí

COTRIJUI SEMENTES

ALFAFA CRIOLA
PENSACOLA
CORNICHÃO
ERVILHACA
TREMOÇO

Sementes fiscalizadas com a garantia Cotrijuí

Cooperativa Regional
Tritícola Serrana Ltda.
Rua das Chácaras, 1513
Fone: 332-2400
Ijuí - RS

A idéia posta em prática: um centro de enfermagem no núcleo

Moradores do núcleo Aracy Serves, de Rincão do Tigre, em Ijuí, iniciaram no dia 20 de março a execução de uma iniciativa pioneira nesta região, em colaboração com a Escola de Enfermagem da Fideine, departamento de Comunicação e Educação da Cotrijuí e Casa de Saúde Bom Pastor. Naquele dia eles estavam instalando, no pavilhão da Igreja Luterana, um centro de enfermagem que pode ser o começo de outras atividades na área da saúde.

O centro, que prestará atendimento primário de saúde, como controle de pressão arterial, aplicação de injeções, pequenos curativos e primeiros socorros, surgiu de uma idéia que vinha sendo estudada desde 1980. No começo, os alunos da Escola de Enfermagem realizaram uma pesquisa sobre saúde na comunidade, para que esses dados fossem analisados pelas famílias. Depois, quatro pessoas do núcleo, Sirce Serves, Leda Brizze, Lufs dos Santos e Maria Copetti, foram treinadas para prestar os chamados atendimentos primários, com aulas teóricas e práticas, na Casa de Saúde.

Além disso, duas senhoras da comunidade visitaram, em Chapecó, Santa Catarina,

centros semelhantes ao instalado em Aracy Serves, e que fazem parte de uma iniciativa bem sucedida da Cooperalfa, uma cooperativa daquela região, na área de saúde preventiva. No dia 20 de março, todos esses preparativos culminaram com a inauguração do centro de enfermagem, com a presença de umas 60 pessoas.

O médico Marco Túlio Duarte, da Casa de Saúde; a diretora da Escola de Enfermagem, Eloiza Kopf; Noemi Huth, do departamento de Comunicação e Educação da Cotrijuí; a enfermeira Marta Julia Lopes; e o presidente da comissão de organização do centro, Oldemar Dobrachinski, falaram sobre a importância da iniciativa. Todos eles lembraram que a saúde deve ser cuidada no dia-a-dia, de forma preventiva, e não apenas quando as doenças se manifestam. Foi ressaltado também que é a partir da mobilização de uma comunidade que um núcleo poderá compreender a saúde como algo que exige vigilância permanente.

A inauguração do centro, por seu Oldemar e a representante do núcleo de senhoras, Neli Dorn, não encerra, no entanto, os planos do pessoal de



Cerca de 60 pessoas participaram da inauguração do Centro...



... que vai atender as necessidades mais imediatas na área de saúde

Aracy Serves. A comissão que levou adiante a idéia, e é integrada ainda por Alfredo Copetti, Altino Goller e Anselmo Schom, estudará agora a execução

de outros projetos na área de saúde preventiva, possivelmente com a organização de grupos, para atendimento também a gestantes e crianças.

Convenção de trabalho entre patrões e empregados

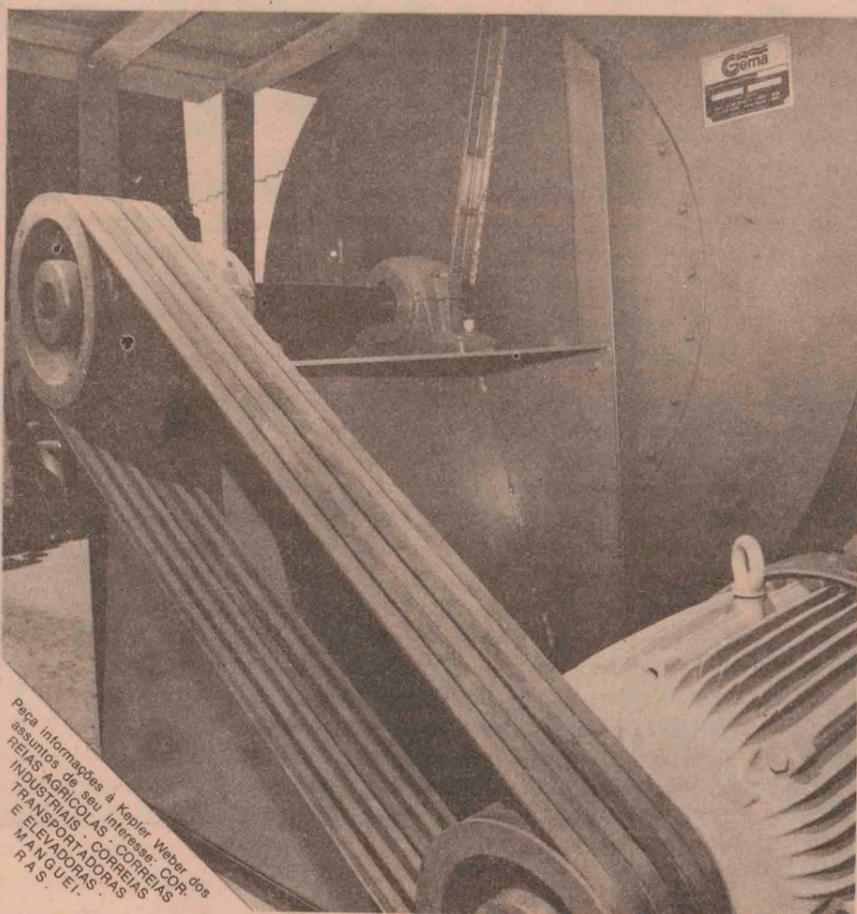
Os trabalhadores rurais de Ijuí poderão ser os primeiros do Estado a adotar o sistema de convenção coletiva, para melhor definir vários aspectos das relações com empregadores. Isso quer dizer que uma prática já comum para os empregados da cidade passará a ser adotada também pelo pessoal que trabalha na lavoura. A convenção coletiva é que define, por exemplo, assuntos como salários, horas extras e outras questões trabalhistas.

Desde o ano passado, um assessor do Ministério da Agricultura vinha tratando do assunto com os sindicatos rurais de trabalhadores e empregadores de Ijuí. Houve troca de idéias, com assessoramento também da Cotrijuí, e a adoção da convenção coletiva ficou decidida. Esse sistema, que ainda não é utilizado no Rio Grande do Sul, já vem sendo usado em outros Estados, como o Paraná, e poderá atingir outros municípios gaúchos, se a experiência de Ijuí der certo.

Agora, fica por conta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais a iniciativa de levar o assunto para a discussão entre seus associados, depois das reuniões preliminares. Uma assembleia, marcada para as 8 horas do dia 14 de abril, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Ijuí, estabelecerá as bases da convenção. Depois, no dia 23, às 19 horas, no auditório da Cotrijuí, será a vez do Sindicato Rural Patronal apreciar as decisões dos trabalhadores.

As relações trabalhistas entre patrões e empregados do meio rural já vêm sendo disciplinadas, desde 63, com o Estatuto do Trabalhador Rural, que assegura ao homem do campo os benefícios previstos na CLT — que é a Consolidação das Leis do Trabalho. Carlos Karlinski, presidente do STR, lembra a criação do Estatuto, para ressaltar que a convenção não irá, portanto, alterar a estrutura das relações trabalhistas no meio rural.

Com a convenção, empregados e empregadores poderão melhor definir questões como remuneração e outras medidas de alcance social. Para ele, essa iniciativa tem importância porque também abre uma discussão em torno da legislação trabalhista, e esse é, aliás o grande objetivo da adoção da convenção coletiva. Se tudo der certo, esse sistema poderá inclusive contribuir para que, com um melhor relacionamento entre patrão e empregado, o trabalhador rural permaneça na lavoura e se evite o aumento da migração.



Para informações a Kepler Weber dos assuntos de seu interesse: CORREIAS AGRÍCOLAS - CORREIAS INDUSTRIAIS - CORREIAS TRANSPORTADORAS - ELEVADORES - MANGUEI...

Kepler Weber tem uma peça indispensável para a indústria: Correias Gates.

As correias Gates, fabricadas com a mais alta tecnologia, atendem e excedem às necessidades cada dia mais crescentes das transmissões industriais, através de intensas e constantes pesquisas. Correias nobres e específicas que estão à sua inteira disposição, para pronta entrega. Consulte a Kepler Weber sobre as exigências de sua indústria e deixe as correias Gates aumentarem a produtividade e lucro de sua empresa.



Kepler Weber S.A.

DEPTO. AGROCOMERCIAL
Rua Herrmann Meyer, 43 - Cx. Postal 2 - Fones 2 e 32
(055) 322-2194 - End. Teleg. "KEPLERSA"
Telex 0552349 KEWE BR - CEP 98280 Panambi - RS

O seu distribuidor  Gates do Brasil S.A.

A LAVOURA NO MÊS

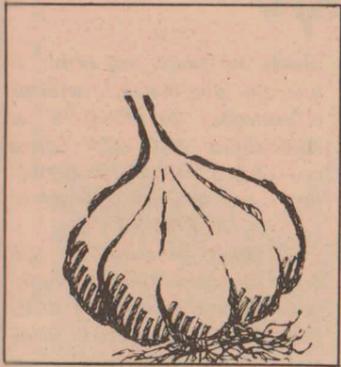


CEBOLA

A semeadura da cebola na Região Pioneira normalmente é efetuada nos meses de março e abril, para se fazer o transplante em fins de abril e maio. Este ano, em função do período seco, existe algum atraso nos plantios, mas de um modo geral as mudas estão se desenvolvendo muito bem.

Os associados que até agora não semearam a cebola, podem ainda aproveitar o período que vai até o final de maio. Sempre é bom lembrar, porém, que a semente de cebola germina melhor quando se compacta o solo, dando assim mais contato do solo com a semente. A germinação das sementes também é favorecida pela alta umidade do canteiro.

O transplante da cebola deve ser feito quando a planta atingir o diâmetro de um lápis aproximadamente, pois assim se tem um melhor desenvolvimento.



ALHO

O alho está em plena fase de semeadura, já existindo uma razoável área semeada na Região Pioneira. Só que até agora, em função da falta de chuva, não houve possibilidade de germinação e assim que chover as sementes poderão emergir sem problemas.

A semeadura do alho é operação simples, mas que requer alguns cuidados especiais, como por exemplo:

— a semente (dente de alho) deve ser separada

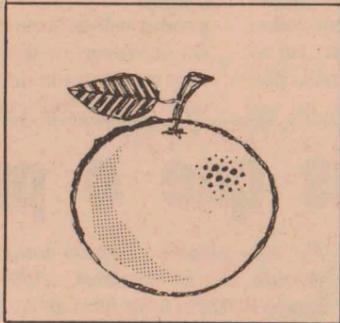
por tamanho em duas classes, realizando o plantio em canteiros separados daquele que tiver início de chochamento.

— o melhor espaçamento é de 20 centímetros entre linhas e de 5 a 8 centímetros entre plantas. Assim existe um melhor aproveitamento do adubo e aplicações de defensivos.

— a profundidade de de semeadura é importante pois as sementes muito enterradas germinam mal, o que não resulta em produto de boa qualidade.

Como recomendação final, salienta-se que por estarmos em época de semeadura e praticamente não existir semente disponível, há a tendência de semear qualquer tipo de alho que aparecer. Esta situação pode ser muito negativa, pois resultará numa produção de um alho sem boa aceitação no mercado, prejudicando os preços de comercialização.

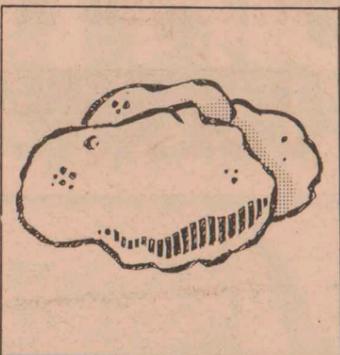
Para o plantio de qualquer alho tradicional da região, deve ser encaminhado uma amostra da semente ao Departamento Técnico, onde será possível obter uma informação sobre a perspectiva comercial da variedade.



CITRUS — LARANJA

O verão que passou e o início do outono, infelizmente, não foram favoráveis para o desenvolvimento das mudas de frutíferas, principalmente das cítricas (laranja, limão, bergamota). Estas mudas desenvolveram pouca massa foliar, apesar de conseguirem um bom enraizamento.

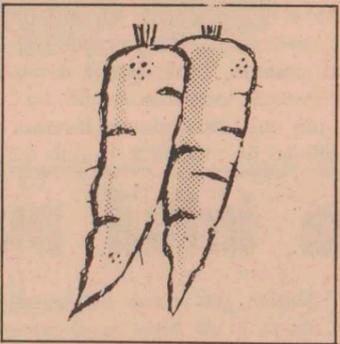
O período de abril-maio, é adequado para utilização de adubação com uma fórmula de soja (0-30-20), na razão de 70 gramas por planta adulta. O adubo deve ser distribuído e incorporado na projeção da copa. O manejo do solo de um pomar durante o inverno se restringe a manter a área com a vegetação natural, o que não causa prejuízo algum.



BATATA

A grande safra de batata do Paraná e a boa colheita na safra gaúcha, faz com que continuem se mantendo abaixo os preços deste produto. A situação certamente se modificará no inverno, mas mesmo assim o associado não poderá se prevenir para esta situação, pois com as estiagens ocorridas nesta época, a safrinha terá pouca possibilidade de alcançar bons resultados.

Algumas áreas plantadas na região, pelo que se pode observar, estão bastante atrasadas, com muita desuniformidade das plantas. Como a meteorologia prevê baixas temperaturas no início do outono, haverá pouca possibilidade de recuperação da produção.



HORTA DOMÉSTICA

A horta doméstica, que tradicionalmente tem no mês de março o período de trabalho mais intenso, não viu se repetir este ano a mesma situação, pois com a falta de chuvas os afazeres ficaram retardados. Assim, as informações que foram publicadas no mês passado continuam válidas, pois pouca coisa do que foi sugerido pode realmente ser feito.

Ao lado apresentamos uma sugestão para formação de horta, que pode ser modificada de acordo com as preferências de cada produtor. O interessante é que com uma área de 162,5 metros quadrados (12,5 metros por 13 metros), se tem a possibilidade de manter uma excelente produção.

HORTA DOMÉSTICA PARA 5 PESSOAS

Repolho	12 m ²	cultivados em 2 épocas	— 36 m ²
Couve	12 m ²	cultivada em 2 épocas	— 24 m ²
Rabanete	4 m ²	cultivado em 6 épocas	— 24 m ²
Tomate	10 m ²	cultivado em 2 épocas	— 20 m ²
Pepino	10 plantas		— 25 m ²
Alface	12 m ²	cultivado em 6 épocas	— 72 m ²
Rúcula	6 m ²	cultivado em 4 épocas	— 24 m ²
Cenoura	18 m ²	cultivado em 2 épocas	— 36 m ²
Cebola	40 m ²	cultivada em 1 época	— 40 m ²
Condimentos	2 m ²	cultivados em 2 épocas	— 4 m ²
Total	119 m²		

HORTA SUGERIDA PARA ABRIL/MAIO

Variedades:

Repolho: Coração de boi (Chato de quintal)

Couve: Manteiga Georgia

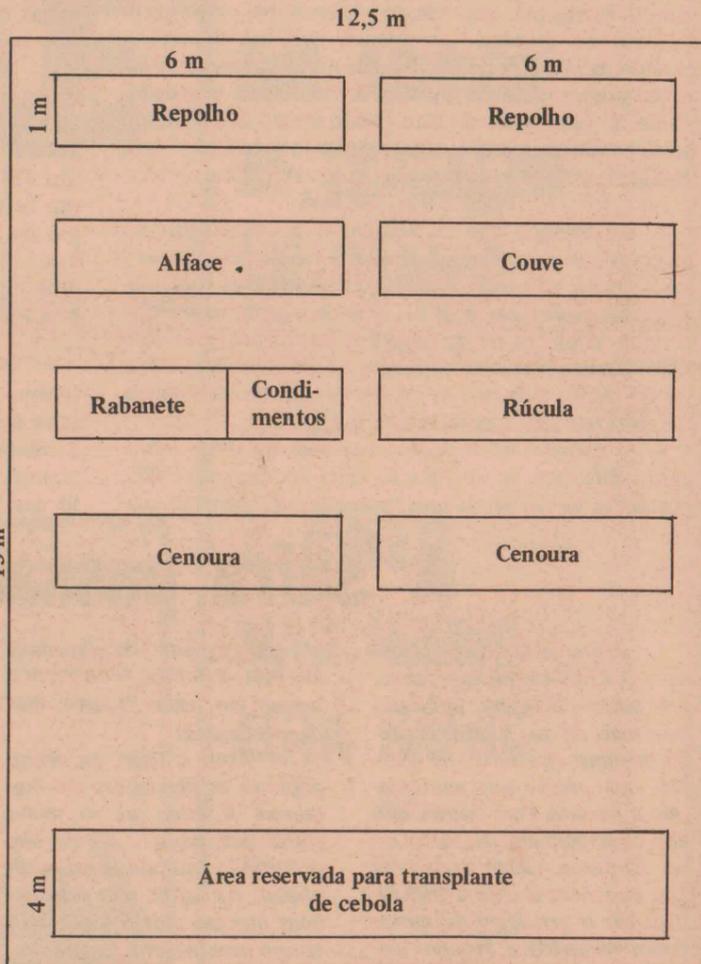
Rabanete: Redondo Vermelho — SAXA

Rúcula: Cultivada

Cenoura: Nantes

Cebola: Baía Periforme

Alface: Boston branca



SINDICATO RURAL DE IJUÍ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital o SINDICATO RURAL DE IJUÍ, convoca os Sr. Associados a se fazerem presentes à Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 23 (vinte e três) de abril de 1982, no Auditório da Cotrijuí nesta cidade, às 19,00 horas em primeira convocação e às 20,00 horas em segunda e última convocação, para que seja deliberada a seguinte ordem do dia:

- 1 — Convenção coletiva de trabalho
Ijuí, 06 de abril de 1982
Reinhold Luiz Kommers
Presidente

NO TRIGO, A CONTA AGORA É EM DÓLARES

A nova fórmula adotada pelo governo para definição do preço mínimo do trigo com base na cotação do dólar, pode ter levantado algumas dúvidas entre os produtores, mas já deixou bem clara pelo menos uma certeza: a área de plantio vai crescer, e bastante, este ano. Com valores de custeio consideradas bem razoáveis, e o impacto do preço de garantia em dólares, as autoridades de Brasília desmentiram todas as previsões de que a cultura seria desestimulada aos poucos, a partir de agora, principalmente no Rio Grande do Sul, para ganhar estímulos apenas no Cerrado.

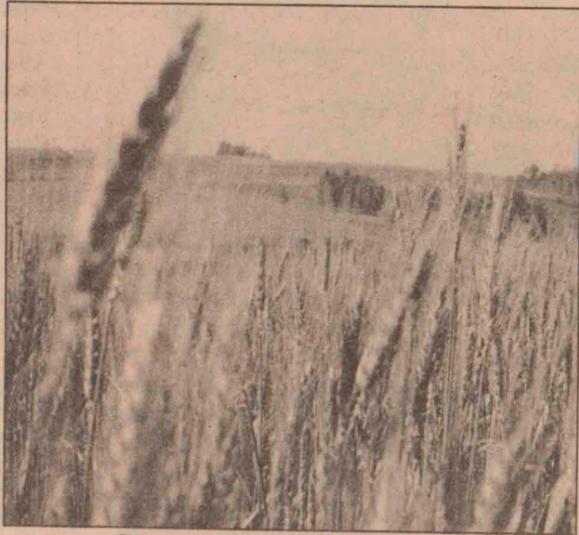
A primeira surpresa foi dada quando da definição dos VBCs, que tiveram um reajuste médio de 95 por cento, em relação a 1981, garantindo Cr\$ 34.200,00 por hectare, para a faixa de produtividade de 1.001 a 1.200 quilos por hectare, na qual será incluída a grande maioria dos produtores da Região Pioneira (veja Cotrijornal de fevereiro). No dia 10 de março, em Porto Alegre, o ministro da Agricultura, Amaury Stábile, anunciaria mais uma novidade bem recebida, que foi o tal preço mínimo em dólares.

Assim, o preço foi fixado em 275 dólares por tonelada, com base na taxa de 1^o de abril. Com a correção da moeda americana, em relação ao cruzeiro, os próprios técnicos do governo anteciparam que, em dezembro, quando da colheita no Rio Grande do Sul, o preço de garantia pode equivaler a uns Cr\$ 3.700,00 pela saca de 60 quilos. O valor pode ter sido fixado abaixo do solicitado pelos produtores, que pediam em torno de Cr\$ 4 mil, mas mesmo assim não motivou nenhuma queixa.

PREVENDO MENOS

Há tempos que se reclamava da defasagem do preço mínimo do trigo, que sempre ficava desvalorizado até a época da comercialização. E as queixas aumentaram mais ainda a partir de 81, quando o governo decidira corrigir os preços de garantia dos outros produtos pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Através do INPC, todo mês os valores vinham sendo atualizados, mas isso não acontecia com o trigo.

O critério de correção com base no dólar não é muito diferente da atualização feita em cima do INPC, porque as oscilações da moeda americana pesam em qua-



O preço não foi motivo de queixa

se tudo. Mas há quem tenha duvidado, como é o caso da Central Regional de Informações Agropecuárias e Econômicas da Fidene, que em dezembro o preço mínimo ficou mesmo em torno de Cr\$ 3.700,00.

Num boletim que divulgou em março, a Central procurou mostrar, com base nas variações da taxa do dólar em relação ao cruzeiro, nos últimos seis meses, que a cotação da moeda americana pode chegar, na verdade, a uns Cr\$ 205,00 em dezembro, e não a Cr\$ 225,00, como os técnicos do governo anunciaram. Se esse raciocínio da Central for correto, o valor de garantia atingiria uns Cr\$ 3.382,00, e não os Cr\$ 3.700,00. Mas essa é uma hipótese, e só em dezembro se poderá saber se ela está correta.

AUTO-SUFICIÊNCIA

O certo é que o governo voltou a falar em auto-suficiência, aproveitando a empolgação em torno da boa safra do ano passado. Tanto que já se fala até em colher 2 milhões e meio de toneladas, em 85, no Cerrado, ou seja, mais de um terço do consumo interno, que anda perto das 7 milhões de toneladas. E mais uma vez, ao que

CUSTO DO TRIGO — safra 82	
RUBRICA	Cr\$
1 — VBC necessário	
— Sementes	5.796,00
— Fertilizantes	10.369,00
— Defensivos	2.477,00
— Trab. Culturais	11.458,00
— Colheita	4.640,00
2 — Total VBC	34.740,00
3 — Outros custos variáveis	
— Transp. contratado	1.968,00
— Desp. financeiras	11.013,00
— Funrural	1.850,00
4 — Total custo variáveis	49.571,00
5 — Receita total	74.000,00
6 — Margem bruta (5-4)	24.429,00
7 — Custos fixos	9.596,00
8 — Custo de Produção (4+7)	59.167,00
9 — Benefício (5-8)	14.833,00
10 — Despesas c/comerc.	5.328,00
11 — Gastos totais (8 + 10)	64.495,00
12 — Prod. nec. p/cobrir custos (kg/ha)	1.046,00
13 — Prod. média região	1.200,00
14 — Produção média estado	1.039,00
15 — Preço/kg	61,67

parece, o sul do Brasil volta a ser incluído entre as áreas que podem contribuir para que se alcance a auto-suficiência.

A situação na Região Pioneira da Cotrijuí dá bem uma idéia da boa repercussão desses estímulos. Uma previsão inicial, baseada apenas em estimativas, diz que a lavoura pode saltar dos 90.400 hectares de 81 para mais de 156 mil este ano, com um aumento de uns 73 por cento. Mesmo assim, essa lavoura ficaria ainda atrás das áreas de 1980, com 177.501 hectares, e de 1979, 238.560 hectares.

O Departamento de Estudos Econômicos da Cotrijuí analisou os gastos que o produtor terá este ano com o trigo, e chegou à conclusão de que deverão ser colhidos no mínimo, por hectare, 861 quilos, para que os custos sejam cobertos, considerando-se as despesas com formação da lavoura, os custos financeiros e descontos. Essa produtividade equivaleria a 71,70 por cento da receita do produtor, ou seja, os restantes 28,30 por cento provenientes da venda do produto seriam considerados o lucro com a safra (veja a tabela).

A safra passada influi mais que o preço

A boa safra do ano passado e o VBC considerado razoável talvez estejam influenciando bem mais do que o próprio preço mínimo em dólar, na decisão dos produtores aumentarem a lavoura. Para outros, que não acompanham de perto esses números, valem mais uma boa experiência com a triticultura, ou o privilégio de nunca terem recorrido a Proagro, como é o caso do seu Adriano Luís Carneiro, que tem 138 hectares em Guassu (Vila Jóia).

Seu Adriano inventou de plantar trigo há cinco anos e até agora não tem queixas a fazer. No ano passado, ele plantou 30 sacas e colheu 582, num rendimento de mais ou menos 19 por um. Agora, ele já decidiu que formará uma lavoura com 50 sacos de semente, e garante que não leva medo, "pois o trigo nunca negou".

Ele também já decidiu que este ano volta a plantar do S., mas vai atrasar a semeadura lá pro dia 10 de junho, porque acha o tempo "muito variado, muito quente". Seu Adriano já plantou trigo

até em agosto, da variedade Maringá, e só uma vez chegou a pensar em pedir Proagro, mas depois desistiu.

"Com o trigo, eu venho pagando as prestações das máquinas. E olha que eu tenho conta pra pagar", afirma ele, garantindo que ainda sobra dinheiro. As safras têm sido tão boas que seu Adriano não tem tempo nem mesmo de parar para pensar em VBC e preço mínimo. "Eu nunca deixei de

plantar por causa de custeio baixo, e do trigo eu só posso falar de bem".

MELHOR QUE NADA

Talvez seja por isso que ele nem se aprofundou muito nessa história de preço em dólar. E este é também o caso de Darci Marsaro, que tem 15,5 hectares em São Miguel (Augusto Pestana). Ele planta há uns 10 anos, e está entre os que nunca recorreram a Proagro.

No ano passado, formou uma lavoura de 13 hectares, utilizando também uma terra arrendada, e agora vai repetir a mesma área.

Nos últimos anos, Darci utiliza a variedade Maringá, e garante que lhe sobra dinheiro. "É pouco — diz ele —, mas é melhor do que se ficar devendo". Darci dá muita atenção ao preço mínimo, porque acha que é isso o que interessa, mas não ficou ainda muito enfro-

nhado no preço em dólar. O que ele sabe é que, conforme informações do Ministério da Agricultura, esse valor ficaria nos Cr\$ 3.700,00 em dezembro, o que seria um bom preço.

VALE TENTAR

Outro produtor que admite desconhecer os mecanismos a que o governo recorreu para fixar o novo preço mínimo é o seu Gilberto Goelzer, dono de 21 hectares em Coronel Barros (Ijuí). Ele só plantou trigo para comercializar duas vezes, em 79 e 80, pois antes a lavoura era apenas para o consumo caseiro. Mas numa destas vezes, seu Gilberto teve que recorrer ao Proagro, e no ano passado não plantou nada.

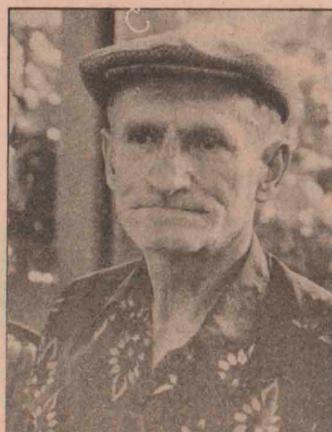
Este ano, com as notícias de que o VBC e o preço mínimo são mais ou menos bons, e contando ainda a boa safra de 81, ele decidiu reinvestir na cultura. Só que desta vez o produtor não plantará os quatro hectares das outras duas safras, mas sim uns oito hectares. Seu Gilberto acredita que vale a pena fazer mais uma tentativa com o trigo.



Adriano Luís Carneiro: do trigo só posso falar bem



Darci Marsaro: o preço é o que interessa

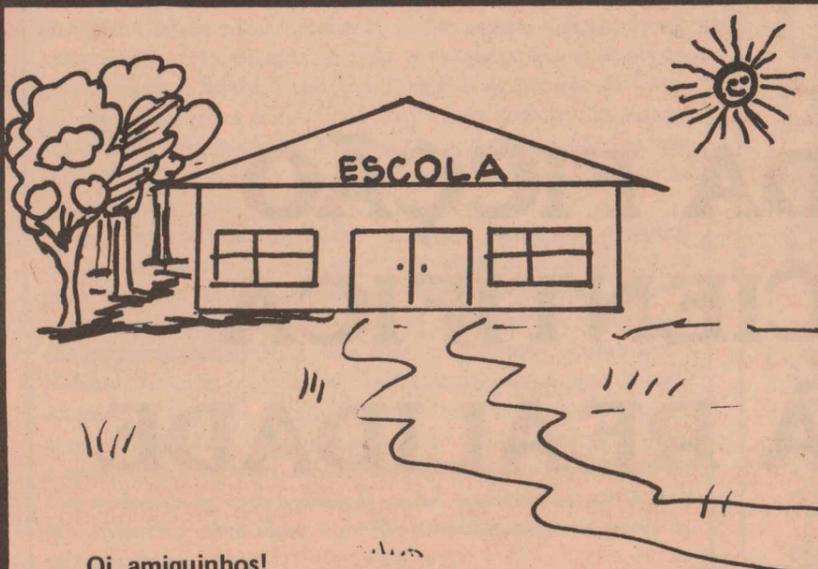


Gilberto Goelzer: reinvestir na cultura



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI



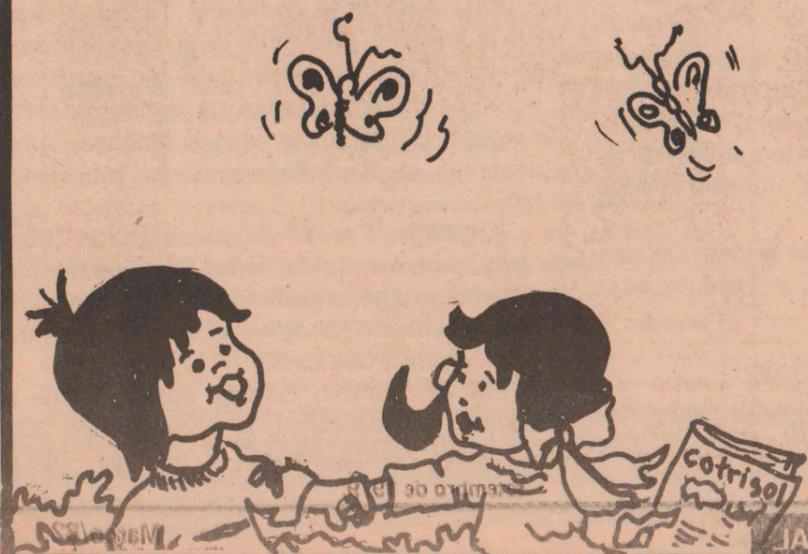
Oi, amiguinhos!
 Como vão de estudos? Que tal a professora e os novos colegas! Que este ano seja de muito proveito para todos. Que as aprendizagens novas sirvam de fato para o crescimento de cada um de vocês.

Queremos comunicar o recebimento da cartinha dos alunos da Escola Municipal "Felipe Camarão" de Planchada, Ajuricaba, que diz:

"Desde muito tempo, nós viemos acompanhando os trabalhos e sugestões do Cotrisol em nossa escola, onde aproveitamos muito, fazendo todos os meses estudos em cima do que o Cotrisol nos envia..."

Agradecemos aos alunos: Cinara P. Bandeira, Vilmar Krampe, Nivia Fischer, Iracema de Mello e Eliane Fischer, pelas contribuições que enviaram. Ficamos satisfeitos em saber que o Cotrisol, elaborado especialmente para as crianças, está sendo aproveitado também nas escolas. Isto é muito bom. Continuem escrevendo, e assim aprendendo sempre mais.

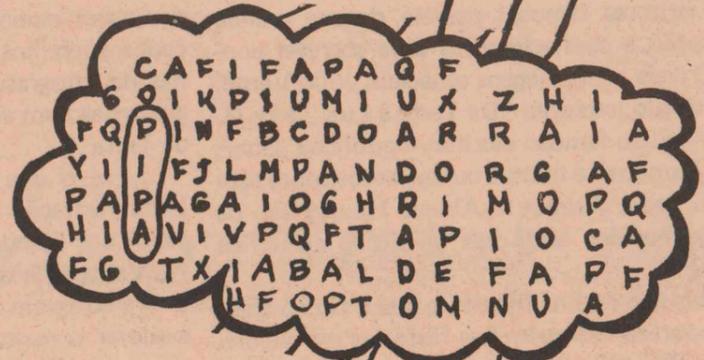
Um abraço!



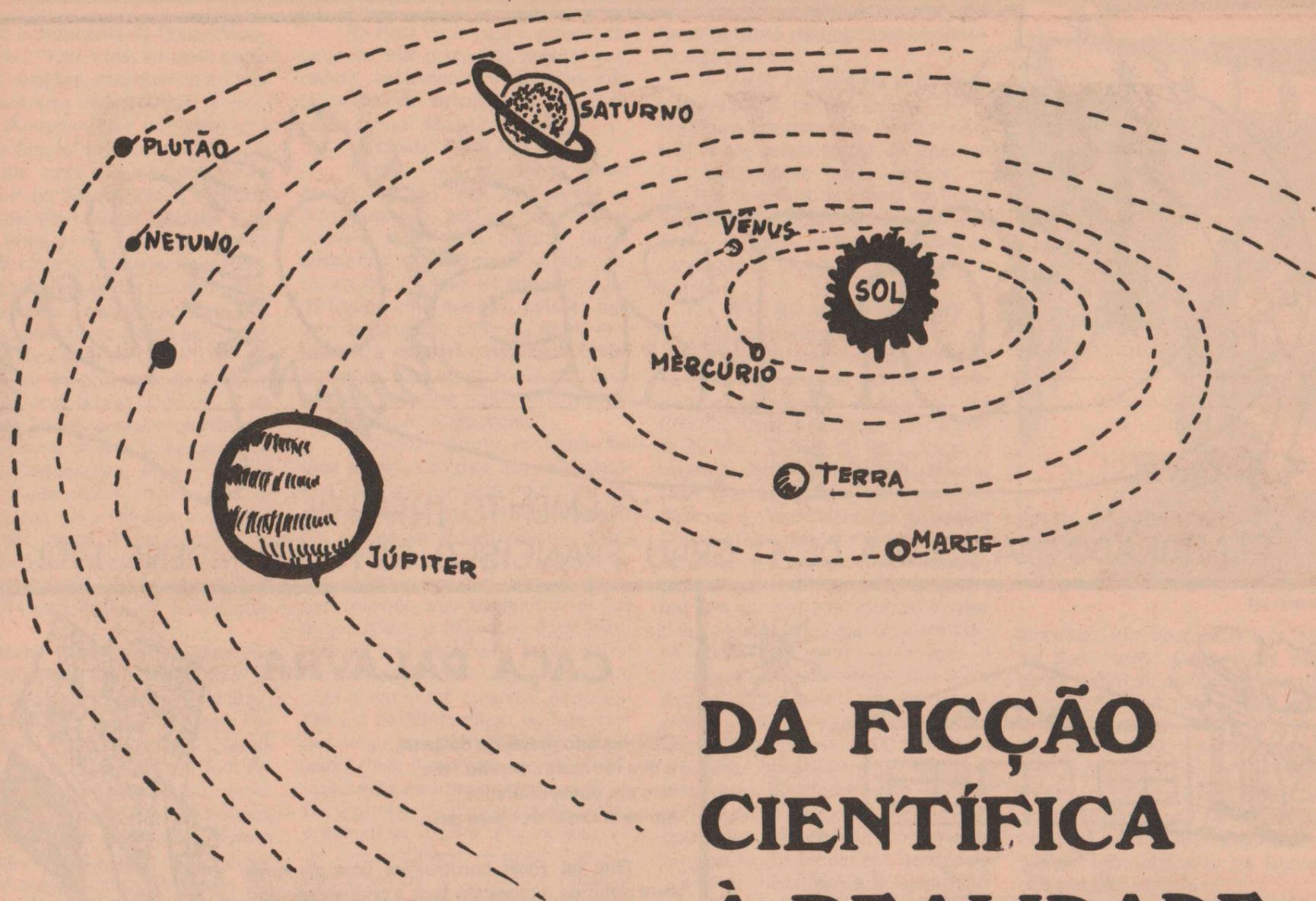
CAÇA PALAVRA

O brinquedo preferido da gente e que faz muito menino feliz, tem um nome diferente em cada canto de nosso país.

Que tal vocês construírem uma pandorga bem colorida, colocando toda a criatividade possível e sugerir para a professora um concurso de pandorgas?
 Poderão convidar colegas de outras escolas para participarem dessa brincadeira no espaço.



ARRAIA
 BALDE
 CAFIFA
 PANDORGA
 PAPAIAO
 PIPA
 QUADRADO
 TAPIOCA



DA FICÇÃO CIENTÍFICA À REALIDADE

O homem sempre sonhou abandonar o planeta Terra e visitar outros mundos. Esta vontade inspirou um grande número de lendas e histórias fantásticas.

Escritores famosos usaram de sua grande imaginação e conhecimentos para escrever contos incríveis sobre viagens espaciais. Júlio Verne, por exemplo, escreveu "Da Terra à Lua"; e H. G. Wells — outro famoso escritor — publicou "Guerra dos Mundos" e muitos outros livros sobre este assunto. Isaac Asimov e Aldous Huxley são os mais conhecidos escritores de ficção científica de hoje.

Mas não é só na literatura que a ficção científica aparece. Também nas histórias em quadrinhos (como "Flash Gordon"); e nos filmes (como "Guerra nas Estrelas", "Buck Rogers" e "Odisséia no Espaço"), o espaço é assunto.

NA PRÁTICA A TEORIA É OUTRA

Se nessas histórias e filmes o homem vai e vem pelo espaço e de um planeta para outro com a maior facilidade e sem problemas, o mesmo não acontece com as expedições espaciais de hoje.

É muito difícil e complicado mandar o homem para fora da Terra. Veja só: para ir à Lua em 1969, foram necessários vários anos de pesquisa e também milhões de dólares. E a viagem durou 195 horas e 18 minutos. E a Lua está aqui "pertinho": 300.000 km! Imagine se fosse outro planeta. . . E o que seria, então, se fosse outro sistema solar ou outra galáxia !!! As viagens de

morariam tanto que o homem não chegaria vivo ao seu destino. Não se sabe ainda como fazer isso. Um dia saberemos. . .

Por enquanto, o que é possível fazer é mandar naves espacialmente equipadas com complicados aparelhos — como computadores, máquinas de fotografia e filmagem — que são ou programadas com antecedência ou comandadas aqui da Terra.

Foi o que fizeram os cientistas da NASA (Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço) dos Estados Unidos com as naves Voyager 1 e Voyager 2, que foram lançadas uma em agosto e a outra em setembro de 1977. Suas missões: explorar o nosso sistema solar. A primeira atingiu o planeta Saturno em 1980. A segunda em agosto de 1981. Essas duas naves revelaram coisas incríveis sobre o planeta dos anéis!

O GIGANTE FRIO

Saturno é 8,5 vezes maior que a Terra e, por estar muito distante do Sol, é muito frio! Sua atmosfera — o "ar" — é gasosa, e os cientistas acham que sua superfície não é sólida! Se alguém pisar no solo de Saturno, afundará imediatamente!

Mas o maior mistério desse planeta são seus anéis, que chegam a centenas, e suas luas, cujo número ainda não se conhece.

OS ANÉIS DE SATURNO

As naves Voyager 1 e Voyager 2 percorreram cerca de 2 bilhões de quilômetros a uma

velocidade de 10.000 quilômetros por hora. Quando chegaram a uma distância próxima de Saturno, fotografaram tudo e enviaram para a Terra. Até mesmo os cientistas mais experientes ficaram surpresos!

Os anéis, que vistos de longe parecem poucos, são na verdade centenas. É que os anéis rodam agrupados, causando essa impressão de estarem ligados entre si. Cada anel não é, como se pensava, uma placa sólida. Nada disso! Eles são formados por rochas e blocos de gelo, que giram em conjunto. Isso mesmo, parece até uma dança! Um pedacinho de gelo anda um pouco, o outro segue atrás em uma harmonia perfeita!

AS ESTRANHAS LUAS

Ao contrário da Terra, que só tem uma lua, Saturno tem muitas! Por causa do caminho que fazem, as duas naves não puderam fotografar todas elas. Já se conhecem 19 dessas luas. Você já imaginou uma noite de luar em Saturno? Veja como algumas destas luas são esquisitas!

A lua Hyperion parece um hambúrguer solto no espaço. É mesmo! Em vez de redonda, como a nossa lua, ela é achatada como um bife gigantesco!

Enceladus é na verdade uma enorme bola de gelo, do tamanho da Terra. Thetys, outra delas, tem uma cratera gigantesca, de 400 quilômetros de diâmetro. Imagine: é a distância entre Rio de Janeiro e São Paulo!

Em comparação com as outras, Dione e Rhea são luas pequenas. A primeira tem 300 quilômetros de diâmetro e a segunda, 1500.

Mas ambas têm uma capa de gelo tão grossa e dura que, ao choque de outros corpos, ficam cheias de crateras. E Titã, duas vezes maior que a lua terrestre, é coberta por uma nuvem alaranjada! Sua atmosfera — o "ar" — é parecida com a da Terra bilhões de anos atrás! Ela tem oceanos enormes e gelados sobre os quais, pensam alguns cientistas, deve cair sem parar uma chuva de gasolina congelada!

A VIAGEM CONTINUA

As naves Voyager mandaram tantos dados sobre Saturno, mas tantos, que os cientistas acreditam que vai demorar anos para estudar todo este material.

Mas elas continuam viajando! Em 1989, a Voyager 1 chega a Plutão. Em 1986 a Voyager 2 chega a Urano e, em 1989, a Netuno. Depois, elas chegam ao fim do sistema solar. Aí perderão todo contato com a Terra e continuarão soltas pelo espaço, rumo ao desconhecido. Dentro delas vai a esperança! Além dos instrumentos, levam fotografias de seres humanos, barulhos terrestres, o primeiro choro de um recém-nascido, e até uma mensagem do presidente dos Estados Unidos na época em que foram lançadas, Jimmy Carter. Diz a mensagem: Este é um presente de um mundo pequeno e distante. Um pouco de nossos sons, nossa ciência, nossas imagens, nossa música, nossos pensamentos e nossos sentimentos!



CURIOSIDADE

... e o mundo não acabou...

Dia 10 de março de 1982 vocês puderam observar o alinhamento dos 9 planetas, que são Vênus, Mercúrio, Terra, Marte, Júpiter, Saturno, Netuno, Urano e Plutão. Eles se "reuniram" do mesmo lado do sol.

Vocês sabiam que o fenômeno já aconteceu em 1470 e 1802?

Alguns comentaram que o mundo ia acabar neste dia, mas podem comemorar a continuidade da vida sobre a Terra, que nada de grave vai acontecer.

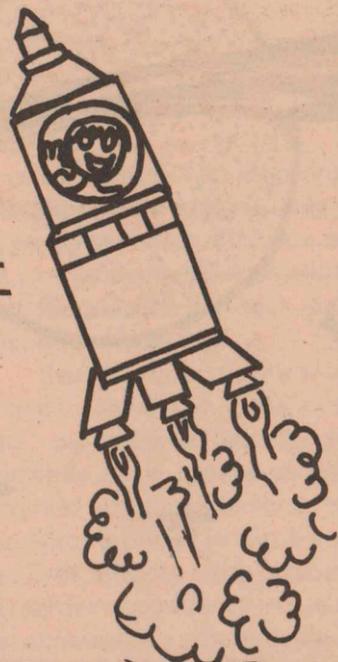


DIA E NOITE

Mary França e Eliardo França

Não sei se gosto mais do dia.
 Não sei se gosto mais da noite.
 De dia, eu posso brincar.
 Mas, de noite, eu posso sonhar.
 De dia, eu posso balançar.
 Vou alto, bem alto, no meu balanço.
 Mas, de noite, eu posso sonhar.
 De dia, eu posso ler.
 Mas, de noite, ah!...
 de noite, eu posso sonhar.
 Não sei se gosto mais do dia.
 Não sei se gosto mais da noite.

ENCONTRE A ROTA



Ajude a Mariazinha a pegar a rota certa para o planeta Saturno. Siga com o lápis.



1) Um Sol que não foi vendido nem emprestado?

Resposta:

2) Um Sol que já fez faculdade?

Resposta:

3) Um Sol que está sempre só?

Resposta:

4) Um Sol que está nos sapatos?

Resposta:

5) Um Sol que não é casado?

Resposta:

RESP. 1. Um Solado, 2. Um Solado, 3. Um Solado, 4. Um Solado, 5. Um Solado

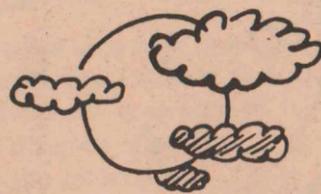
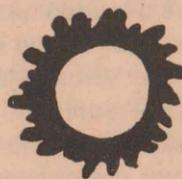


OLHANDO O CÉU

... você vai observar que, às vezes, as nuvens formam figuras. Clarice e Luis contam com sua ajuda para descobrir quais são os animais que se pode ver neste grupo de nuvens. Aproveite a idéia e descubra você também as formas que as nuvens sugerem.

DESCUBRA A SOMBRA

Cada figura tem uma sombra que está em posição diferente. Que tal descobrir a sombra de cada uma e ligar com um traço?



EDUCAÇÃO

COMUNIDADE — FAMÍLIA — ESCOLA

Suplemento elaborado pelo Grupo de Assessoria aos Professores Rurais — Convênio Cotrijuí/Fidene

COOPERATIVISMO PARA TODOS

O cooperativismo marca sem dúvida uma presença atuante na vida de todos nós. Associados ou não associados, moradores do interior ou da cidade, direta ou indiretamente se ligam ou são influenciados pela atuação de uma cooperativa. Na chamada região pioneira e também nas demais regiões de atuação da Cotrijuí, esta influência é exercida de forma acentuada por esta nossa organização cooperativista. Em julho se completará vinte e cinco anos de uma existência por demais inserida no contexto social e econômico em que vivemos.

Entendemos ser de fundamental importância uma profunda e ampla reflexão sobre este palpitante assunto. Muito pouco ou nada se estuda sobre cooperativismo em nossas escolas. Talvez este seja também um momento para os professores repensarem os conteúdos trabalhados em suas aulas e se questionarem sobre a inclusão do tema em questão. Ressaltamos, porém, que de nada adiantará a inclusão de estudos sobre cooperativismo na escola como uma unidade de estudo isolada de todo o contexto escolar e comunitário. É preciso estudar o cooperativismo procurando colocá-lo dentro de toda a situação social, econômica e política em que vivemos e, além disso, é preciso praticá-lo tanto na escola como fora dela.

Diante destas rápidas colocações é que achamos por demais oportuno o lançamento de um concurso envolvendo os alunos e professores em seus trabalhos escolares. Esta é realmente uma excelente estratégia para obtermos um envolvimento de importante parcela da população nessa reflexão julgada necessária.

Para os estudantes de 1a. a 3a. séries do 1º grau o trabalho solicitado é a produção de desenhos. Todos sabemos que o desenho é uma forma artística de expressão de idéias, de maneiras de perceber a realidade. Pedimos então para a professora Iselda Sausen Feil da Escola de 1º Grau "Francisco de Assis", que nos desse algumas dicas sobre esta importante forma de comunicação.

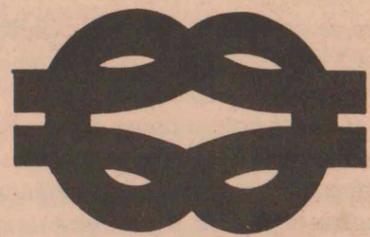
Já para os estudantes da 4a. a 8a. série do 1º grau e das 1a. a 3a. séries do 2º grau foi definido trabalhos de redação. Tivemos então de recorrer ao Departamento de Letras da FIDENE para a elaboração das orientações necessárias. A partir da nossa solicitação, os professores do Departamento preocuparam-se em fornecer subsídios para o desenvolvimento do trabalho de redação na escola. A professora Iara Bemquerer Costa escreveu sobre a redação nas escolas, procurando destacar a importância deste tipo de atividade e sobre os passos necessários para a sua realização. Coube ao professor Olivio Vicentini analisar os tipos de textos a serem feitos.

Quanto ao aspecto conteúdo, a coordenação do concurso pensou em fornecer recursos de apoio. Para isto, a próxima edição deste suplemento e também do Cotrisol será dedicada exclusivamente ao assunto. Além disso, os técnicos e comunicadores da Cotrijuí estarão realizando palestras nas Unidades. Sugerimos também a realização de palestras com cooperativados, relatando as suas experiências de vida junto à cooperativa. Estes são portanto, alguns dos recursos de apoio fornecido pelos promotores do concurso, ficando em aberto a possibilidade e até mesmo a necessidade dos participantes promoverem outras atividades preparatórias para a produção de desenhos e redações.

Para finalizar esta apresentação, gostaríamos de salientarmos novamente a finalidade que julgamos principal desta promoção, ou seja, a reflexão sobre o cooperativismo. Apesar de ser necessária uma classificação de trabalhos, esperamos que isto não leve a uma distorção da promoção em si, isto é, que os participantes preocupem-se prioritariamente em competir para ter o seu trabalho entre os escolhidos.

CONCURSO DE TRABALHOS ESCOLARES

VEJA
NESTE SUPLEMENTO
TODAS AS INSTRUÇÕES
PARA A
SUA PARTICIPAÇÃO



COTRIJUI
ANO

25

é uma oportunidade para:

Refletir sobre o trabalho de redação
e de expressão artística em nossas
escolas

Refletir sobre este importante
assunto:

O COOPERATIVISMO

OS PRÊMIOS SÃO APENAS UM INCENTIVO E NÃO MOTIVO DE COMPETIÇÃO!

VAMOS ESCREVER

A REDAÇÃO NA ESCOLA

Entre as atividades de comunicação e expressão no 1º grau, a redação deve ocupar um lugar privilegiado. É escrevendo que o aluno se coloca como agente da comunicação utilizando a modalidade escrita da língua portuguesa. Se a criança quando entra na escola já conhece uma das modalidades da língua portuguesa, a falada, cabe ao professor de 1º grau ensinar-lhes a outra modalidade, a escrita, que é igualmente importante para todas as atividades do nosso dia-a-dia.

Escrever é algo que só se aprende praticando. Assim como a criança de 1 a 3 anos de idade é forçada pela necessidade de comunicação com a família a se utilizar da fala, e aprende a falar pela prática constante, também a criança quando ingressa na escola tem como desafio todo um acervo cultural que se transmite pela palavra escrita. Para que a criança tenha efetivamente acesso à palavra escrita, é necessário que haja na escola a prática constante dos dois tipos de atividades que a levam a se colocar como alguém que participa realmente da comunicação escrita: ler e escrever devem ser práticas constantes nas aulas de comunicação e expressão.

Ao coordenar atividades da redação em sua sala de aula, o professor deve ter em mente alguns princípios fundamentais. Escrever precisa ser uma atividade muito freqüente na escola, mas nem por isso sua preparação deverá ser desculpada. É preciso um cuidado constante do professor para não dar ao aluno temas "vazios", sobre os quais não tenha nada a dizer. Os temas escolhidos devem estar de acordo com a idade, os interesses, o amadurecimento da turma. A escrita deve ser sempre precedida da conversa sobre o tema que será desenvolvido na redação, e nessa atividade de falar sobre o tema, cabe ao professor o papel de coordenador, não o de falante. Não é o professor que vai "dar as idéias ao aluno" para que este produza seus textos. O professor deve ser aquele que cria condições na sala de aula para que os alunos falem sobre os temas que serão registrados por escrito depois.

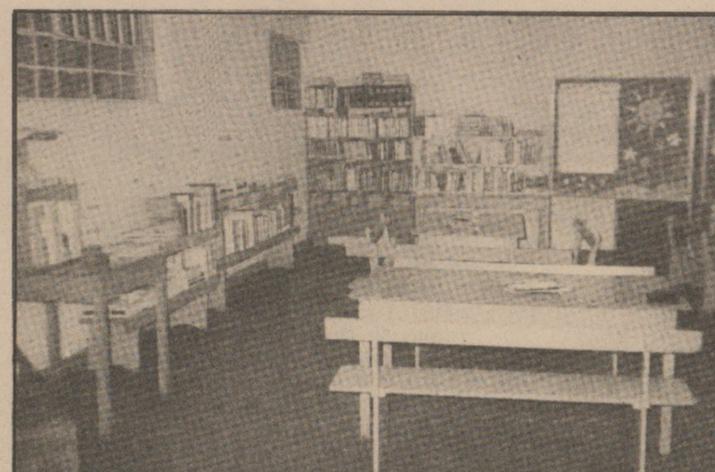
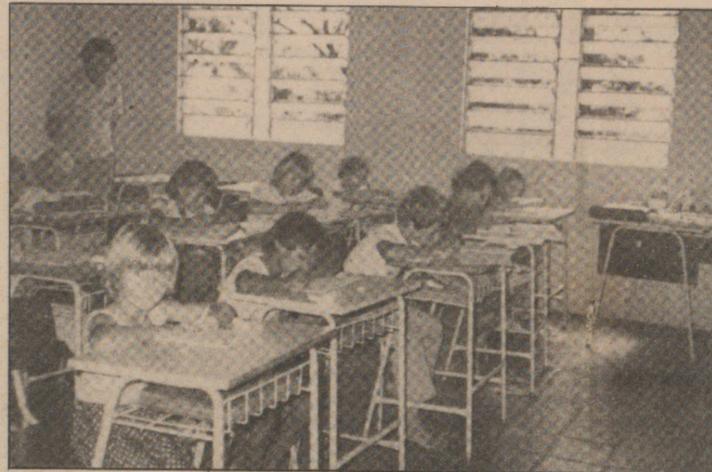
NÃO PREENCHER TEMPO

A redação é uma atividade que deve receber toda a atenção do profes-

sor, e nunca ser algo feito só para preencher o tempo, ou deixar o professor livre para preparar outras atividades. Antes que o aluno escreva, o professor deve ter criado as condições para que ele não se sintam sem idéias diante do papel. O tema escolhido precisa ser explorado em aula na leitura, no debate, em casos contados pelos alunos.

Todas as pessoas quando escrevem querem ser lidas. Escrever é uma forma de comunicação, que só será levada a sério quando a pessoa que escreve sabe que haverá alguém que vai ler o seu texto, procurando entender o que se quis comunicar ali. Na escola o professor e os colegas devem constantemente desempenhar o papel de leitores das redações que são produzidas nas aulas de Comunicação e Expressão. Como leitores de redações produzidas por pessoas que estão aprendendo a escrever, o professor e os colegas têm um duplo papel. Além de serem leitores comuns, preocupados em entender o que o autor do texto quis dizer, eles têm também o papel de ajudar a pessoa que escreve a melhorar a qualidade do texto produzido, ao identificar os "erros" cometidos pelo autor do texto e ao sugerir modificações que tornam o texto mais claro, mais bonito, mais correto.

Cabe ao professor encontrar as soluções para que o aluno saiba que seu texto está sendo lido com seriedade, lido de maneira construtiva, por alguém que se responsabiliza junto com o aluno pela qualidade daquele texto. O professor não pode nunca ser o censor de caneta vermelha, a procurar erros e mais erros, e a descontar pontos cada vez que os encontra. Deve, isto sim, ser aquele que lê e dá sugestões para que o aluno revise sua redação e a reescreva, dando-lhe uma forma mais correta. Para cada redação produzida em aula, o professor tem a responsabilidade de se colocar como leitor do texto de cada aluno. O pior destino que se pode dar a uma redação produzida em aula é a lata de lixo. A redação produzida precisa voltar à aula para ser discutida, revisada, lida por outras pessoas em atividades de grupo, no jornal mural, em coletâneas organizadas pelo professor a cada final de ano ou do semestre.



QUE TEXTO PRODUIZIR?

Tradicionalmente a escola tem se preocupado em definir o que é descrição, narração, dissertação. Isso vem ocorrendo tanto no primeiro como no segundo grau. De fato existe toda uma tipologia de textos. Contudo não se pode esquecer que raramente (para não dizer que é praticamente impossível) alguém consegue escrever um texto só narrativo ou só descritivo ou, ainda, só dissertativo.

Definir para o aluno o que seja cada um destes tipos de textos (isso sem entrar nos demais tipos de textos: normativo, familiar, oficial...) não é importante e nem necessário. É necessário, isto sim, criar as condições para que haja produção, leitura e exploração de textos, tanto em sala de aula quanto fora dela. Por estarmos inseridos num contexto social onde os fatos ocorrem a todo instante é provável que a produção do aluno seja mais marcada por características narrativas, mas estas, por certo, terão também partes descritivas e dissertativas. Com isso afirma-se que, embora seja difícil haver um texto essencialmente descritivo ou dissertativo, geralmente ele será mais marcado com características de um deles.

Porém para que o aluno chegue a escrever um texto com mais características dissertativas, será necessário maior preparação. Não se pode esperar que de uma hora para outra alguém passe a produzir textos dissertativos.

O aluno já vem para a escola produzindo textos na modalidade oral. Quando se relaciona com as pessoas que o rodeiam, usa a linguagem naturalmente, ora narrando fatos, ora descrevendo personagens... ora emitindo opiniões. O que estaria faltando, então, para ele registrar-los na modalidade escrita?

A PRÁTICA

Em primeiro lugar, ninguém aprende a escrever sem praticar intensamente.

Porém pouco se vem fazendo em termos de produção na escola, muito embora se privilegie a modalidade escrita no trabalho de sala de aula. E quando se exige redação, estas são sobre temas "fantasmas e/ou vazios".

Para exercitar redação na escola basta que o professor saiba aproveitar as histórias (ou estórias, como queiram) que o aluno conta oralmente. A vivência das pessoas na sociedade está relacionada a fatos e acontecimentos. É sobre eles que o professor pode realizar o trabalho de redação e também a partir deles desenvolver toda a atividade do ensino de língua portuguesa.

Da primeira à quarta série do ensino elementar, essas narrações poderão ser sobre fatos (ou histórias) relacionadas, ou que estejam ocorrendo na família, na escola, na comunidade, no município... num nível crescente conforme o grau de "amadurecimento" da turma com quem se trabalha. Uma criança de 1ª série é capaz de contar fatos no seu "linguajar", usando a língua que domina.

Essas histórias ou fatos poderão ser contadas em "pequenos textos" e sem muitos detalhes. Em séries mais adiantadas, os fatos poderão ser narrados com mais clareza, com mais detalhes e através de um texto escrito que apresenta organização interna.

A SUGESTÃO

Nesse sentido, João Wanderley Geraldi, no caderno do "Subsídios Metodológicos para o Ensino de Língua Portuguesa (5ª a 8ª série)", na unidade que fala sobre "prática da produção de textos", apresenta uma série de sugestões.

Sugere, por exemplo, que com a 5ª série o professor parta de uma história (ou de um fato) contada por um aluno. Enquanto (ou depois) o aluno estiver narrando, seus colegas poderão pergun-

tar, pedir explicações sobre partes da história que não tenham ficado muito claras. O aluno que estiver contando se tornará uma espécie de "monitor", pois além de contar (exercício de expressão oral) terá que responder questões e/ou explicitar partes da história. Poderá também existir uma conversa posterior (preparação para a produção escrita) sobre a história narrada. Finalmente todos os alunos produzirão o texto escrito, recontando a história.

Sabe-se que a narração apresenta uma estrutura, ou seja, tem partes essenciais. Estas partes são o quê, quem, onde, quando, como e porquê? "... uma história conterá personagens (quem?), um acontecimento (o quê?) ocorrido em determinada época (quando?) em determinado lugar (onde?) realizado de tal forma (como?) por algum motivo ou finalidade (por quê?). (Giraldi, p. 24).

Se o professor quiser analisar (avaliar) o texto do aluno, basta discutir com o grupo de alunos essa estrutura. Aliás essa discussão deveria acontecer sempre após a produção de qualquer narrativa feita pelos alunos, pois que isso levaria o grupo a escrever com maior organização e clareza.

Para introduzir os outros tipos de textos (descritivo e dissertativo) o professor poderá valer-se da própria narração. A descrição pode ser tranquilamente trabalhada quando discutir-se o "quem (personagens), criando, assim, as condições para os alunos caracterizá-los através de partes descritivas na própria narração. Igualmente pode-se trabalhá-la quando discutir-se o "onde" aconteceu o fato. Neste caso o aluno estaria descrevendo lugares... E com certeza o próprio aluno perceberá, se assim o professor proceder, que as características das partes descritivas são bem diferenciadas das da narração. Portanto não será neces-

sário definir para o aluno toda essa tipologia para que ele produza textos. E sim será importante que o aluno produza textos sistematicamente.

A DISSERTAÇÃO

Se o professor quiser introduzir a dissertação (em séries mais adiantadas), basta começar explorando o "por quê" os fatos ocorrem. A partir do "porquê" o fato ocorreu, pode fazer, com os seus alunos, toda uma discussão que possibilitará a "criação" de idéias para a dissertação. Este texto tem características próprias: manifestação de opinião sobre o tema, formulação de juízos para defendê-la...

Se a dissertação é o tipo de texto que exige idéias, é necessário que o aluno as tenha para poder escrever. Essas idéias não surgem, como foi dito, do nada. O aluno terá que ter informações. Estas podem ser buscadas em jornais, livros, revistas... nesse sentido a discussão que se pode fazer a partir de um fato narrado, ou sobre um tema abordado num texto, constitui-se num "bom" trabalho de preparação para a produção.

Fica claro, então, que se se desejar que os alunos dissertem sobre cooperativismo, por ex., será necessário que os professores façam um "bom preparo", isto é, criem as condições adequadas para que essa produção se realize. Quanto a redação nas primeiras séries do ensino elementar, no máximo poderá acontecer a produção de textos narrativos. E estes também exigem uma boa preparação. Acima de tudo, é necessário que se realize um trabalho intenso e sistemático de "redação" nas escolas para que o aluno aprenda a escrever. É importante também que esse trabalho seja sobre fatos (ou histórias) da realidade e que se crie as condições para que os alunos consigam opinar sobre eles.

ATENÇÃO ALUNOS E PROFESSORES!

A COTRIJUI está completando 25 anos de existência. Isto é para nós um motivo de alegria e também de muita reflexão. Muitas serão as atividades desenvolvidas para marcar este importante evento. Dentre os envolvidos na programação que pretendemos realizar não poderiam ficar alheios os professores e os estudantes de toda a área de ação da cooperativa. Pensamos então numa forma de participação das escolas e resolvemos instituir um concurso de trabalhos escolares.

OS TRABALHOS SOLICITADOS

1ª a 3ª Série do 1º Grau - DESENHO EXPRESSANDO A MENSAGEM COOPERATIVISTA.
4ª a 8ª Série do 1º Grau - REDAÇÃO - TEMÁRIO: "COTRIJUI e o Cooperativismo".
1ª a 3ª Série do 2º Grau - REDAÇÃO - TEMÁRIO: "Cooperativismo no Contexto Sócio-econômico do país".

COMO SERÁ A CLASSIFICAÇÃO

Muitos serão os trabalhos elaborados. Precisamos programar com clareza toda as etapas de classificação dos desenhos e redações produzidas pelos alunos. Pensamos muito em estabelecer alguns critérios para fazer esta seleção. Quanto aos desenhos, sugerimos algumas dicas, porém em relação aos trabalhos escritos achamos melhor deixar em aberto. Entendemos ser mais coerentes que cada equipe (das escolas ou das unidades) estabeleça de acordo com a sua realidade os critérios para escolher os melhores trabalhos. Uma tentativa de uniformização deste aspecto pode se tornar prejudicial ao trabalho como um todo.

No entanto, algumas regras precisam ser estabelecidas. Vamos a elas:

1º - Cada escola deve selecionar um trabalho por série. Vejam bem, por série, não por turma. Isto quer dizer, se numa escola tiver, por exemplo, duas 5ª séries deve-se selecionar um trabalho entre todos estes alunos.

2º - Os desenhos e redações classificados nas escolas deverão ser entregues para as Secretarias Municipais dos municípios sede de UNIDADES da COTRIJUI até o dia 15 de junho de 1982.

3º - Em cada UNIDADE da COTRIJUI será classificado novamente um trabalho por série. Estes trabalhos serão remetidos para a coordenação do Concurso em Ijuí, onde será organizada a premiação.

OS PREMÍOS AOS CLASSIFICADOS

Todos os trabalhos classificados nas UNIDADES serão premiados. Esta premiação constará do seguinte:

- 1 - Trabalhos de alunos do 1º Grau (1ª a 8ª série)
 - uma camiseta
 - um livro do poeta Pedro Darci de Oliveira
- 2 - Trabalhos de alunos do 2º Grau
 - uma camiseta
 - um livro sobre cooperativismo elaborado pelo professor Telmo Frantz.
- 3 - Para todos os classificados por UNIDADE
 - Viagem até Rio Grande - RS - Terminal marítimo; praia do Cassino. A viagem será em Dezembro de 1982.

OBSERVAÇÃO: Os alunos de 1º Grau se farão acompanhar na excursão pelo professor (a) ou outra pessoa no impedimento desta por escola onde haja premiados.

4 - Entre todos os classificados por UNIDADE serão sorteados.

- Alunos de 1º Grau - uma bolsa de estudos no valor do Curso Técnico Agrícola ou Técnico em Economia Doméstica no Colégio Municipal de 1º e 2º Grau Assis Brasil - IMERAB - Ijuí - RS.

- Alunos de 2º Grau - uma bolsa de estudos no valor do curso universitário de Cooperativismo ministrado na FIDENE - Ijuí - RS.

VAMOS DESENHAR

O SIGNIFICADO DA ARTE PARA AS CRIANÇAS



O importante é a criança se expressar livremente através do desenho

A arte para a criança não tem o mesmo significado que tem para a maioria dos adultos. Para o adulto geralmente a arte supõe, equivocadamente, a idéia de museu, de quadros colocados em paredes, de pintores com borbas, enfim, supõe que arte seja privilégio de artistas.

Para a criança, a arte é algo completamente diferente. Para ela a arte é, fundamentalmente, um meio de expressão. Não há duas crianças iguais e, na verdade, cada criança difere inclusive de si mesma, na medida em que vai crescendo, que percebe, compreende e interpreta o meio onde vive. As crianças são seres dinâmicos: para elas a arte é uma linguagem do pensamento. Uma criança vê o mundo de forma diferente e, na medida que cresce, sua expressão troca.

Alguns professores, encantados pela beleza dos desenhos ou pinturas de algumas crianças, conservam seus trabalhos e os admiram como exemplos de arte espontânea, eliminando as demais crianças, afirmando que "este não dá para o desenho". Algumas vezes, inclusive, vão mais além e sugerem a cor apropriada ou a forma correta. O entusiasmo de alguns professores, pela maneira intuitiva com que certas crianças pintam, os leva a impor-lhes seus próprios esquemas sobre cores, proporções, formas e maneiras de pintar. A diferença entre os gostos do adulto e o modo como se expressa a criança é causa da maioria das dificuldades que surgem e que impedem de utilizar a arte como um verdadeiro meio de auto-expressão.

O professor deve saber olhar o desenho da criança, lembrando sempre sua idade, sua vivência e percepção. (Se a criança desenha um cavalo cor de rosa, não significa que ela não saiba que cavalo desta cor não existe. Ela simplesmente o pintou assim, por gostar de ver o "seu" cavalo assim).

Se o adulto não interferisse no trabalho criador infantil, toda criança empregaria seus impulsos criadores, profundamente arraigados, sem inibição, segura de seus próprios meios de expressão.

Sempre que dizemos a uma criança: "você não pode desenhar isto" ou "não se desenha assim", podemos ter a certeza de que está havendo uma interferência em seu trabalho, e por extensão em sua vida. Esta atitude, pode fazer a criança perder a confiança no seu meio de expressão (e conseqüentemente, de si mesma) levando-a a fechar-se em si mesma e ainda recusar-se em desenhar ou esperar que o professor sempre a ajude.

Isto representa uma injustiça para com a criança. Tiramos dela um dos seus meios mais eficazes e agradáveis de se expressar.

O desenvolvimento do trabalho da criança não pode ser medido pelos gostos ou padrões de beleza dos adultos. Estes padrões podem ser importantes para o adulto mas vazios em significado para a criança.

ORIENTAÇÕES PARA ENCAMINHAR O TRABALHO DE DESENHO JUNTO AS CRIANÇAS

A arte da criança é original, verdadeiramente própria, quando ela sabe, conhece realmente o que irá representar. É verdade que irá enriquecer seu trabalho com sua imaginação, o que é muito importante.

Para ela fazer um desenho sobre cooperativismo, por exemplo, é preciso que o professor trabalhe muito sobre este assunto; é preciso que a criança realmente entenda o sentido do cooperativismo, e, principalmente, sinta isto em sua sala de aula, na escola, juntamente com seu professor, colegas e com as demais pessoas com quem se relaciona.

Para entender cooperativismo é preciso uma certa vivência, um

acreditar nisso, caso contrário, qualquer manifestação será artificial, forçada e falsa.

Por isso, antes de qualquer trabalho sobre este assunto, o professor deverá procurar se informar acerca do mesmo, através de textos, conversas com pessoas que conhecem e dominem o assunto.

É importante também observar que a criança não assimilará este tema somente através de exposições do professor. É preciso que se faça um trabalho sério que envolva o sentido ou a idéia cooperativista, como já citamos acima. Isso pode ser feito através de entrevistas, observações e outros exercícios que levam a uma vivência dos princípios cooperativistas. Só depois da criança ter compreendido as idéias trabalhadas sobre o assunto, é que o professor a estimulará a realizar o desenho.

O que é importante ainda observar, é que o professor não poderá interferir na interpretação e na maneira da criança expressar seu pensamento — "Desenho não se ensina".

Realizando o trabalho, o professor solicita que a criança escreva uma frase que explique seu desenho. É importante que a frase seja da própria criança. O professor não tem o direito de alterar o significado da mesma. No caso da criança ainda não saber escrever, ela poderá ditá-la ao professor para que este escreva exatamente o que ela falou.

QUANTO AS TÉCNICAS UTILIZADAS

Ao professor que se preocupa em dar condições aos seus alunos para desabrochar (expressar-se livremente) dizemos que as técnicas são algo muito secundário.

O que aconselhamos, é que ele respeite os termos em que a criança se expressa, sem interferir no seu trabalho, pedindo por exemplo que se desene as coisas nas devidas proporções e cores ou, o que é mais lamentável, dar modelos para que a criança os reproduza.

O professor deve confiar na capacidade da criança, criar um ambiente descontraído e de espontaneidade e propiciar experiências significativas à criança a fim de sua expressão se tornar mais rica. Desafia-la ao invés de subestimar sua capacidade.

Por outro lado, é interessante apresentar algumas técnicas diferentes para que a criança tenha oportunidade de manipular diferentes materiais e possa identificar-se com uma delas, desenvolvendo determinadas habilidades.

As técnicas desenvolvem habilidades que não devem ser ignoradas, devendo assumir a sua função específica. Seja qual for a técnica, o mais importante é preservar o direito da criança expressar seu pensamento de maneira autêntica e original.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Frente a tudo que foi colocado, desnecessário se faz colocar critérios para a seleção dos desenhos enviados. Porém, para reforçar, salientamos que os desenhos devem caracterizar-se pela originalidade:

— Desenho próprio da criança, sem interferência de adulto, não usar modelos prontos já existentes— (ex: usar o tio Patinhas falando de Cooperativismo não é um trabalho com originalidade).

Apresentação dos Trabalhos Enviados

- Folha branca—lisa (sem pauta)
- Tamanho — (aproximadamente) 20x30cm.
- Frente — Desenho da criança, acompanhado da frase elaborada pelo aluno.
- Verso — Identificação do autor:
Nome
Idade
Nome do Estado
Município
Localidade
Escola
Série em que estuda
Nome do professor (a)